



**PORTOS DA MADEIRA**



## **RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS**

**2014**

APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.  
Gare Marítima da Madeira • Molhe da Pontinha • Porto do Funchal • 9004-518 FUNCHAL.  
TEL: 351 291 20 86 00 • FAX: 351 291 22 01 96  
portosdamadeira@apram.pt • www.apram.pt

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO PORTUÁRIO .....	4
2.1. MOVIMENTO DE NAVIOS E PASSAGEIROS DE CRUZEIROS .....	4
2.2. MOVIMENTO DE NAVIOS .....	6
2.3. MOVIMENTO DE PASSAGEIROS.....	9
2.4. MOVIMENTAÇÃO GLOBAL DE MERCADORIAS .....	11
3. RECURSOS HUMANOS.....	19
3.1. CARATERIZAÇÃO .....	19
3.2. REGIME DE TRABALHO .....	22
3.3. ABSENTISMO.....	23
3.4. FORMAÇÃO PROFISSIONAL .....	24
3.5. HIGIENE, SEGURANÇA E MEDICINA NO TRABALHO .....	24
3.6. AÇÃO SOCIAL .....	26
3.7. RESPONSABILIDADE SOCIAL .....	26
3.8. RELAÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO E DISCIPLINA .....	27
4. GOVERNO DA SOCIEDADE.....	29
4.1. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICA DA EMPRESA.....	29
4.2. ORIENTAÇÕES DE GESTÃO.....	31
4.3. REGULAMENTOS EXTERNOS E INTERNOS .....	33
4.4. IDENTIFICAÇÃO E ESTRUTURA DOS ÓRGÃOS SOCIAIS .....	35
4.5. IDENTIFICAÇÃO E ESTRUTURA DOS ÓRGÃOS SOCIAIS A PARTIR DE 10 DE MARÇO DE 2014.....	36
4.6. FUNÇÕES EXERCIDAS NOUTRAS EMPRESAS/REPRESENTAÇÃO .....	36
4.7. ÁREAS DE TUTELA E SÍNTESE CURRICULAR DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....	37
4.8. EXERCÍCIO DE PODERES DE AUTORIDADE, POR PARTE DA APRAM, S.A. ....	56
4.9. ENTIDADES ENCARGADAS DE AUDITORIA EXTERNA.....	57
4.10. REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS .....	57
5. RECLASSIFICAÇÃO E ORÇAMENTO DA APRAM, S.A. ....	60
6. PLANO DE INVESTIMENTOS.....	68
7. CONCESSÕES/LICENÇAS .....	69
7.1. LICENÇAS PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE: .....	69
7.2. FUNCHAL.....	70
7.3. CANIÇAL .....	73



7.4. PORTO SANTO.....	74
7.5. SOCORRIDOS.....	75
7.6. CÂMARA DE LOBOS.....	76
7.7. RIBEIRA BRAVA.....	76
7.8. MACHICO.....	76
7.9. SANTA CRUZ.....	76
7.10. PORTO MONIZ.....	77
8. SEGURANÇA.....	78
9. MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS.....	80
9.1. AÇÕES DE PROMOÇÃO.....	80
9.2. COMUNICAÇÃO.....	81
9.3. INFORMAÇÃO GERAL E PUBLICAÇÕES.....	82
10. ESTALEIRO NAVAL DO CANIÇAL/CLCM – CENTRO LOGÍSTICO DE COMBUSTÍVEIS DA MADEIRA.....	83
10.1. ESTALEIRO NAVAL DO CANIÇAL.....	83
10.2. CLCM – CENTRO LOGÍSTICO DE COMBUSTÍVEIS DA MADEIRA.....	83
11. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	86
11.1. RESULTADOS ANTES DE DEPRECIÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS.....	86
11.2. RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO.....	87
11.3. GASTOS DE EXPLORAÇÃO.....	88
11.4. ESTRUTURA DOS GASTOS DE EXPLORAÇÃO.....	90
11.5. FUNDOS LIBERTOS.....	90
11.6. SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL.....	91
11.7. FUNDO DE MANEIO.....	95
11.8. RÁCIOS DE NATUREZA ECONÓMICA.....	95
11.9. RÁCIOS DE NATUREZA FINANCEIRA.....	96
11.10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	97
11.11. SITUAÇÃO PERANTE A SEGURANÇA SOCIAL E O SECTOR PÚBLICO ESTATAL.....	97
11.12. PERSPETIVAS FUTURAS.....	97
12. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS.....	99
12.1. BALANÇO ATIVO.....	100
12.2. BALANÇO PASSIVO.....	101
12.3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA.....	102

12.4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO DIRETO .....	103
12.5. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO.....	104
13. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2014 .....	106
1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE.....	106
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRA.....	106
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS .....	108
4. CAPITAL SOCIAL .....	110
5. FLUXOS DE CAIXA.....	110
6. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS .....	111
7. ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS.....	111
8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS .....	111
9. INVENTÁRIOS.....	111
10. CUSTO DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS .....	112
11. RÉDITO .....	113
12. PROVISÕES/CLIENTES DE COBRANÇA DUVIDOSA .....	113
13. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS COMUNITÁRIOS .....	113
14. ACIONISTAS/SÓCIOS .....	116
15. SECTOR PÚBLICO ESTATAL.....	116
16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS.....	116
17. GASTOS COM O PESSOAL .....	118
18. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS .....	118
19. OUTRAS INFORMAÇÕES .....	118

**Gráficos:**

Gráfico 1 – Evolução da movimentação de navios e passageiros de cruzeiro no porto do Funchal .....	4
Gráfico 2 – Evolução global dos passageiros provenientes do segmento de cruzeiros.....	5
Gráfico 3 – Distribuição da movimentação de navios por porto .....	7
Gráfico 4 – Evolução do movimento de navios por porto .....	8
Gráfico 5 – Evolução do movimento global de passageiros por porto .....	9
Gráfico 6 – Distribuição dos passageiros por segmento.....	10
Gráfico 7 – Evolução global dos passageiros provenientes do segmento de cruzeiro / Inter ilhas.....	10
Gráfico 8 – Movimentação de mercadorias por porto .....	11
Gráfico 9 – Evolução do movimento de mercadorias por infraestrutura portuária .....	12
Gráfico 10 – Evolução do movimento de mercadorias – importação/exportação.....	13
Gráfico 11 – Relação importação / exportação de mercadorias .....	13
Gráfico 12 – Evolução do movimento de graneis/infraestrutura portuária .....	14
Gráfico 13 – Movimento geral de contentores.....	14
Gráfico 14- Movimento de Contentores, por tipo.....	15
Gráfico 15 - Movimento de Contentores, por porto.....	15
Gráfico 16 - Movimento de contentores – cheios/vazios e importação/exportação.....	16
Gráfico 17 – Carga Geral Fracionada, por portos da RAM.....	17

Gráfico 18 – Granéis Sólidos, por portos da RAM.....	17
Gráfico 19 - Granéis Líquidos, por portos da RAM .....	18
Gráfico 20- Distribuição dos colaboradores .....	19
Gráfico 21 – Distribuição percentual dos efetivos infraestrutura portuária .....	20
Gráfico 22 – Distribuição percentual dos efetivos por grupos profissionais .....	21
Gráfico 23 - Evolução da distribuição dos efetivos, por grupos profissionais .....	22
Gráfico 24 - Modalidades de Horários de Trabalho.....	23
Gráfico 25 - Absentismo/Motivo .....	23
Gráfico 26- Formação Profissional.....	24
Gráfico 27- Acidentes de Trabalho/Dias Perdidos .....	25
Gráfico 28 – Distribuição dos trabalhadores por sindicatos .....	27

*O Conselho de Administração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S. A. agradece à comunidade portuária, a todos os Stakeholders, e em especial aos seus colaboradores, o inestimável apoio e colaboração.*





# 1. INTRODUÇÃO



*Realce para o papel destacado do turismo de cruzeiros, importante gerador de rendimento para os setores económicos insulares, (...) a Madeira tem conseguido manter o porto do Funchal entre os mais importantes portos de cruzeiros da Europa e mantendo-se bem colocado no ranking mundial. De acordo com a revista especializada no mercado de cruzeiros "Cruise Insight", o **Porto do Funchal** alcançou a 11.ª posição do ranking mundial dos portos que mais cresceram no movimento de passageiros no ano de 2012.*



**PORTOS DA MADEIRA**

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.

Handwritten signature or initials in blue ink.

## 1 Introdução

### 1. INTRODUÇÃO

Em termos de enquadramento económico em 2014, a Região Autónoma da Madeira atravessou uma fase crítica, como sucedeu com a economia nacional no seu conjunto, e com a economia de vários países da União Europeia.

A evolução da economia regional tem sido bastante afetada pela crise das economias ocidentais, mas apresenta algumas especificidades que importa considerar, nomeadamente o impacto advindo do PAEF – Plano de Ajustamento Económico Financeiro, caracterizado por uma forte contenção orçamental na RAM influenciada pelas medidas impostas pelo referido Plano, com reflexos diretos no consumo público e privado.

As atividades da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. foram também fortemente condicionadas pelo Plano de Ajustamento Económico Financeiro (PAEF), pela situação económica e financeira da empresa, em particular, e da Região Autónoma da Madeira, em geral, mas acima de tudo, pelo facto de ser o primeiro exercício posterior à reclassificação da empresa e à sua integração no perímetro da administração pública regional<sup>1</sup>, estando o seu orçamento integrado no da Secretaria Regional da tutela. A APRAM, S.A. foi considerada como serviço e fundo autónomo<sup>2</sup>.

No entanto, a APRAM, S.A. continua a ser uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que integra o setor público empresarial da Região Autónoma da Madeira e é tutelada pela Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes.

<sup>1</sup> “Em 2013, o Instituto Nacional de Estatística avaliou os critérios de mercantilidade da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira SA e concluiu que a empresa deveria ser incluída no perímetro da Administração Pública Regional, com efeitos desde 2012. Nesse ano, o impacto desta entidade na dívida bruta da RAM foi de 188 milhões de euros.” (ORAM 2014 – Relatório e Anexos).

<sup>2</sup> “(...) na sequência da reclassificação da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira SA, em contas nacionais, para efeitos de consolidação orçamental, em 2014 esta entidade é englobada no orçamento regional no subsector dos serviços e fundos autónomos.” (ORAM 2014 – Relatório e Anexos).



## 1 Introdução

Os investimentos programados na RAM no ano de 2014 incidiram essencialmente nos comparticipados pela Lei de Meios e por fundos comunitários, nomeadamente o POVT - Plano Operacional de Valorização do Território e o INTERVIR +, pelo que houve uma quebra significativa quando comparados com os realizados em anos anteriores, com reflexos diretos no crescimento do Produto Interno Bruto, e por arrastamento, na movimentação de mercadorias nos portos da RAM.

O consumo público e privado continuou a decrescer. Os portos, como principal porta de entrada de mercadorias têm sentido o efeito da recessão, acompanhando a tendência nacional.

No ano de 2014, verificou-se um decréscimo nas mercadorias movimentadas nos portos da RAM de 3,3%, com reflexos nas receitas da APRAM, S.A.

De referir, ainda, o impacto da isenção da taxa de uso do porto (TUP) na exportação de mercadorias, por orientação do acionista, e que entrou em vigor a partir de agosto de 2014.

Realce para o papel destacado do turismo de cruzeiros, importante gerador de rendimento para os setores económicos insulares, com um incremento no consumo durante a estadia aproximado de 70€ por passageiro / tripulante.

Neste segmento, a Madeira tem conseguido manter o porto do Funchal entre os mais importantes portos de cruzeiros da Europa e mantendo-se bem colocado no ranking mundial. De acordo com a revista especializada no mercado de cruzeiros "Cruise Insight", o Porto do Funchal alcançou a 11.ª posição do *ranking* mundial dos portos que mais cresceram no movimento de passageiros no ano de 2012, à frente dos portos de Las Palmas que ficou em 13.º lugar, de Tenerife em 17.º e de Lisboa na 23.ª posição.

Para a consolidação desta posição, realce para as parcerias que os Portos da Madeira têm com outros portos, nomeadamente com os portos de Canárias no âmbito da marca "Cruises in The Atlantic", sendo de realçar a mais nova parceria designada 'Cruise Portugal', nome do projeto que o Governo, no âmbito do PENT – Plano Estratégico Nacional do

## 1 Introdução

Turismo (2013-2015), está a implementar no sentido de captar cruzeiros e desenvolver o turismo marítimo.

A estratégia definida pelo Governo Regional de segmentar as atividades portuárias, com a deslocalização das mercadorias para o Porto do Caniçal permitiu uma melhor integração porto cidade, com o usufruto dos espaços portuários e circundantes, quer pelos que nos visitam, quer pela população residente.

Em 2014, e em cumprimento da Lei dos Compromissos e dos pagamentos em atraso, procedeu-se à regularização, ainda que faseada e diluída no tempo, nomeadamente através da celebração de ARD – Acordos de Regularização de Dívida - da dívida comercial que, no final de 2013, rondava os nove milhões de euros<sup>3</sup>.

Apesar de todos os constrangimentos, a segurança marítima e patrimonial, a implementação de mecanismos que asseguram e otimizam a eficiência das operações portuárias e de programas de monitorização ambiental, a concretização de uma política setorial adequada às atuais necessidades da população e a aposta na manutenção e procura de novos mercados no segmento de cruzeiros, foram metas atingidas no ano de 2014, conforme se pode constatar pelos indicadores constantes do presente relatório de gestão.

<sup>3</sup> Este montante inclui o valor de 2 176 062,21€ referente ao apuramento do saldo final do projeto 2003/PT/16/C/PT/003 Infraestruturas Portuárias do Caniçal e 2.207.386,61€ referente às dragagens no Porto do Funchal efetuadas em 2011, a que acresce 456.836,56€ referentes a juros de mora.

## 2. EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO PORTUÁRIO



**PORTOS DA MADEIRA**

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.

Handwritten signature or initials in blue ink.

## 2 Evolução do Movimento Portuário

### 2. EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO PORTUÁRIO

#### 2.1. Movimento de navios e passageiros de cruzeiros

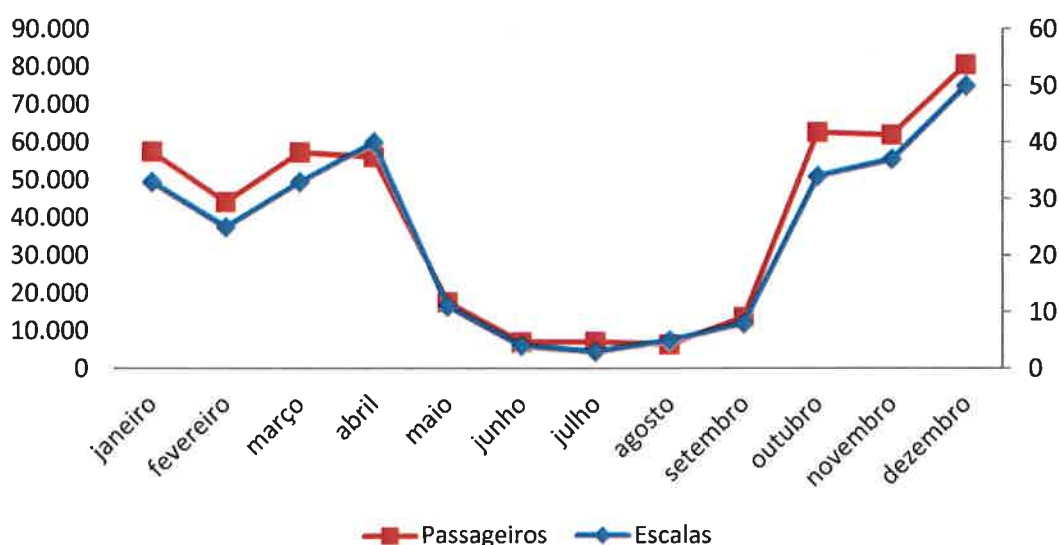
Começamos este capítulo por abordar o movimento de navios e passageiros de cruzeiros, porquanto trata-se de uma atividade importante, não só para a APRAM, S.A. como para toda a economia regional.

Neste segmento de mercado, e tal como atrás mencionado, a Madeira tem conseguido manter o porto do Funchal entre os mais importantes portos de cruzeiros da Europa e mantendo-se bem colocado no ranking mundial.

No ano de 2014 passaram pelo Porto do Funchal 283 navios de cruzeiro, um total 475.955 passageiros, com uma média de 1 682 passageiros por escala.

De acordo com o gasto médio por passageiro, o valor de incremento na economia regional situa-se nos 33,1 M€. Embarcaram 1 661 passageiros e desembarcaram 1 760, em especial provenientes do reposicionamento de navios da Companhia MSC.

Gráfico 1 – Evolução da movimentação de navios e passageiros de cruzeiro no porto do Funchal



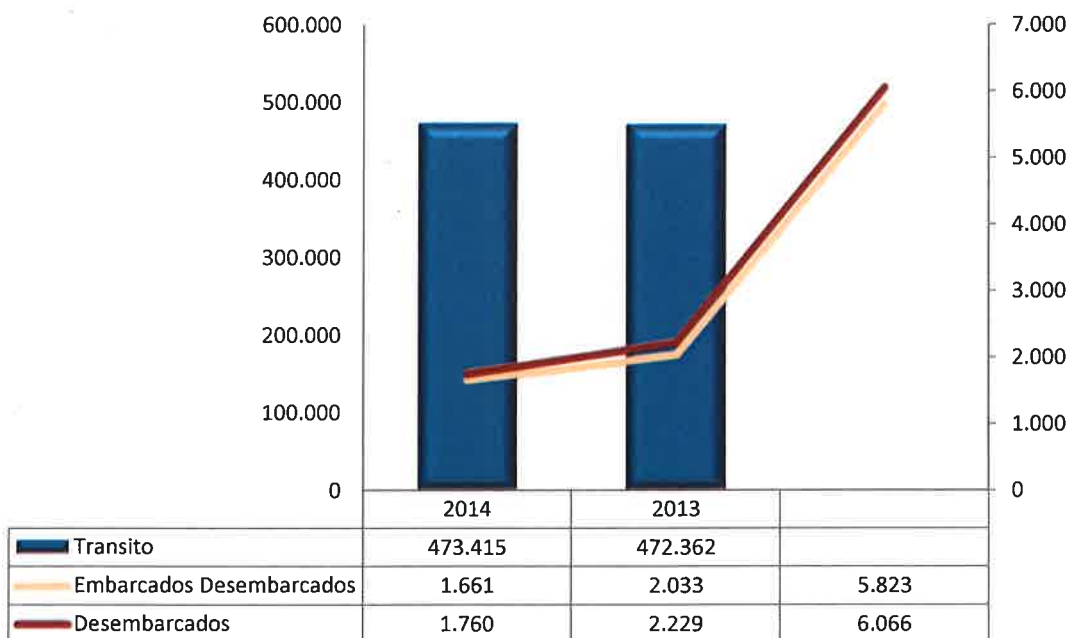
A sazonalidade da atividade dos navios de cruzeiro está refletida no gráfico supra, resultando essencialmente do reposicionamento das operações verão/inverno.

## 2 Evolução do Movimento Portuário

De salientar, ainda, que o porto do Porto Santo acolheu 3 escalas de navios de cruzeiro, nos meses de abril, maio e dezembro com 881 passageiros.

Em termos comparativos com o ano anterior, verificou-se uma diminuição de 3 navios, fruto sobretudo de situações imprevistas de mau tempo no final do mês de Novembro de 2014, que levaram ao cancelamento de 8 escalas e que influenciaram negativamente um ano que se previa de clara retoma da atividade comparativamente a 2013. A se terem concretizado as escalas programadas, em vez do decréscimo de 1%, teríamos tido um crescimento de 2%.

**Gráfico 2 – Evolução global dos passageiros provenientes do segmento de cruzeiros**



Fonte: APRAM, S.A.

Contudo, o desafio que se coloca ao porto do Funchal é o da consolidação dos resultados record alcançados no ano de 2012, bem como o de captação de novos fluxos de tráfego de passageiros neste nicho de mercado.

Por mercados emissores de passageiros oriundos de cruzeiros, destaque para os seguintes:

- Mercado alemão representa 182.074 (1.100 em embarque e desembarque);



## 2 Evolução do Movimento Portuário

- Mercado inglês representa 161.526 (800 em embarque e desembarque);
- Mercado americano e italiano, com mais de 20mil passageiros cada.

Como navios emblemáticos que escalaram o porto do Funchal em 2014, destaque para:

- AIDA (Carnival Corporation) – Aida Stella e Aida Blu;
- Fred Olsen Cruise Ltd – Black Watch, Boudicca e Braemar;
- TUI Cruises GmbH – Mein Schiff 1 e Mein Schiff 3;
- P&O Cruises (Carnival Corporation) – Aurora, Azura, Oceana e Oriana
- Norwegian Spirit;
- Thomson Celebration e Thomson Majesty;
- MSC Sinfonia e MSC Armonia.

De realçar que no segmento de passageiros provenientes de navios de cruzeiro no porto do Porto Santo, verificou-se uma evolução positiva de 13% (768 passageiros em 2013 e 881 passageiros em 2014).

### 2.2. Movimento de navios

Em 2014 escalaram os Portos da Região Autónoma da Madeira 1 295 embarcações, o que corresponde a uma média diária de 3,5 navios. Assumem especial relevância os navios de transporte de passageiros inter ilhas (597), navios de cruzeiro (286), porta contentores (237), graneleiros (84) e os navios de guerra (42).

Por porto, de destacar que o do Funchal está vocacionado para passageiros, em especial na vertente de cruzeiros. No ano de 2014 escalaram este porto 283 navios. Os restantes que atracaram nesta infraestrutura portuária foram da linha regular com o Porto Santo e navios de guerra.

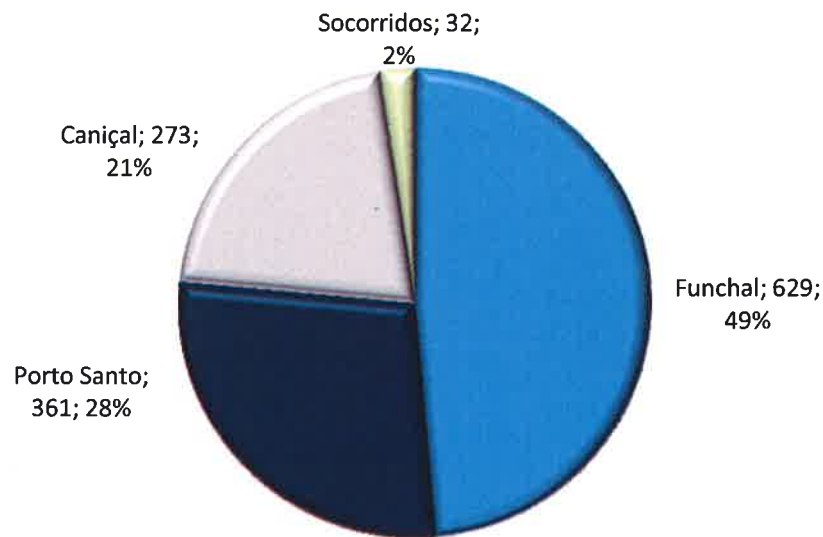
No porto do Caniçal atracaram 273 navios, sobretudo porta contentores e graneleiros. Esta infraestrutura portuária está vocacionada para o tráfego de mercadorias, essencial ao

## 2 Evolução do Movimento Portuário

abastecimento de bens e serviços à RAM, quando é conhecido que cerca de 90% das importações são feitas por via marítima.

O movimento de navios registado no porto do Porto Santo ficou a dever-se essencialmente ao transporte de passageiros e mercadorias da linha regular entre a Madeira e o Porto Santo, com atracções esporádicas de graneleiros e, em regra, quinzenalmente, o navio porta contentores.

Gráfico 3 – Distribuição da movimentação de navios por porto



Fonte: APRAM, S.A

Saliente-se que, embora não contabilizados no número de navios devido às suas dimensões, atracaram nos cais comerciais do Porto do Funchal 25 mega lates e nas marinas do Funchal e Porto Santo 311 e 530 iates, respetivamente.

Comparativamente ao ano de 2013, verificou-se um decréscimo de 3% no movimento total de navios, traduzido em menos 42 escalas, explicado pelo facto de:

- Porto do Funchal, sofreu um decréscimo de 36 navios (-6%), sendo de realçar a diminuição do n.º de navios de guerra em descanso das respetivas guarnições e

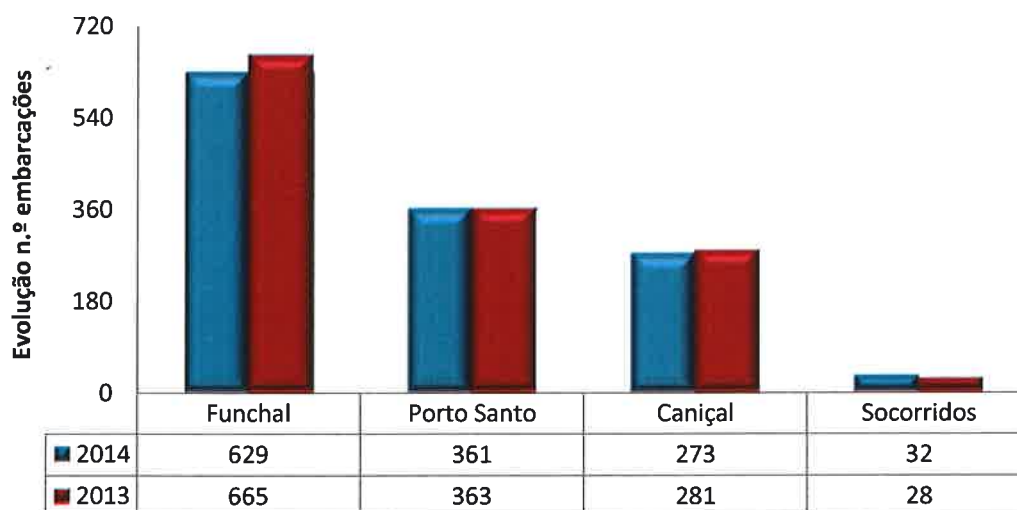
## 2 Evolução do Movimento Portuário

dinamizadores do consumo de produtos na região e de abastecimento logístico de bens.

Este segmento é importante enquanto incrementador de receitas, quer para a autoridade portuária, quer para a economia local.

- Porto do Caniçal e porto do Porto Santo, onde a diminuição ficou a dever-se ao abrandamento do consumo público, pelo que não houve necessidade de importação de mercadorias através de navios graneleiros, que no conjunto das duas infra estruturas representou um decréscimo de 10 navios.

Gráfico 4 – Evolução do movimento de navios por porto



Fonte: APRAM, S.A.

Por último, de referir que o número de navios que escala o porto do Porto Santo é fortemente influenciado pelas escalas do N/M Lobo Marinho, navio que assegura as ligações marítimas regulares de passageiros e carga, no âmbito da concessão de serviço público.

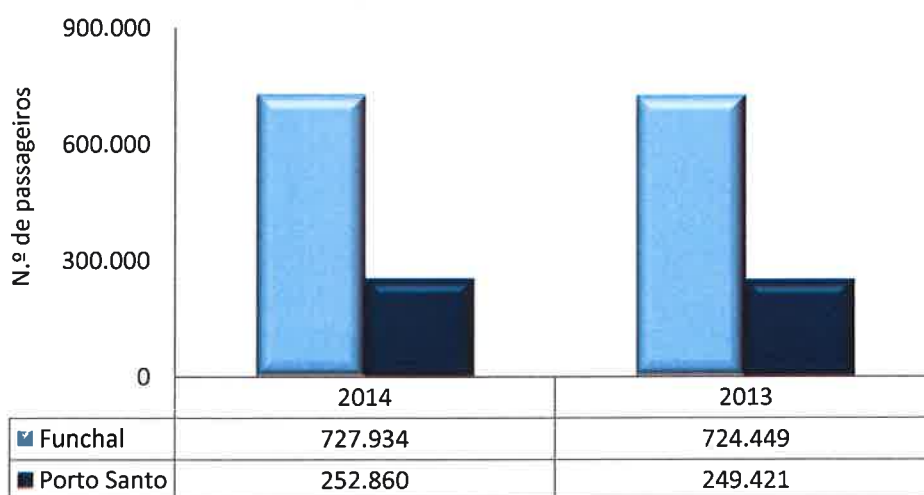
## 2 Evolução do Movimento Portuário

### 2.3. Movimento de Passageiros

O movimento global de passageiros nos Portos da RAM registou uma variação positiva de 0,7%, comparativamente ao ano de 2013, que se traduziu num aumento de 6 924 passageiros, sendo a maior parte proveniente do tráfego inter ilhas.

Refira-se que, apesar do peso percentual do tráfego inter ilhas, as receitas de passageiros são provenientes única e exclusivamente dos navios de cruzeiro porquanto as restantes receitas provenientes da movimentação de passageiros inter ilhas não são cobradas por estarem isentas ao abrigo do contrato de concessão da linha regular entre a Madeira e o Porto Santo.

Gráfico 5 – Evolução do movimento global de passageiros por porto

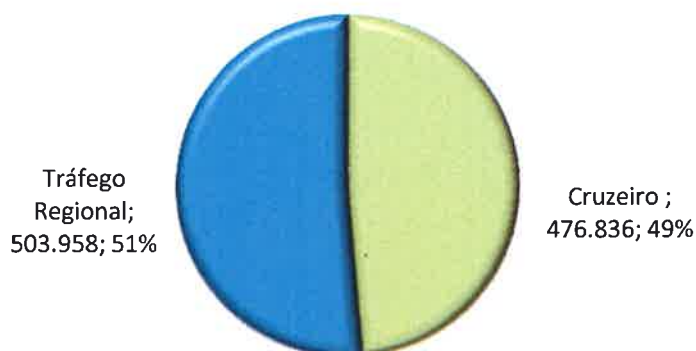


Fonte: APRAM, S.A.

O porto do Porto Santo movimentou 26% do número total de passageiros, enquanto o porto do Funchal movimentou os restantes 74%.

## 2 Evolução do Movimento Portuário

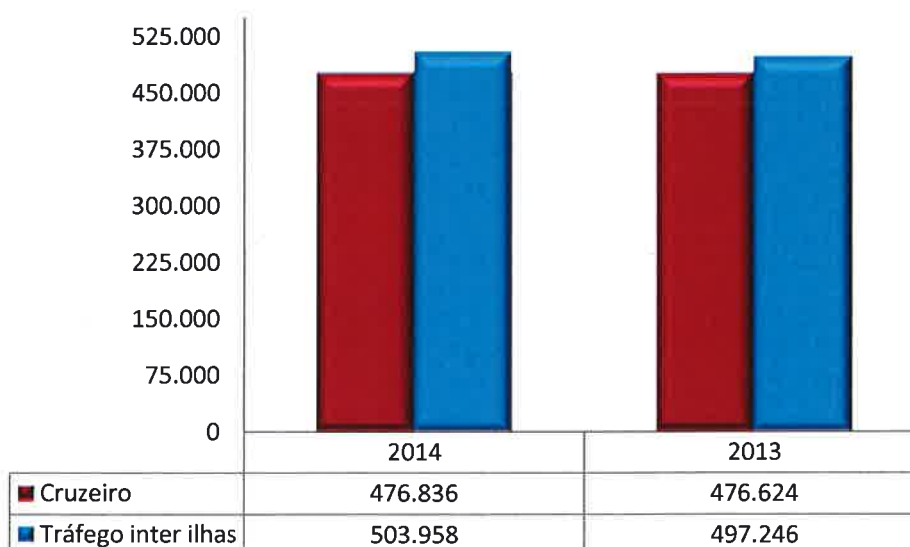
Gráfico 6 – Distribuição dos passageiros por segmento



Fonte: APRAM, S.A.

Por segmento de mercado de passageiros, 49% corresponde a passageiros provenientes dos navios de cruzeiro, enquanto 51% pertence ao tráfego regional inter ilhas (Madeira / Porto Santo / Madeira).

Gráfico 7 – Evolução global dos passageiros provenientes do segmento de cruzeiro / Inter ilhas



Fonte: APRAM, S.A.



## 2 Evolução do Movimento Portuário

### 2.4. Movimentação global de mercadorias

No ano de 2014 movimentaram-se nos portos da RAM 1 090 090 toneladas.

Verificamos que 85% das mercadorias foram movimentadas no porto do Caniçal, seguindo-se o terminal marítimo dos Socorridos com 13%.

Estes valores na movimentação das mercadorias espelham a estratégia que foi definida há anos pelo Governo Regional no sentido de deslocalizar a movimentação de mercadorias para a zona leste da ilha (porto do Caniçal), libertando o porto do Funchal para o movimento de cruzeiros, mega iates, e náutica de recreio.

Gráfico 8 – Movimentação de mercadorias por porto

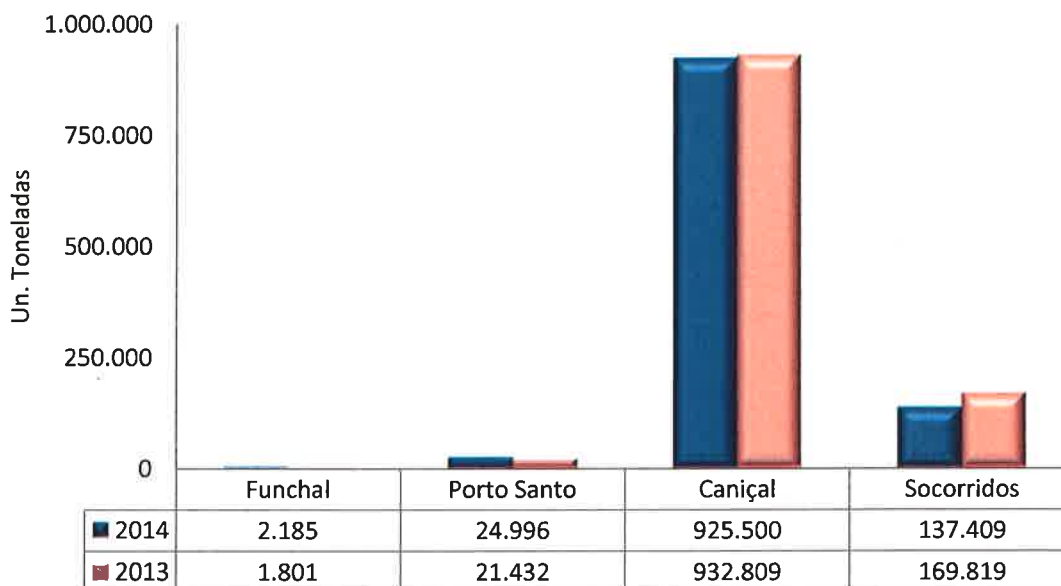


Fonte: APRAM, S.A

Comparativamente ao ano anterior, verificou-se uma variação global negativa de 3% no movimento de mercadorias, o que representou um decréscimo de 35 771 toneladas, devido à diminuição dos graneis movimentados, enquanto nos restantes tipos de mercadorias verificou-se uma ligeira subida, conforme se pode constatar pelo gráfico infra:

## 2 Evolução do Movimento Portuário

**Gráfico 9 – Evolução do movimento de mercadorias por infraestrutura portuária**



Fonte: APRAM, S.A.

O decréscimo do movimento de mercadorias no porto do Caniçal, comparativamente ao ano anterior, deveu-se à movimentação de graneis, em especial aos movimentados na Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A. que são agregados aos dados desta infraestrutura portuária e conforme discriminado no gráfico acima.

O porto do Porto Santo inverteu a tendência negativa que vinha registando nos últimos anos e teve um crescimento de 18% (3 564 toneladas), comparativamente a 2013.

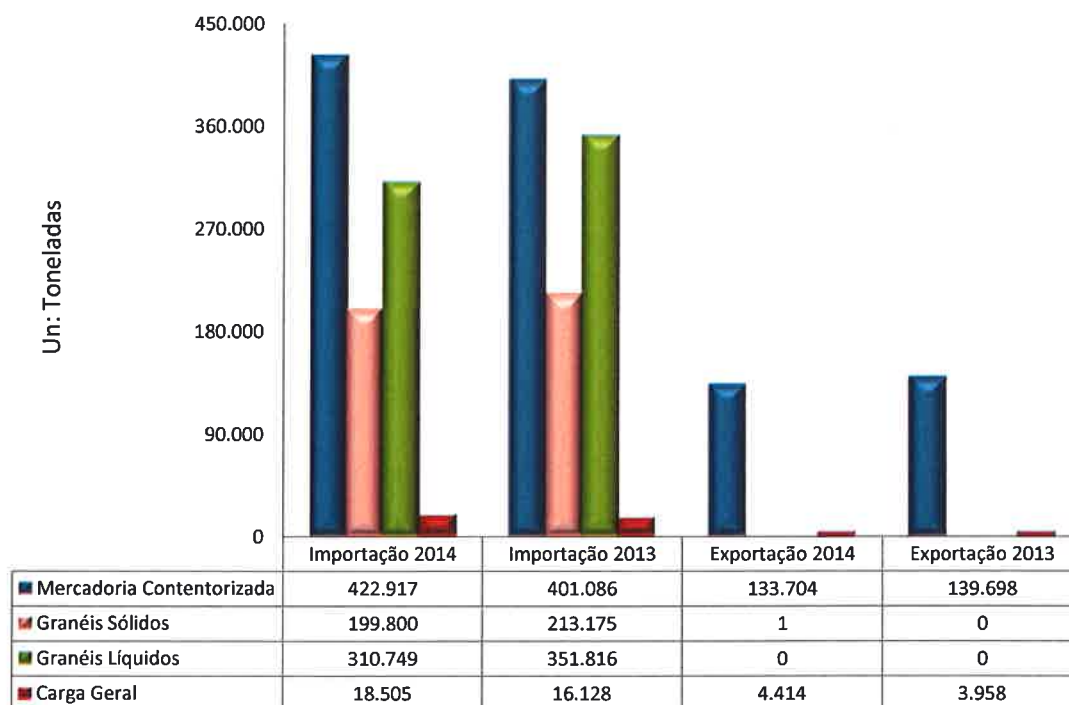
A acentuada variação negativa registada no terminal dos Socorridos (combustíveis e cimento) atingiu os 24% (-32 410 toneladas).

Parte desta variação deve-se à deslocalização das operações de combustíveis para o Caniçal e à introdução do gás natural para abastecimento à Central da Empresa de Eletricidade da Madeira.

Em comparação com 2013, verificou-se uma variação global negativa na relação entre as importações e exportações de mercadorias, conforme se pode constatar no gráfico abaixo:

## 2 Evolução do Movimento Portuário

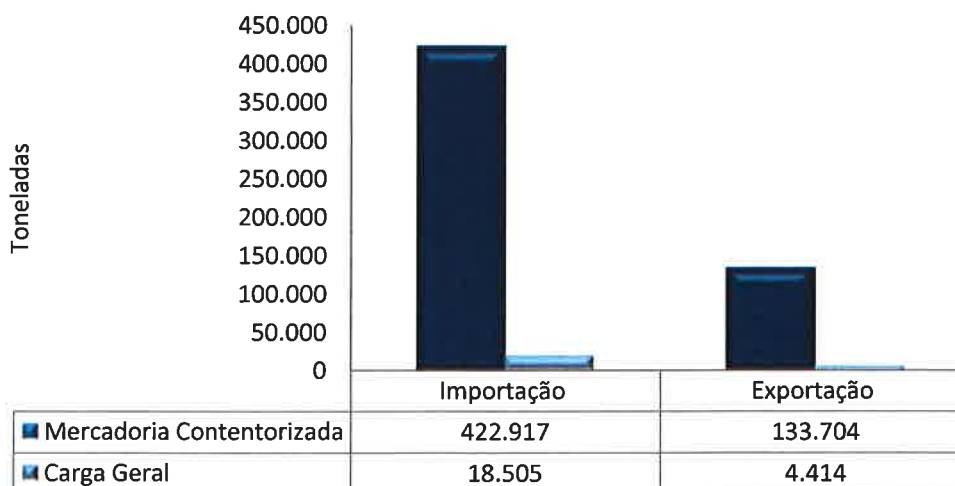
Gráfico 10 – Evolução do movimento de mercadorias – importação/exportação



Fonte: APRAM, S.A.

As exportações verificaram-se somente nos segmentos de mercadoria contentorizada (vinho, madeira, frutas e produtos regionais) e carga geral (viaturas). Consta-se que somos uma região essencialmente importadora de bens.

Gráfico 11 – Relação importação / exportação de mercadorias

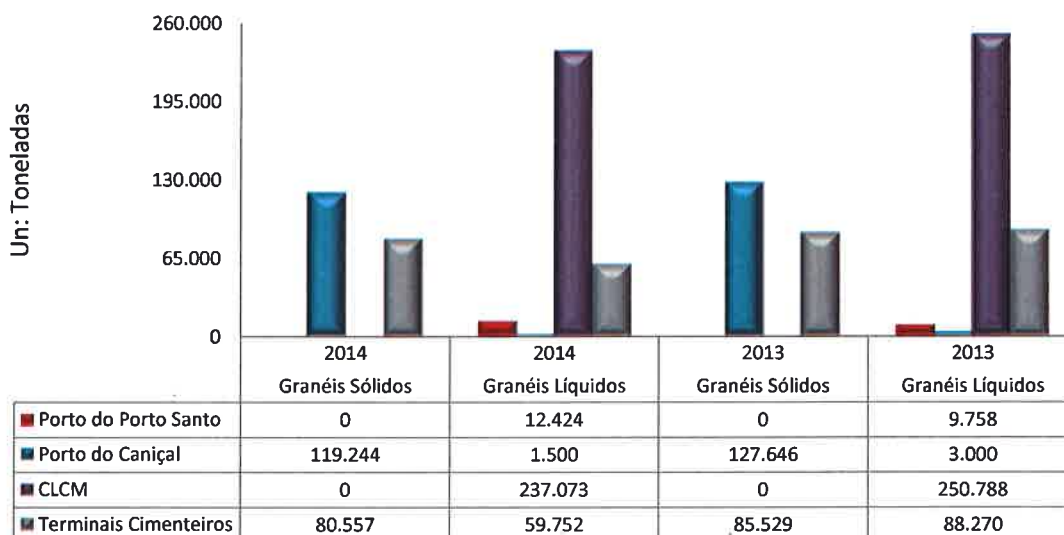


Fonte: APRAM, S.A.

## 2 Evolução do Movimento Portuário

Pela relevância do decréscimo dos graneis movimentados, comparativamente ao ano anterior, apresentamos no gráfico abaixo a evolução por infraestrutura:

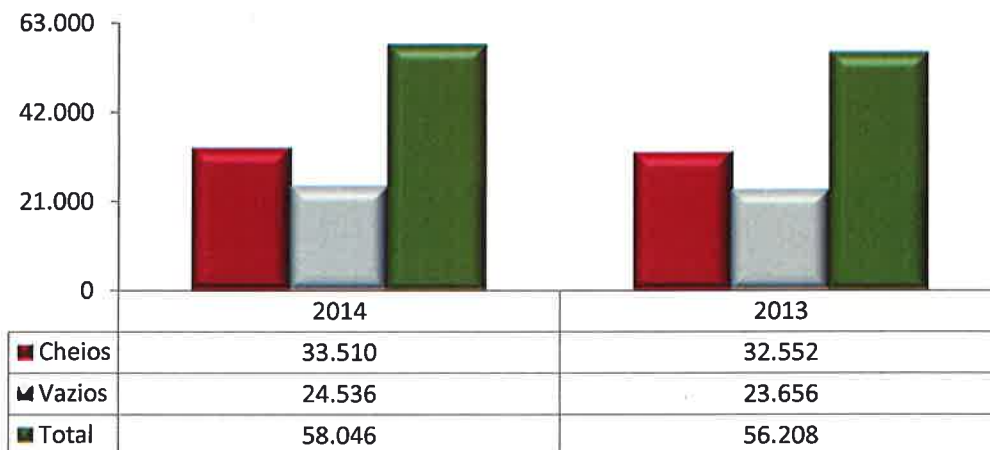
**Gráfico 12 – Evolução do movimento de graneis/infraestrutura portuária**



Fonte: APRAM, S.A.

O movimento geral de contentores registou um acréscimo global de 3% (1 838 unidades), em analogia com 2013.

**Gráfico 13 – Movimento geral de contentores**



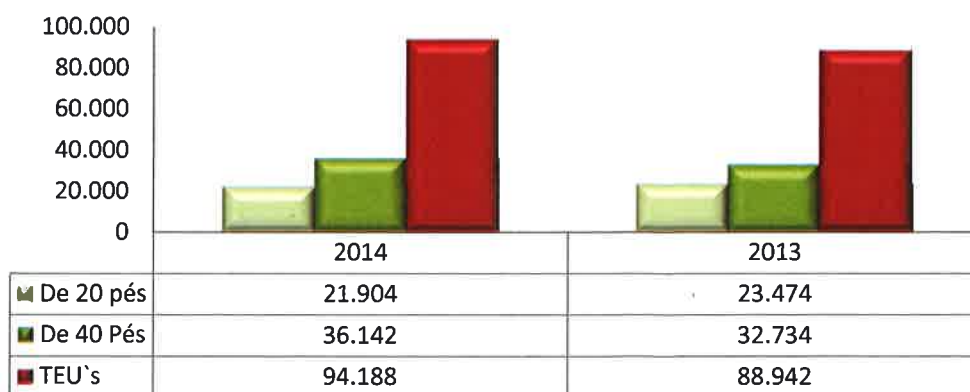
Fonte: APRAM, S.A.

## 2 Evolução do Movimento Portuário

Quanto ao tipo de contentor, de 2013 para 2014, houve um decréscimo na movimentação de 7% nos contentores de 20' e um acréscimo de 9% nos contentores de 40'.

Em termos globais, a movimentação de contentores, expressa em TEU's, registou um crescimento de 6% (5 246 TEU's), comparativamente ao ano anterior.

**Gráfico 14- Movimento de Contentores, por tipo**

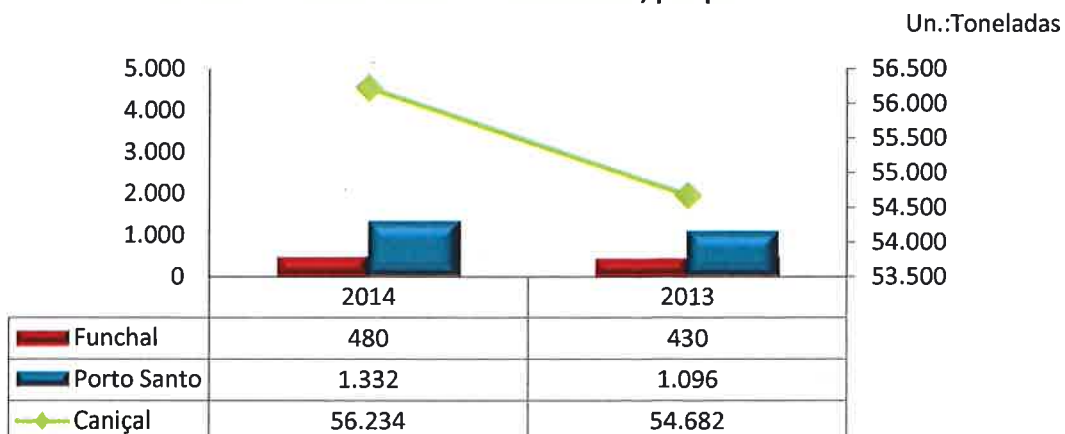


Fonte: APRAM, S.A.

O porto do Funchal registou, comparativamente ao ano anterior, um acréscimo de 10% no número de contentores movimentados enquanto nos portos do Porto Santo e Caniçal registou-se um acréscimo de 18% e 3%, respetivamente.

O porto do Caniçal, em termos de análise é o mais relevante por ser a principal porta de entrada e saída de mercadorias da RAM.

**Gráfico 15 - Movimento de Contentores, por porto**



Fonte: APRAM, S.A.

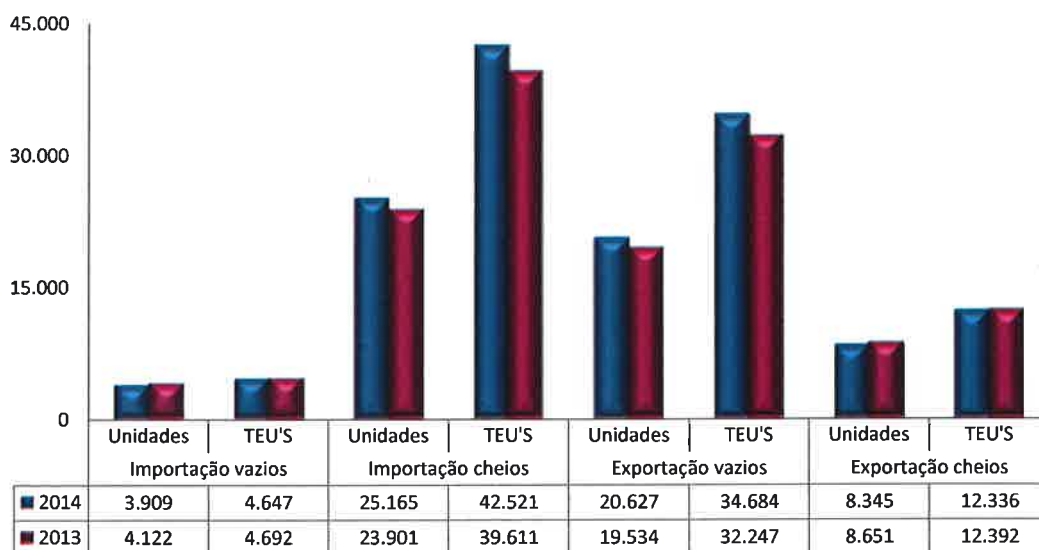


## 2 Evolução do Movimento Portuário

A totalidade do movimento de contentores no porto do Funchal diz respeito a contentores de mercadorias entre ilhas, e no âmbito da concessão da linha regular de transporte de passageiros e mercadorias por via marítima entre a Madeira e o Porto Santo, pelo que é o escasso o número de contentores movimentados.

No porto do Porto Santo, para além dos contentores provenientes da Madeira, existem uma reduzida quantidade de provenientes de importação e compatíveis com o consumo da Ilha.

**Gráfico 16 - Movimento de contentores – cheios/vazios e importação/exportação**



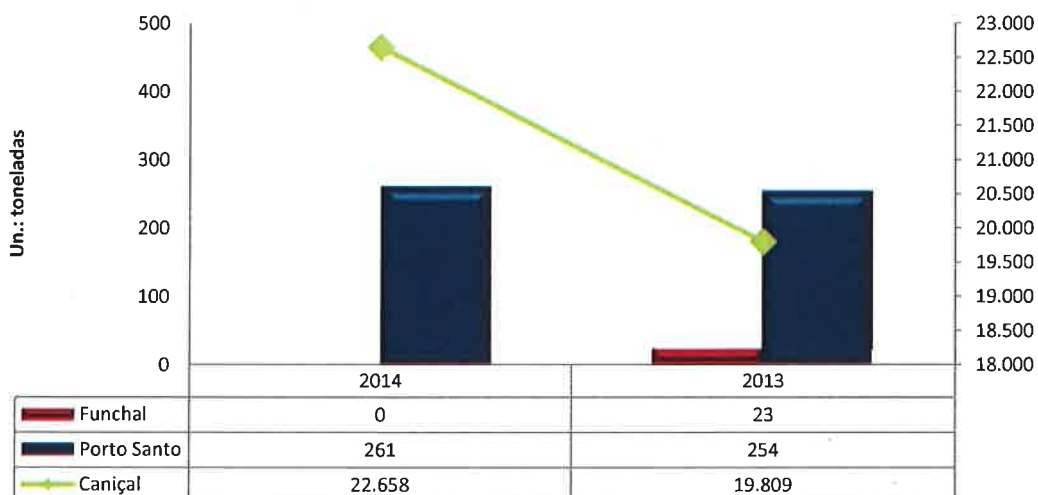
Fonte: APRAM, S.A.

Quanto à carga geral fracionada, em 2014, registou-se um acréscimo de 12% (2 833 toneladas).

O porto do Funchal não registou qualquer movimento deste tipo de carga, já o Porto do Porto Santo registou um acréscimo de 3% e no Porto do Caniçal o aumento atingiu os 13%.

## 2 Evolução do Movimento Portuário

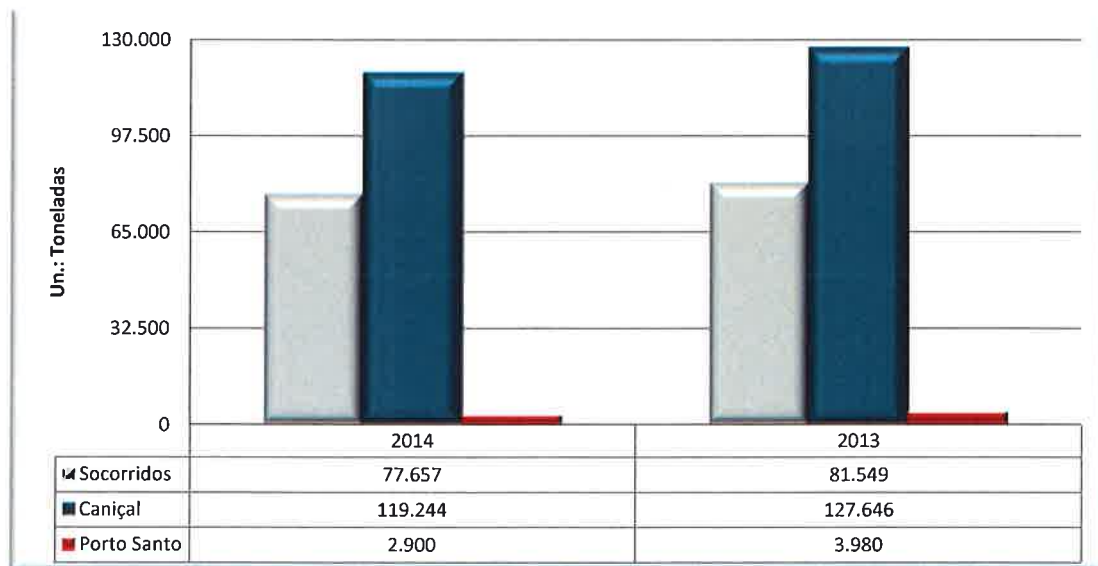
Gráfico 17 – Carga Geral Fracionada, por portos da RAM



Fonte: APRAM, S.A.

No ano em análise, comparativamente ao ano anterior, a entrada de graneis sólidos registou uma variação negativa de 7%, ou seja - 13 374 toneladas.

Gráfico 18 – Granéis Sólidos, por portos da RAM

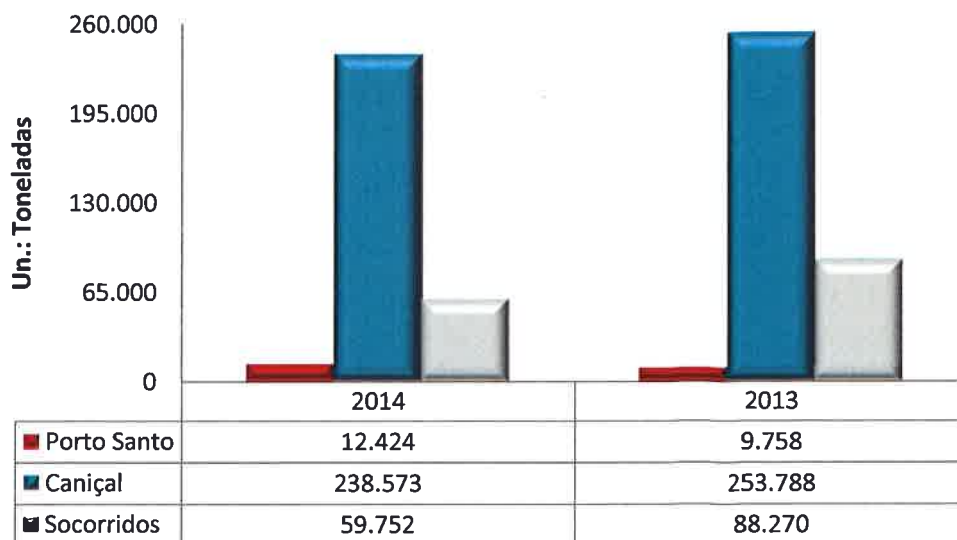


Fonte: APRAM, S.A.

A descarga de graneis líquidos registou uma variação negativa de 13% em 2014 comparativamente ao ano anterior.

## 2 Evolução do Movimento Portuário

Gráfico 19 - Granéis Líquidos, por portos da RAM



Fonte: APRAM, S.A.

Em termos gerais, e comparativamente ao ano anterior, a carga contentorizada e a carga fracionada sofreram um crescimento global de 15%, o que equivaleu a um acréscimo de 18 670 toneladas, enquanto os graneis registaram um decréscimo na ordem dos 20%.

### 3. RECURSOS HUMANOS



Temos por missão assegurar o acesso e a circulação de pessoas e bens por via marítima, com qualidade, eficácia e eficiência económica e operacional, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da Região Autónoma da Madeira.



**PORTOS DA MADEIRA**

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner.

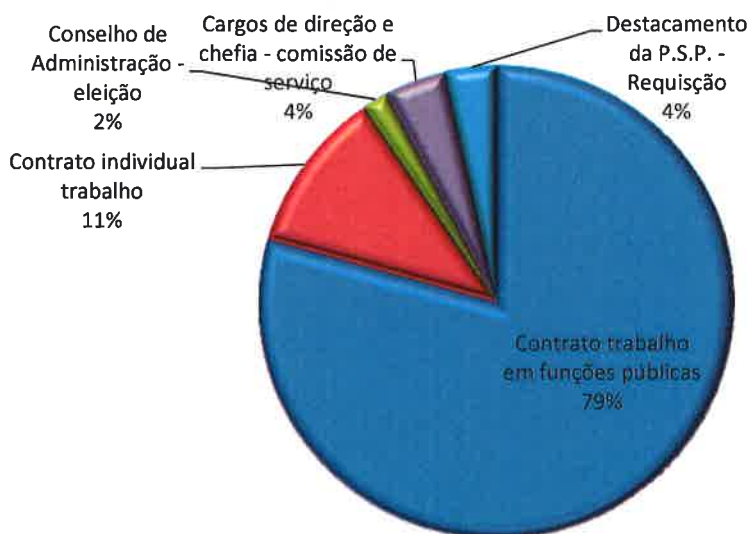
### 3 Recursos Humanos

## 3. RECURSOS HUMANOS

### 3.2. Caraterização

O efetivo total da APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. em 31 de Dezembro de 2014 era de 162 trabalhadores, com a distribuição percentual por vínculos laborais e regime de desempenho de funções, conforme gráfico infra:

Gráfico 20- Distribuição dos colaboradores



Fonte: APRAM, S.A.

Integram o mapa de pessoal da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira S.A. 153 trabalhadores:

- 134 Transitaram dos organismos que antecederam a APRAM, S.A. e são trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas;
- 19 São contratados em regime de contrato individual de trabalho.



### 3 Recursos Humanos

Para além destes trabalhadores e extra mapa de pessoal, 9 colaboradores desempenham funções na APRAM, S.A. pelo que o ativo global fixou-se em 162 colaboradores no final do ano.

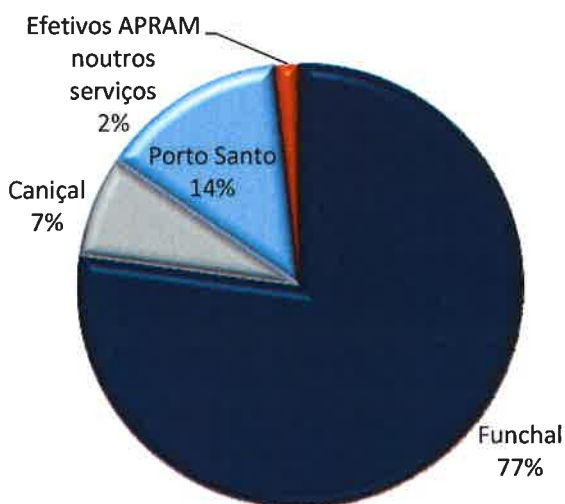
Os titulares de cargos de direção e chefia, com exceção do Diretor de Gestão de Recursos, Ambiente e Segurança e de 2 membros do Conselho de Administração, integram o quadro de pessoal da APRAM, S.A..

De realçar um decréscimo global de 12% do quadro de pessoal (-20 trabalhadores) na última década, considerando as estruturas orgânicas que antecederam a APRAM, S.A. – Direção Regional dos Portos e o Instituto Público da Administração dos Portos da Madeira.

Ainda dos 153 trabalhadores do quadro da APRAM, S.A. a 31 de Dezembro de 2014, há a referir que três encontravam-se a desempenhar as suas funções noutros organismos (Águas e Resíduos da Madeira, S.A., Madeira Parques Empresariais, S.A. e GESBA – Gestão da Banana, Ld.<sup>ª</sup>).

A distribuição geográfica dos efetivos, por concelho, foi a seguinte:

**Gráfico 21 – Distribuição percentual dos efetivos infraestrutura portuária**



Fonte: APRAM, S.A.

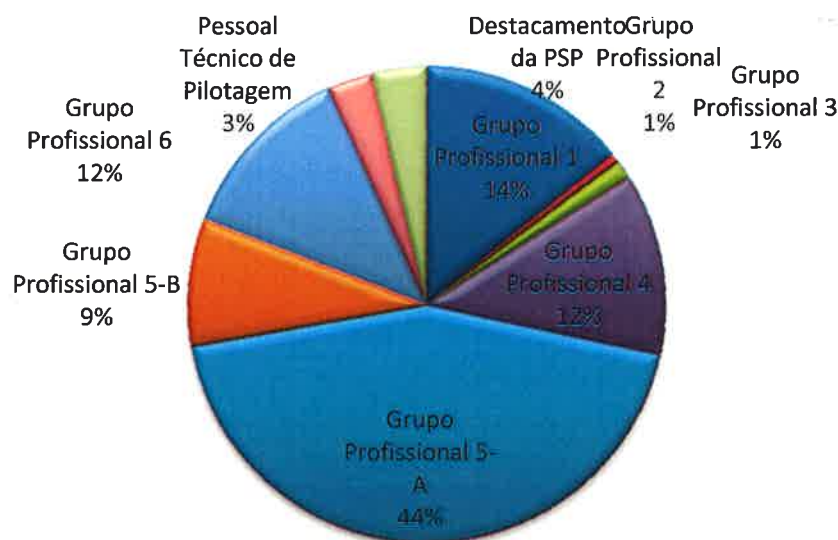
### 3 Recursos Humanos

Desempenham funções no Funchal 125 trabalhadores, embora exista pessoal que por força das funções desempenhadas desloca-se a todas as infraestruturas portuárias dos Portos da Região Autónoma da Madeira (tripulações, pessoal técnico de pilotagem e pessoal de apoio técnico às operações).

De realçar que, em termos de distribuição dos efetivos, 22 trabalhadores desempenham funções no porto do Porto Santo, o que representa uma distribuição percentual de 14% do efetivo da empresa.

De referir, ainda, o apoio que é dado por um trabalhador do Porto do Porto Santo, e nessa qualidade, na *Loja do Cidadão* situada naquela Ilha.

**Gráfico 22 – Distribuição percentual dos efetivos por grupos profissionais**



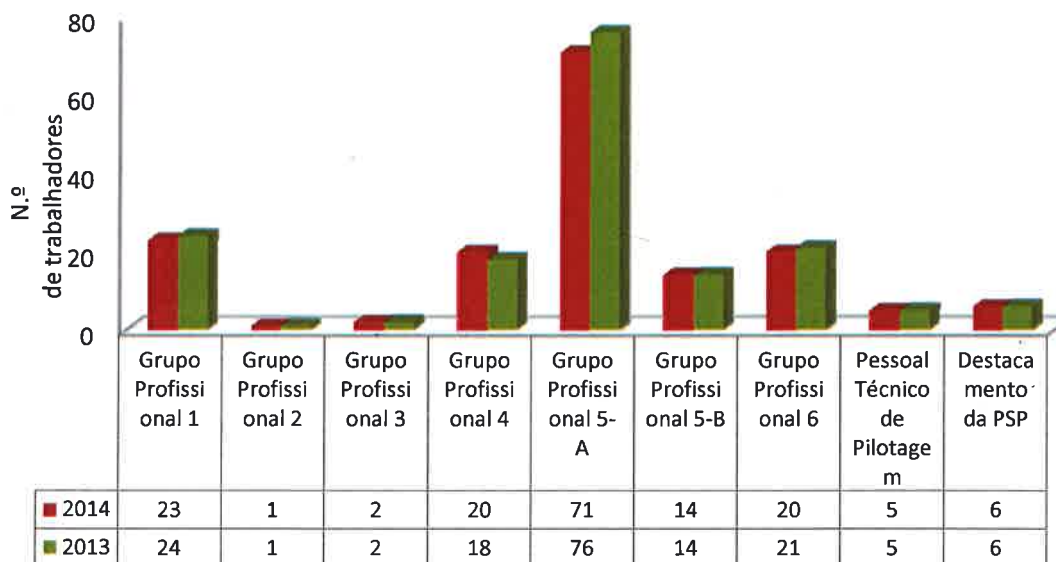
Fonte: APRAM, S.A.

Em termos de movimentação de pessoal, verificaram-se 8 saídas (5 por aposentação, 2 por rescisão de contrato por iniciativa do trabalhador e 1 por prisão), e 3 admissões (2 em contrato individual de trabalho e o regresso de um trabalhador na situação de licença sem vencimento).

### 3 Recursos Humanos

O saldo fisiológico<sup>4</sup> traduziu-se em -5 no universo global da APRAM, S.A., sendo a evolução dos efetivos negativa.

Gráfico 23 - Evolução da distribuição dos efetivos, por grupos profissionais



Fonte: APRAM, S.A.

#### 3.2. Regime de Trabalho

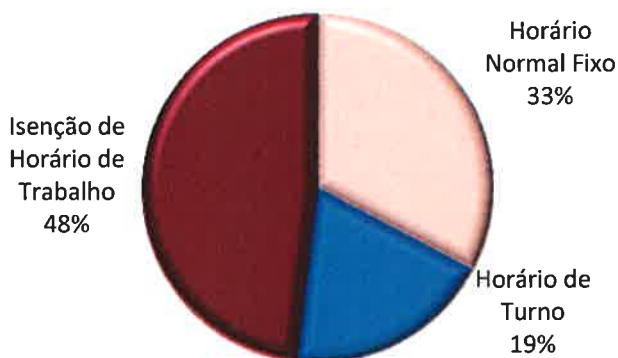
A especificidade do regime de trabalho, no que concerne à tipologia dos horários praticados, resulta da permanente necessidade de adequar os recursos humanos à atividade portuária de modo a manter operacionais e em segurança todas as infraestruturas portuárias sob responsabilidade da APRAM, 24 horas por dia, os sete dias da semana.

No regime de isenção de horário de trabalho, para as tripulações e pilotos está incluída a modalidade de compensação por trabalho aos sábados, domingos e feriados.

<sup>4</sup> Diferença entre as entradas/saídas de pessoal.

### 3 Recursos Humanos

Gráfico 24 - Modalidades de Horários de Trabalho



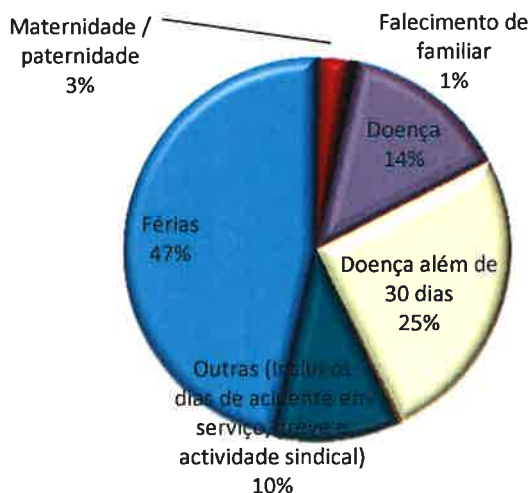
Fonte: APRAM, S.A.

Comparativamente ao ano anterior, as alterações ocorridas no horário de trabalho devem-se, essencialmente, à saída dos trabalhadores.

#### 3.3. Absentismo

O número de dias de faltas por doença foi de 1.555 dias. Para este valor contribuíram significativamente 4 trabalhadores que se encontram na situação de junta médica por doença prolongada que, no decurso de 2014, não prestaram qualquer dia de serviço e que aguardam as condições necessárias para a sua aposentação através de junta médica da Caixa Geral de Aposentações.

Gráfico 25 - Absentismo/Motivo



Fonte: APRAM, S.A.

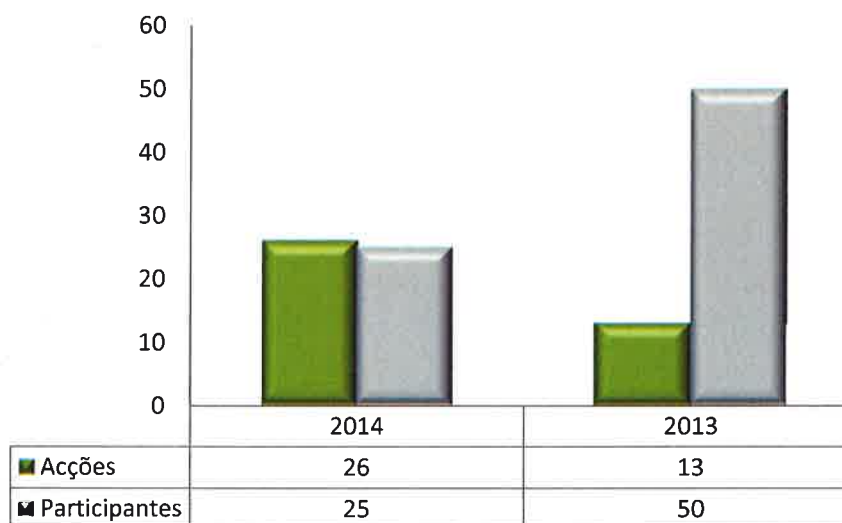
### 3 Recursos Humanos

#### 3.4. Formação Profissional

No ano 2014, foram realizadas 26 ações de formação – 2 internas e 24 externas, com um total de 25 participantes e 591 horas de formação.

O investimento feito em formação profissional caracterizou-se por uma média de formação/trabalhador de 23,6 horas, e uma taxa de participação de 15% do efetivo.

Gráfico 26- Formação Profissional



Fonte: APRAM, S.A.

O ano de 2014 pautou-se por um decréscimo no número de participantes e aumento no número de ações de formação, situação que tem que ser observada numa ótica plurianual, face ao enorme investimento realizado nos anos anteriores, designadamente na formação ministrada a efetivos da empresa para habilitação e certificação profissional nas carreiras marítimas.

#### 3.5. Higiene, Segurança e Medicina no Trabalho

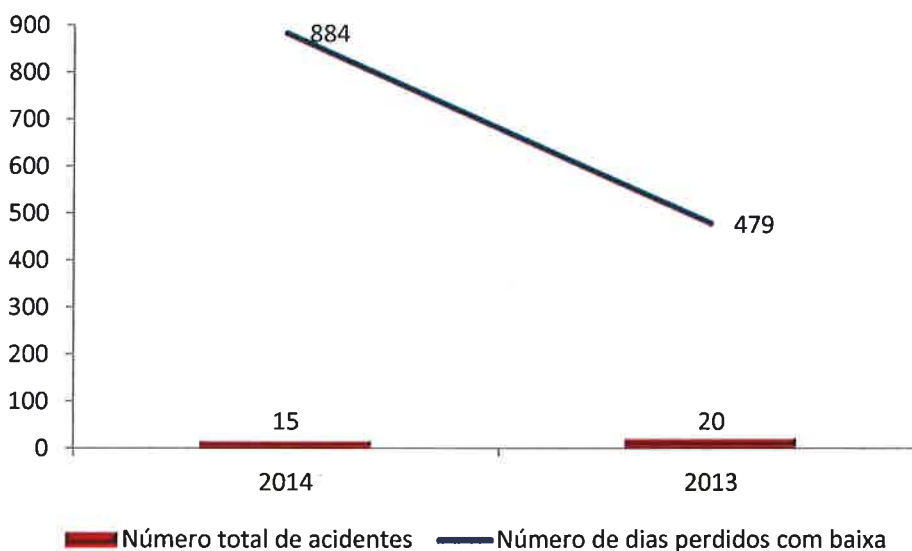
No ano em análise, deu-se continuação ao cumprimento dos imperativos legais em matéria de segurança, prevenção e medicina no trabalho.

### 3 Recursos Humanos

Após a aprovação do regulamento para o controlo do consumo excessivo do álcool no local de trabalho, pela Direção Regional do Trabalho, têm sido efetuados testes de controlo da alcoolemia, tendo sido submetidos a controlo 35 trabalhadores, não tendo sido detetados testes positivos.

Verificou-se uma diminuição no número de acidentes em serviço. No entanto, em termos de perdidos, comparativamente ao ano anterior, verificou-se um acréscimo fruto essencialmente de um acidentado com 365 dias de trabalho perdido. A situação, gráfica é a seguinte.

**Gráfico 27- Acidentes de Trabalho/Dias Perdidos**



Fonte: APRAM, S.A.

Foram realizados 76 exames médicos no âmbito da medicina no trabalho, complementados por 152 exames auxiliares de diagnóstico (visioteste, ECG...).

Houve uma diminuição no número de acidentes de trabalho embora com um aumento do número de dias perdidos (+405 dias).



### 3 Recursos Humanos

Refira-se que em 15 acidentes de trabalho não foi atribuída qualquer incapacidade e que em 5 situações resultou uma ausência superior a 60 dias (713 dias).

Todos os trabalhadores da APRAM, sem exceção, estão cobertos, nos termos da lei, por um seguro de acidentes de trabalho assegurado pela Companhia de Seguros Lusitânia, através da Corretora Villas Boas.

O quadro de pessoal da empresa integra 5 trabalhadores portadores de deficiência.

A nível de doenças profissionais não existe nenhum caso a assinalar.

#### 3.6. Ação Social

Neste domínio, manteve-se um regime privativo de ação social, através da OSMOP.

Face aos novos critérios de atribuição de subsídios, não foi efetuado qualquer empréstimo nem nenhum subsídio porque nenhum dos trabalhadores reunia condições.

#### 3.7. Responsabilidade Social

A APRAM, S.A. possibilitou a realização de estágios curriculares aos alunos a seguir indicados

- 2 alunos do curso de técnico de Proteção Civil, da Escola Profissional do Atlântico;
- 2 alunos do curso de técnico de Marketing, Relações Públicas e Publicidade, da Escola Profissional do Atlântico;
- 1 aluno do curso de técnico de Informática e Gestão, da Escola Profissional do Atlântico;
- 1 aluno do curso de Educação e Formação - Assistente Informativo, da Escola Secundária Francisco Franco;
- 1 aluno do curso de Educação e Formação, Instalação, Manutenção de Sistemas Informáticos da Escola Secundária Francisco Franco;

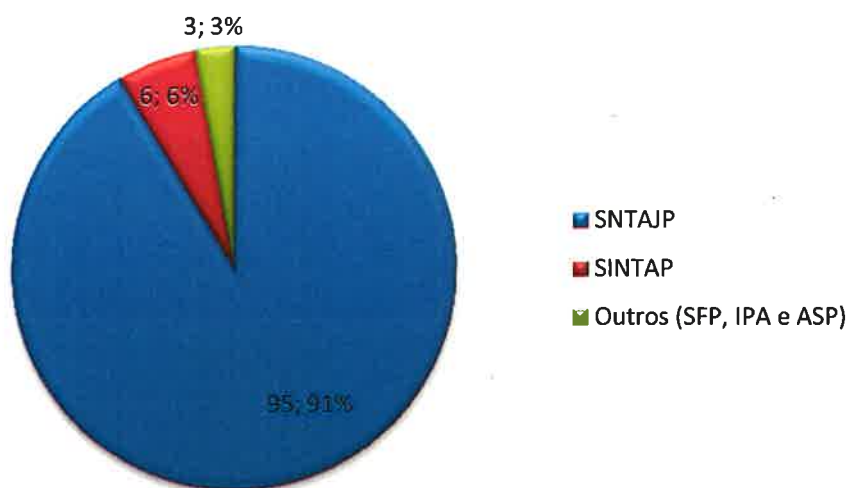
### 3 Recursos Humanos

- 1 aluno do curso de Educação e Formação de Técnico de Secretariado, da Escola Básica e Secundária Dr. Ângelo Augusto da Silva;
- 1 aluno do curso Técnico de Mecatrónica, da Escola Profissional Dr. Francisco Fernandes ;
- 1 aluno do curso de Técnico de Mecânica Naval, do ITN – Instituto de Tecnologias Náuticas.

#### 3.8. Relações Coletivas de Trabalho e Disciplina

A participação dos trabalhadores da APRAM, S.A. em matérias laborais tem sido efetuada através dos Sindicatos representativos do setor, tendo-se realizado algumas reuniões entre a APRAM, S.A. e os sindicatos, no decurso de 2014.

Gráfico 28 – Distribuição dos trabalhadores por sindicatos



Fonte: APRAM, S.A

Do efetivo, 83 trabalhadores são sindicalizados, o que representa uma taxa de sindicalização de 49,7% e, destes, 81% são filiados no SNTJAP – Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Juntas e Administrações Portuárias.

### 3 Recursos Humanos

No âmbito das regalias concedidas aos Delegados Sindicais, o dirigente sindical, representante regional do SINTAP, dirigente regional deste Sindicato, esteve dispensado às sextas-feiras, de acordo com a Lei Sindical.

## 4. GOVERNO DA SOCIEDADE



A adoção de uma estrutura de Governance, em consonância com a estratégia da empresa e com as orientações de gestão emanadas pelo acionista, assente na transparência, controlo e eficiência, é considerada uma das questões fundamentais para a sustentabilidade da empresa



**PORTOS DA MADEIRA**

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.

## 4 Governo da Sociedade

### 4. GOVERNO DA SOCIEDADE

Neste capítulo, dá-se cumprimento ao dever de informação, previsto no artigo 14.º do regime jurídico do setor empresarial da Região Autónoma da Madeira.

A adoção de uma estrutura de Governance, em consonância com a estratégia da empresa e com as orientações de gestão emanadas pelo acionista, assente na transparência, controlo e eficiência, é considerada uma das questões fundamentais para a sustentabilidade da empresa.

#### 4.1. Missão, Objetivos e política da empresa

O enquadramento jurídico e económico da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. é dado pelo Decreto Legislativo Regional n.º19/99/M, de 1 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2003/M, de 23 de agosto, que transformou a Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira em APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. - sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que integra o setor público empresarial da Região Autónoma da Madeira e é tutelada pela Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes, bem como aprovou os respetivos estatutos.

Apresenta-se com a designação comercial de Portos da Madeira e tem por objeto social a administração e gestão dos portos (Funchal, Caniçal e Porto Santo), terminais (Porto Novo, Praia Formosa, Socorridos), cais (Machico, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Calheta, Porto Moniz, Ponta do Sol, Santa Cruz, Madalena do Mar, Seixal, Porto da Cruz, Paul do Mar) e marinas (Funchal e Porto Santo) da Região Autónoma da Madeira sob a sua área de jurisdição, visando a exploração económica, planeamento, construção, conservação e desenvolvimento.

Compete-lhe, ainda, o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária na Região Autónoma da Madeira.

#### 4 Governo da Sociedade

Tendo presente o objeto social e as atribuições que foram acometidas à APRAM, S.A., esta tem por:

- Missão: Administrar as infraestruturas portuárias, de modo a assegurar o acesso e a circulação de pessoas e bens por via marítima, com qualidade, eficácia e eficiência económica e operacional, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da Região Autónoma da Madeira;
- Valores:
  - Qualidade - Procurar a excelência na sua atuação, esforçando-se diariamente por uma prestação de serviço qualificada, tendo por base os meios e tecnologia existentes;
  - Segurança - Garantir a segurança da vida humana, a preservação do ambiente e dos ecossistemas marinhos e a proteção da propriedade;
  - Atitude – Atuar, de forma articulada, com o contributo dos colaboradores, no sentido de cumprir com a missão da organização e satisfazer as expectativas de todos os parceiros;
  - Inovação – Encorajar e premiar a inovação, a criatividade e a pró atividade na vida da organização, de modo a assegurar um desenvolvimento sustentado da atividade.

Os diversos instrumentos, estratégias e programas disponibilizados deverão ser aproveitados pela APRAM, S.A., e demais parceiros, para melhoria e otimização dos níveis de serviço e da capacidade competitiva da RAM, em especial no que respeita à:

- Contribuição da empresa para o desenvolvimento económico da Região Autónoma da Madeira;
- Posicionamento como autoridade portuária e atuação numa lógica de negócio;



## 4 Governo da Sociedade

- Envolvimento e criação de sinergias com os parceiros de negócio, de um modo muito particular com a comunidade portuária;
- Segurança portuária.

Assim, a APRAM S.A., embora consciente das grandes dificuldades que as demais empresas atravessam, terá forçosamente que efetuar um grande esforço no sentido de arrecadar as receitas em tempo útil, sob pena de não ser viável o cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso Lei, com as inerentes consequências.

Compete-lhe, ainda, o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária na Região Autónoma da Madeira.

### 4.2. Orientações de Gestão

O ano de 2014 continuou a ser fortemente condicionado pela implementação das medidas preconizadas no Plano de Ajustamento Económico Financeiro (PAEF) e pela reclassificação da APRAM -Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A..

Nesta medida, as orientações do acionista colocaram o enfoque na redução dos custos operacionais da empresa, na isenção da TUP carga na exportação de mercadorias<sup>5</sup>, no cumprimento da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, na regularização da dívida da Valor Ambiente/Grupo Sousa/APRAM, S.A. e na celebração de acordos de regularização de dívida comercial anterior a 31 de dezembro de 2013.

Não obstante as medidas tomadas, importa não esquecer o cenário de contração económica que vivemos, com acentuadas quebras estruturais, em especial no consumo, quer público, quer privado, e com reflexos na movimentação de mercadorias nos portos da RAM.

No lado da despesa, procurou-se atingir a almejada redução de 15% nos custos operacionais comparativamente a 2009, conforme resulta da medida 61 do PAEF.

<sup>5</sup> Esta medida representa um impacto direto nas receitas da APRAM, S.A. de aproximadamente -1 M€/ano.

#### 4 Governo da Sociedade

A conjugação dos dois fatores acima referidos (quebra da receita/necessidade de corte de despesa), aliado ao serviço da dívida comercial, suportado com receitas próprias da APRAM, S.A. na celebração de acordos de regularização de dívidas, conduziu a um orçamento de forte contenção do investimento, cumprimento da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, como é do inteiro conhecimento do acionista.

Neste contexto, estão definidos objetivos estratégicos, da cariz plurianual, a desenvolver com base nas seguintes premissas:

- Função de acionista e de tutela sectorial exercida pelo Governo Regional da Madeira, através da Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes;
- Gestão articulada com a tutela e com a Secretaria Regional do Plano e Finanças<sup>6</sup>, em termos de planeamento e de financiamento partilhado do investimento;
- Sustentabilidade da atividade com crescente ênfase na segurança marítimo-portuária e na qualidade;
- Eficiência económica na atividade e política de investimentos reprodutivos, orientados para o mercado.

Deste modo, as orientações de gestão para o sistema portuário regional são marcadas, do ponto de vista macro, por um posicionamento estratégico orientado para a concretização dos seguintes Objetivos Estratégicos:

- Reforçar a competitividade dos Portos da Madeira, relevando a sua centralidade atlântica, em especial no segmento do mercado de cruzeiros;
- Participar ativamente na promoção do desenvolvimento sustentado da região;
- Assegurar as melhores práticas de atuação, que reforcem a segurança e promovam a proteção da propriedade e do ambiente;

<sup>6</sup> Esta gestão partilhada do investimento deve-se ao facto da APRAM, S.A. ser uma EPR, tratada como serviço e fundo autónomo.

## 4 Governo da Sociedade

- Promover o equilíbrio económico-financeiro da Administração dos Portos;
- Desenvolver uma gestão valorativa do capital humano.

Embora a APRAM, S.A. não esteja integrada no “Plano 5+1 Redução dos custos portuários”, em 2014 e por orientação do acionista foi abolida a TUP Carga na exportação, com reflexos diretos na receita, como veremos mais à frente.

### 4.3. Regulamentos externos e internos

A complexidade do enquadramento legal condiciona a atividade da empresa, aplicando-se regulamentação tão diversa quanto, e a título de exemplo, matérias relacionadas com segurança, ambiente, financiamento comunitário, contratação pública, seguros, regime do setor empresarial da Região Autónoma da Madeira, do estatuto do gestor público da RAM, legislação laboral (desde o regime jurídico do trabalho portuário, CIT, contrato de trabalho em funções públicas), Regulamentos de Inscrição Marítima, Concessões e licenciamentos....

Alguns regulamentos, pela sua relevância, podem ser consultados no site da APRAM, S.A. ([www.portosdamadeira.com](http://www.portosdamadeira.com)).

Indicam-se os principais:

#### Regulamentos externos:

- Decreto Legislativo Regional n.º 19/99/M, de 1/07, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2003/M, de 23/08: transforma a Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira em APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. e aprova os respetivos estatutos;
- Decreto-Lei n.º 298/93, de 28/08, adaptado à RAM pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/94/M, de 22/9: estabelece o regime de operação portuária;
- Decreto-Lei n.º 324/94, de 30/12: estabelece as bases gerais das concessões do serviço público de movimentação de cargas em áreas portuárias;
- Decreto-Lei n.º 165/2003, de 24/07: relativo à receção dos resíduos dos navios.

#### 4 Governo da Sociedade

- Decreto-Lei n.º 180/2004, de 27/07: integra a informação do Sistema VTS Português no sistema comunitário de acompanhamento e de informação do tráfego marítimo.
- Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2/03: atribui às autoridades portuárias a competência integrada em matéria de segurança nas suas áreas de jurisdição.
- Diretiva 2005/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26/10: sobre o reforço da segurança nos portos.
- Decreto-Lei n.º 226/2006, de 15/11: transpõe para o direito nacional a Diretiva do Código ISPS;
- Lei n.º 58/2005, de 29/12: aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2000/60/CE do Parlamento e do Conselho e estabelece as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas;
- Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31/05: estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos;
- Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/M, de 5/08: estabelece o Regime Jurídico do Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira;
- Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31/10: estabelece o Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental;
- Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso;
- Código da Contratação Pública;
- Orçamento da Região Autónoma da Madeira.

#### Regulamentos Internos:

- Regulamento de Exploração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;
- Regulamento de Tarifas da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A e Regulamento de Tarifas de Atividades Dominiais, aprovado pela Portaria

## 4 Governo da Sociedade

da Região Autónoma da Madeira n.º 46/2012, de 30/03, retificado pela Declaração de Retificação de 21/06/2012, e alterado pela Portaria n.º 141/2014, de 14/08;

- Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas;
- Regulamento Interno de Prevenção e Controlo do Consumo Excessivo de Álcool;
- Regulamento para a Prestação de Serviço de Táxis no Porto do Funchal;
- Regulamento de circulação e estacionamento na zona portuária terrestre do Porto do Funchal sob jurisdição da APRAM, S.A.;
- Regulamento da Atribuição e o Uso de Fardamentos e Equipamento de Proteção Individual (EPI).

### 4.4. Identificação e Estrutura dos Órgãos Sociais

#### Até 9 de Março de 2014:

Os órgãos sociais eleitos pela Assembleia Geral de 21 de Novembro de 2011, terminaram o seu mandato em 31 de dezembro de 2013, tendo-se mantido em funções no regime de gestão corrente até 9 de março de 2014 com a seguinte composição:

- Mesa da Assembleia Geral:

Presidente: Dr. Paulo Duarte Rodrigues de Jesus;

Vogal: Dr.ª Maria de Fátima Pita Carvalho Correia;

Secretário da Mesa: Dr.ª Sónia José Carvalho Olim Menezes.

- Conselho de Administração:

Presidente: Dr.ª Alexandra Cristina Ferreira Mendonça;

Vogal executivo: Dr. Marcos João Pisco Pola Teixeira de Jesus;

Vogal não executiva: Dr.ª Tânia Bernardete Manica Martins.

Na estrutura de gestão do Conselho de Administração não existiam comissões especializadas.

#### 4 Governo da Sociedade

- Fiscal Único: CRC – Colaço, Rosa, Coelho & Associado, SROC, Lda.

##### 4.5. Identificação e Estrutura dos Órgãos Sociais a partir de 10 de março de 2014

Os órgãos sociais atualmente em funções foram eleitos pela Assembleia Geral de 10 de março de 2014, apresentam a seguinte composição:

- Mesa da Assembleia Geral:

Presidente: Dr. Paulo Duarte Rodrigues de Jesus;

Vogal: Dr.ª Priscila Maria Martins Candelária;

Secretário da Mesa: Dr.ª Sónia José Carvalho Olim Menezes.

- Conselho de Administração:

Presidente: Dr.ª Alexandra Cristina Ferreira Mendonça;

Vogal executivo: Dr. Marcos João Pisco Pola Teixeira de Jesus;

Vogal executiva: Dr.ª Maria de Fátima Pita Carvalho Correia.

Na estrutura de gestão do Conselho de Administração não existem comissões especializadas.

**Fiscal Único:** CRC – Colaço, Rosa, Coelho & Associado, SROC, Lda.

##### 4.6. Funções exercidas noutras empresas/representação

A Presidente do Conselho de Administração desempenha funções, não remuneradas, de:

- Vogal da direção da Associação de Promoção da Madeira;
- Vogal do Conselho Fiscal da APP-Associação dos Portos Portugueses;
- Representante da RAM no CCPTMP – Conselho consultivo para a proteção do transporte marítimo e dos portos;



#### 4 Governo da Sociedade

- Representação da APRAM, S.A., no Centro de Coordenação Operacional Regional da Madeira/Serviço Regional de Proteção Civil;
- Representante no CCOT – Conselho Consultivo do Observatório do Turismo e no Conselho Regional do Turismo;
- Representante efetiva da RAM no Observatório da Cabotagem Insular e na Comissão de Planeamento e Emergência do Transporte Marítimo;
- Representante da RAM no Conselho da Náutica de Recreio.

O Vogal do Conselho de Administração desempenha funções, não remuneradas, de:

- Representante Suplente da RAM no CCPTMP – Conselho consultivo para a proteção do transporte marítimo e dos portos;
- Representante da APRAM, S.A., no Centro de Coordenação Operacional Regional da Madeira/Serviço Regional de Proteção Civil
- Representante da APRAM no Conselho Regional do Turismo;
- Representante suplente da APRAM no Conselho Regional de Proteção Civil;
- Representante suplente da RAM no Observatório da Cabotagem Insular e na Comissão de Planeamento e Emergência do Transporte Marítimo.

#### 4.7. Áreas de Tutela e Síntese Curricular dos Membros do Conselho de Administração

O Conselho de Administração não tem áreas de tutela definidas.

- A Presidente do Conselho de Administração será substituída, nas suas faltas e impedimentos pelo vogal Marcos João Pisco Pola Teixeira de Jesus;
- São competências específicas da Presidente do Conselho de Administração a coordenação e a orientação geral das atividades deste órgão e, em especial:

#### 4 Governo da Sociedade

- Convocar o Conselho de Administração, fixar a agenda de trabalhos e presidir às respetivas reuniões;
- Representar o Conselho de Administração, em juízo e fora dele, sem prejuízo de outros representantes ou mandatários que puderem ser designados para o efeito.
- Sempre que circunstâncias excecionais e urgentes o exijam e, não sendo possível reunir o Conselho, a presidente pode praticar quaisquer atos da competência deste, mas tais atos ficam sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática;
- O Conselho de Administração poderá delegar em algum ou alguns dos seus membros alguma ou algumas das suas competências, definindo em ata os limites e condições de tal delegação, conforme o disposto no artigo 11º. dos Estatutos da APRAM, S.A. sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais;

O Conselho de Administração vincula-se:

- Pela assinatura de dois membros do conselho de administração;
- Pela assinatura de um administrador quando haja delegação expressa do conselho para a prática de um determinado ato;
- Pela assinatura de mandatário constituído, no âmbito do correspondente mandato;
- Em assuntos de mero expediente, basta a assinatura de um membro do conselho de administração.

Nos parágrafos seguintes é apresentada uma síntese dos elementos curriculares dos administradores supra identificados.

#### **Presidente do Conselho de Administração**

Dr.ª Alexandra Cristina Ferreira Mendonça

#### 4 Governo da Sociedade

##### **Formação Académica:**

- Curso de pós graduação em Direito Fiscal e Introdução à Contabilidade pela ECLA - Lisboa, obtido em 1990;
- Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, obtida em 1989-01-13;
- “Diploma Superior de Estudos Franceses Modernos” da Alliance Française, obtido em 1983-06-30.

##### **Atividade Profissional:**

- 1991 - Ingresso no quadro de pessoal da Direção Regional do Turismo (DRT);
- 1999-2005 - Comissão de serviço no cargo de Chefe de Divisão de Atividades Turísticas da Direção Regional do Turismo;
- 2005-2008 - Comissão de serviço no cargo de Diretora de Serviços de Empreendimentos e Atividades Turísticas;
- Desde 15 de agosto de 2008 a 20 de novembro de 2011 – Vogal do Conselho de Administração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;
- Desde 21 de novembro de 2011 – Presidente do Conselho de Administração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;

##### **Outras experiências profissionais:**

- Estágio de advocacia na Ordem dos Advogados pelo Conselho Distrital de Lisboa (1990-1991);
- Exercício de funções docentes da disciplina de introdução à atividade económica no liceu Jaime Moniz (1992-1993);
- Exercício de funções docentes da cadeira de direito do mar (1994);

#### 4 Governo da Sociedade

- Exercício de funções docentes da cadeira de legislação turística internacional no curso de Correios de Turismo, realizado pelo ISAL (1997-1999);
- Exercício de funções docentes da cadeira de legislação turística na Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira (2000-2002).

#### Participação em Comissões/Grupos de Trabalho:

- Nomeada como representante da Secretaria Regional do Turismo e Cultura no grupo de trabalho e coordenação para a instalação da nova Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira;
- Nomeada como representante da Secretaria Regional do Turismo e Cultura na comissão mista de coordenação do Plano de Ordenamento Turístico da RAM (POT);
- Nomeada como representante da Secretaria Regional do Turismo e Cultura na comissão de acompanhamento da Operação Integrada de Desenvolvimento do Porto Santo;
- Nomeada como representante da Secretaria Regional do Turismo e Cultura na comissão técnica de acompanhamento da elaboração dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC);
- Praticum de L'OMT - Participação no programa organizado pela Organização Mundial do Turismo, realizada em Madrid em setembro de 2004, curso internacional de política e estratégia;
- Participação em conferências no âmbito da atividade portuária, nomeadamente na conferência internacional "Decision Makers Nacionais e Internacionais da Indústria Marítima e Portuária", que se realizou em Angola.

#### Vogal do Conselho de Administração

#### 4 Governo da Sociedade

Dr. Marcos João Pisco Pola Teixeira de Jesus

##### **Formação Académica:**

- Curso de pós graduação em Gest@o.com do INDEG, Bussiness School do ISCTE - concluído em 2004;
- Curso de Fiscalidade Empresarial da Escola de Pós-Graduação em Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa - concluído em 1997;
- Curso de pós graduação em Estudos Europeus da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, variante de economia - concluído em 1993;
- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra - concluída em 1992.

##### **Atividade Profissional:**

- Nomeado Vogal do Conselho de Administração da APRAM – Portos da Madeira, SA, desde 21/11/2011;
- Nomeado em comissão de serviço no cargo de Diretor de Serviços de Suporte e Divulgação da Direção Regional da Administração Pública e Local, em 01/03/2011.
- Nomeado em comissão de serviço no cargo de Diretor do Gabinete de Inovação Tecnológica na Administração Pública da Direção Regional da Administração Pública e Local, em 10/07/2001;
- Nomeado no cargo de Chefe da Divisão de Modernização Administrativa da Direção Regional da Administração Pública e Local, em 29/03/1999;
- Ingresso no quadro de pessoal da Direção Regional de Administração Pública e Local, a 13/06/1994, na categoria de consultor jurídico (atualmente mantém o

#### 4 Governo da Sociedade

vínculo à mesma Direção Regional, na categoria de técnico superior, posição remuneratória 9, nível 42).

##### **Outras Experiências Profissionais:**

- Nomeado como representante da Direção Regional da Administração Pública e Local no Painel de Especialistas no âmbito do Barómetro Regional da Qualidade, em Novembro de 2006.
- Nomeado como representante da Direção Regional da Administração Pública e Local no grupo de trabalho que procedeu à recolha de medidas legislativas e regulamentares a tomar com vista à desburocratização de procedimentos (Operação Arrasar), pelo Despacho n.º 210/2005, de 14/12.
- Nomeado como representante da Direção Regional da Administração Pública e Local no grupo de trabalho que procedeu à compilação dos modelos de requerimentos e formulários utilizados no Governo Regional, pelo Despacho Conjunto n.º 10/2001, de 10/5.
- Nomeado como vogal da comissão instaladora da Loja do Cidadão da Madeira, pela Resolução n.º 1422/99, de 24/9.

##### **Vogal do Conselho de Administração – membro não executivo**

Dr.ª Tânia Bernardete Manica Martins

##### **Formação Académica:**

- Licenciou-se em 2002 em Gestão pela Universidade da Madeira.
- É membro da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas desde 2002.

##### **Atividade Profissional:**

- Iniciou a sua atividade profissional em 2002 como administrativa/apoio financeiro na Firma Vicente Pestana Aragão, Lda.,



#### 4 Governo da Sociedade

- Em 2002 trabalhou como contabilista na firma Carriche & Gouveia Lda.
- Em 2003 iniciou estágio como contabilista na firma FINIRAM - Consultoria Financeira e Investimentos Lda., até 2004.
- Trabalhou no Banco Internacional do Funchal, S.A, – BANIF, em 2005, na área comercial, bem como no Centro de Empresas e ainda na Secção de Análise de Risco/Crédito.
- Em 2006 ingressou nos Quadros do Banco Português de Investimento, S.A. – BPI, para desempenhar funções no Centro de Investimentos.
- Em 2007, é admitida na Função Pública no Quadro da então Direção Regional de Gestão e Desenvolvimentos dos Recursos, da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, para desempenhar funções na Divisão de Gestão Financeira e Orçamental – Secção de Gestão Orçamental.
- Em 2008, ingressou nos Quadros da então Secretaria Regional do Turismo e Transportes, desempenhando funções na Direção Regional do Turismo, até 2011.
- Participou em diversas ações de formação no âmbito da Administração Pública.
- Atualmente, e desde fevereiro de 2012, desempenha funções como Técnica Superior no Gabinete de Planeamento Estratégico dos Transportes, da Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes.

#### Vogal do Conselho de Administração

Dr.ª Maria de Fátima Pita Carvalho Correia

#### Formação Académica:

- Pós Graduação em Gestão Portuária e Transporte Intermodal, Instituto Superior de Transportes, 1995/1996;

#### 4 Governo da Sociedade

- Pós Graduação em Direito do Trabalho, Instituto de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, 2004/2005;
- Curso de Desenvolvimento de Competências de Gestão e Administração, Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo, 2011/2012;
- Pós Graduação em Estudos Europeus, Variante de Economia, Centro de Estudos Europeus da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1991/1995;
- 5.º ano de Língua Francesa, Alliance Française, 1989;
- Licenciatura pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas em Política Social, Universidade Técnica de Lisboa, 1981/1985.

#### **Atividade Profissional:**

- Desde 10 de março de 2014 – Vogal do Conselho de Administração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;
- De 2010/05/01 a 9 de março de 2014 - Diretora Administrativa e de Recursos Humanos na APRAM, S.A.;
- De 1 de Março de 2001 a 30 de Abril de 2010 - Diretora de Recursos Humanos na APRAM, S.A.;
- De 1 de Novembro de 1997 a 28 de Fevereiro de 2001 - Diretora Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos na Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, IP;
- De 1 de Setembro de 1991 a 31 de Outubro de 1997 - Diretora de Recursos Humanos na Direção Regional de Portos;
- De 9 de Fevereiro de 1989 a 31 de Agosto de 1991 - Técnica superior na Direção Regional de Portos;
- De 21 de Abril de 1986 a 8 de Fevereiro de 1989 - Técnica superior no Gabinete de Estudos e Planeamento da ex Secretaria Regional do Plano;
- De 1984 a 1985 – Estágio profissional na UBP – União de Bancos Portugueses.

## 4 Governo da Sociedade

### Atividade Académica:

- Docente da disciplina de Geografia - Professora provisória, Escola Secundária Dr. Ângelo Augusto da Silva, Funchal;
- Assistente convidada da cadeira de “Gestão de recursos humanos”, Universidade Católica Portuguesa.

### Participação em Comissões/Grupos de Trabalho:

- Foi membro de vários júris de concursos, no âmbito da legislação referente aos mercados públicos;
- Integrou grupos de trabalho para a elaboração de propostas de diplomas de adaptação de legislação ao sector portuário da RAM;
- Coordenou o projeto de implementação do software SAP de apoio à gestão portuária e à gestão económico-financeira;
- Foi responsável na DRP pela implementação das normas e procedimentos referentes à nomenclatura combinada dos transportes marítimos, na sequência da harmonização estatística introduzida pela Diretiva Comunitária para o sector portuário;
- Coordenou, por parte da DRP, os projetos de “Auditoria informática e elaboração do Plano Diretor de Informática” e “Auditoria de gestão da Direção Regional de Portos”.
- Colaborou na elaboração dos diplomas que transformaram a Direção Regional em Instituto Público e posteriormente, em Sociedade Anónima;
- Colaborou, na qualidade de representante regional, na elaboração da proposta do Decreto-Lei de racionalização de efetivos no sector portuário (reforma antecipada);
- Coordenou o grupo de trabalho que procedeu à adaptação à RAM de várias legislações do sector portuário, com relevância para o Estatuto do Pessoal da Direção Regional de Portos.

## 4 Governo da Sociedade

### Trabalhos elaborados:

- “Evolução do Movimento de Cruzeiros do Porto do Funchal na última década, 1998, Secretaria Regional de Economia e Cooperação Externa;
- “A Política Comunitária Marítima – a sua importância na política comum de transportes e mercado comum”, 1995, dissertação no âmbito da Pós graduação em Gestão portuária e transporte intermodal, Centro de Documentação do ISP;
- “Evolução e caracterização das embarcações registadas no Registo de Internacional de Navios da Madeira”, 1996, Centro de Documentação do ISP;
- “Clima Organizacional – um estudo prático”, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1985.

### Reuniões do Conselho de Administração e decisões mais relevantes

O número de reuniões do Conselho de Administração no exercício de 2014 foi de 51.

A Administradora não executiva Dra. Tânia Bernardete Manica Martins não assistiu a nenhuma reunião do Conselho de Administração.

Destacamos as seguintes deliberações tomadas no ano de 2014:

### Governo da Sociedade:

- Aprovação do relatório de gestão e contas referente ao exercício do ano económico de 2013 e sua submissão à Assembleia Geral;
- Aprovação do plano de atividades e orçamento de exploração e de investimentos da APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, Sociedade Anónima, para o exercício do ano 2015;

#### 4 Governo da Sociedade

- Autorização para a celebração de contratos de mútuo celebrado com o Governo Regional, através da Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes, até ao montante máximo de € 12 134 462,00;
- Autorização para a celebração de contratos programa para o financiamento na parte não co financiada e referente aos investimentos da zona acostável norte, porto do Porto Santo e devolução do saldo final do porto do Caniçal inerente ao projeto 2003/PT/16/C/PT/003-"Desenvolvimento das infraestruturas portuárias da RAM Porto do Caniçal";
- Autorização para o gozo de tolerância de ponto, nos mesmos termos concedidos pelo Governo Regional.

#### Representação em comissões:

- Nomeação da Dr.ª Maria José Abreu Gonçalves como interlocutora da APRAM, S.A. no "Observatório da Mobilidade na Cidade do Funchal";
- Nomeação da equipa de coordenação para o projeto do cais de cruzeiros;
- Nomeação dos peritos da APRAM, S.A. que integrarão a equipa técnica especializada do Projeto NIPIM@R, promovido pela Direção Geral da Política do Mar;
- Nomeação da Eng.ª Cecília Maria Ribeiro da Silva Correia representante da APRAM, S.A., no âmbito do Projeto SNIMAR;
- Nomeação do Eng.º Rui Humberto Coelho Lopes, representante da APRAM, S.A., no âmbito do Grupo de Reflexão do Projeto "Cluster do Mar".

#### Execução do orçamento/Acordos de Regularização de Dívida:

- Alterações orçamentais (10), sendo três delas com reforço na receita devido à receção de créditos especiais;

#### 4 Governo da Sociedade

- Descativação de todas as rubricas do orçamento, autorizadas por despacho de Sua Excelência o Secretário Regional do Plano e Finanças;
- Celebração de vários ARD – Acordos de Regularização de Dívida para regularização de situações anteriores a 31 de dezembro de 2013, e em cumprimento da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso.
- Celebração de Acordo de Cessão de Créditos e Regularização de Dívida entre a APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., a Água e Resíduos da Madeira, S.A., Via Oceano, Bitrans, Empresa de Navegação Madeirense e Box Line;

#### **Participação da APRAM, S.A. em feiras/organizações do setor:**

- Autorização para a participação da APRAM, S.A. no âmbito do projeto “Cruises in the Atlantic Islands” na Seatrade Cruise Shipping Convention Miami e na Seatrade Europe 2014, realizada na “Fira de Barcelona Gran Via Conference Centre” – Barcelona;
- Autorização para a participação da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. na “44.ª Assembleia - Geral da MedCruise”, realizada em Castellón, Espanha;
- Autorização para a participação da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. na “45.ª Assembleia - Geral da MedCruise”, realizada em Barcelona, Espanha, em simultâneo com a Seatrade Europe 2014;
- Autorização para a participação da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. no Board Meeting da MedCruise”, realizado em Dubrovnic-Croácia;
- Autorização para a participação nos Açores na reunião de encerramento do projeto COSTA;

#### 4 Governo da Sociedade

- Autorização para a participação na Reunião promovida pela PLOCAN (Plataforma Oceânica de Canárias) em Las Palmas.

#### Atividades filantrópicas/responsabilidade social da APRAM, S.A.:

- Autorização para a isenção da taxa para contentor da Associação Portuguesa de Deficientes (Madeira), no âmbito da campanha “Dê uma Tampa à Indiferença”;
- Autorização para a isenção da TUP/Carga dos contentores que transportaram o fogo de artifício para o lançamento no dia 31 de dezembro de 2014;
- Autorização/Aprovação do Calendário das Festividades/2014 que a Empresa Cervejolândia/Beerhouse pretende levar a efeito;
- Autorização para ceder ao Município do Funchal, em regime de comodato, a varredora - Applied Sweepers LTD- gama Green Machines;
- Autorização para isentar o Clube Naval do Funchal do Pagamento da TUP/Carga referente ao Transporte de Embarcação “ACCESS” para o Continente.

#### Contencioso:

- Autorização para Proceder ao Convite ao Dr. David Gomes Nunes para apresentar proposta no âmbito do procedimento por ajuste direto adotado para a celebração do contrato relativo à “Aquisição de Serviços Jurídicos” e respetiva adjudicação para representar a APRAM, S.A. no processo movido pela Hidurbe;
- Mandato ao licenciado em Direito, Paulo Duarte Rodrigues de Jesus, para em nome e em representação da APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. subscrever os articulados e requerimentos no âmbito do processo n.º 109/14.3 BEFUN - Ação Administrativa Comum que correu termos no Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, em que é autor WW - Consultores de Hidráulica e Obras Marítimas, S.A., tendo-lhe para o efeito conferido poderes gerais forenses e ainda os poderes especiais de confessar, desistir e transigir.



#### 4 Governo da Sociedade

- Adjudicação à Sérvulo & Associados - Sociedade de Advogados, RL, da “Aquisição de Serviços Jurídicos” para a preparação e acompanhamento da impugnação à decisão da Comissão Europeia no quadro do processo de financiamento das obras do porto do Caniçal (projeto do Fundo de Coesão CCI 2003/PT/16/C/PT/003-"Desenvolvimento das infraestruturas portuárias da RAM -Porto do Caniçal");
- Adjudicação à Sérvulo & Associados - Sociedade de Advogados, RL, da prestação de serviços jurídicos, no âmbito do processo arbitral que opõe a APRAM, S.A. à CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.;
- Autorização para cobrança coerciva das dívidas de diversos clientes da APRAM, S.A.;
- Autorização para acionar as garantias financeiras prestadas para o exercício da atividade de Agente de Navegação nos Portos da Região Autónoma da Madeira de alguns agentes de navegação.

#### Recursos humanos:

- Contratação, em regime de contrato individual de trabalho de um piloto estagiário para substituição de outro piloto que solicitou a rescisão de contrato de trabalho;
- Autorização para a alteração do horário de trabalho de 3 trabalhadores;
- Alteração do regime mensal da isenção de horário de trabalho e respetiva percentagem de subsídio dos eletricitistas;
- Revogação do regime de turno a um cantoneiro de limpeza e do regime de isenção de horário de trabalho a um operário qualificado;
- Avaliação do desempenho dos trabalhadores da APRAM, S.A.;
- Autorização para iniciar o processo de recrutamento de um técnico de apoio informático para o desempenho de funções no Gabinete de Sistemas de Informação da APRAM, S.A.

#### 4 Governo da Sociedade

- Acolhimento de vários estagiários no âmbito dos cursos e da necessidade de efetuarem estágios curriculares.

##### **Emissão de certificados de isenção de pilotagem:**

- Autorização para Emissão de Certificado de Isenção de Pilotagem para os Portos do Funchal e Porto Santo para os Comandantes Rui Fernando da Silva Quental José Miguel Alves Carreira, do N/M Lobo Marinho.

##### **Regulamento tarifário:**

- Autorização para Isentar as Taxas de Atracação/Desatracação da “Nau Santa Maria de Colombo” no Âmbito da Realização no Porto Santo da XV Edição do “Festival Colombo”.
- Manutenção em 2014 da campanha de promoção “100 Anos, 100% de desconto”, junto das companhias de cruzeiro e dos seus representantes na Madeira, os agentes de navegação Blatas, JFM Shipping e Agência de Navegação Ferraz.

##### **Concursos para aquisição de bens e serviços / Adjudicações:**

- Adjudicação à empresa ISS FACILITY SERVICES - Gestão e Manutenção de Edifícios, Lda., a Prestação de Serviços de Limpeza das Instalações da Gare Marítima da Madeira;
- Autorização para realização de vistoria às empreitadas "Pintura dos muros de contenção na zona de apoio logístico do Porto Novo", "Reparação do Passeio Marítimo na Zona do Parque no Cais de Santa Cruz", para efeitos de receção definitiva;
- Autorização para a Celebração do Contrato no âmbito do "Concurso Público para Concessão de Exploração dos Pipelines e Respetivos Tanques para Abastecimento de Combustíveis à Navegação no Porto do Funchal";
- Autorização para adjudicar à Companhia de Seguros AIG Europe Limited a prestação de serviços de um seguro de responsabilidade civil de “Proprietários/Operadores Aeroportuários” pelo período de 1 ano, válido desde 29 de Maio de 2014;

#### 4 Governo da Sociedade

- Autorização para proceder à reparação da viatura “Ford Transit” com a matrícula 46-LD-14.
- Adjudicação à empresa Traços do Campo, Lda., ao abrigo do disposto no artigo 128.º do CCP, o fornecimento e plantação de 260 unidades de flores (malvas) para as 52 floreiras.
- Autorização para adjudicar à MOTA ENGIL, Engenharia e Construção, S.A., a Aquisição do Estudo Geológico-Geotécnico no “Âmbito do Ajuste Direto Adotado para a Celebração do Contrato Relativo à Aquisição de Estudo Geológico-Geotécnico”.
- Adjudicação a Tiago João Andrade dos Santos Lopes Cardoso, com a denominação comercial - FOTOSOUVENIR, a prestação de serviços de controlo da espécie "gavotas", no cais sul do porto do Funchal, através da utilização de aves de rapina.
- Adjudicação à empresa TECNOVIA MADEIRA - Sociedade de Empreitadas, S.A., no âmbito do "Convite à Apresentação de Proposta do Ajuste Direto Adotado para a Realização da Empreitada Relativa à Substituição da Tubagem da Rede de Água no Porto do Caniçal”;
- Adjudicação à Empresa NAVALTAGUS - Reparação e Construção Naval, S.A a Prestação de Serviços no âmbito do “Concurso Público para a Prestação de Serviços de Docagem do Rebocador «Cte. Passos de Gouveia»”;
- Adjudicação à LENA-Engenharia e Construções, S.A., o fornecimento e instalação de uma nova vedação em substituição da vedação, danificada pela Intempérie de 10 de Dezembro de 2013, no molhe sul do porto do Funchal.
- Adjudicação à INDUTORA-Instaladora Elétrica Madeirense, S.A., a “Empreitada de Reparação das Instalações Elétricas Afetadas pela Intempérie de 10 de Dezembro de 2013”.

#### 4 Governo da Sociedade

- Adjudicação da Prestação de Serviços de Manutenção da Classificação para uma Frota Marítima Composta por 4 (Quatro) Embarcações à Empresa BUREAU VERITAS Registre Internacional de Navires et D`Aeronefs, sucursal em Portugal;
- Adjudicação para a aquisição de material elétrico à empresa Vasconcelos & Abreu, Lda, no âmbito do convite à apresentação de proposta do ajuste direto adotado para o efeito;
- Adjudicação para a aquisição de material informático à empresa Central Store Tecnologias de Informação, Lda., nomeadamente os itens 2, 3, 8, 10 a 12, 14, 15, 17, 18, 20 a 24 e 28 a 30 e à empresa MCCOMPUTADORES, S.A., os itens 1, 4 a 6, 9, 13, 16, 19 e 25 a 27, constantes do convite consulta adotado para o efeito;
- Adjudicação para a prestação de serviços relativa à “Elaboração do Projeto de Execução e das Peças Processuais da Empreitada de Ampliação do Cais Norte do Porto do Funchal” à empresa CONSULMAR - Projectistas e Consultores, Lda..
- Adjudicação para a prestação de serviços no âmbito do "Concurso Público para a Limpeza das Instalações da Gare Marítima da Madeira" à empresa ISS FACILITY SERVICES - Gestão e Manutenção de Edifícios, Ld.ª.
- Renovação do Memorando de Entendimento “1.ª Coleção da Gare Marítima da Madeira pela Zarco Academy of Arts International”.
- Autorização para a libertação integral da caução prestada pela HIDURBE - Gestão de Resíduos, S.A., no Âmbito do "Concurso Público para Prestação de Serviços de Recolha de Resíduos”.

#### Licenciamento de atividades:

- Autorização para atribuir a favor da EEM & BFS – ENERGY S.A. o Direito de Uso Privativo de uma Parcela de Terreno no Porto do Porto Santo Destinada à Implantação de uma

#### 4 Governo da Sociedade

Unidade de Produção de Biocombustível a Partir do Cultivo e Transformação Termoquímica de Microalgas Marinhas;

- Autorização à “MADEIRA CARTÃO – Sociedade de Triagem, Lda.”, a ocupar uma parcela de terreno, localizada na Plataforma n.º 2 da Zona de Apoio Logístico do Porto Novo (ZAL).
- Autorização para atribuir a “Licença Precária de Ocupação e Utilização de Loja n.º 6 na Marina do Funchal Destinada ao Exercício da Atividade Marítimo-Turística e/ou Outras Atividades Comerciais Ligadas à Náutica e/ou Marítima”, à BLUE ADVENTURE
- Autorização do pedido da “ETERMAR/SOMAGUE CAIS DE CRUZEIROS DO FUNCHAL, A.C.E.”, para ocupação de área de terrapleno, localizada no Cais da Ribeira Brava destinada a stock provisório no âmbito do apoio logístico à “Empreitada de Construção do Novo Cais de Cruzeiros na Frente de Proteção Marítima do Depósito de Inertes Criado a Nascente do Cais da Cidade do Funchal.
- Autorização para Atribuição e outorga da "Licença Precária de Ocupação e Utilização de Loja n.º 17 na Marina do Funchal Destinada ao Exercício da Atividade de Cafetaria" ao Concorrente n.º 3 - Marla Sofia Pestana Barros na sequência do "Concurso Público para Atribuição de uma Licença Precária de Ocupação e Utilização de Loja n.º 16 e/ou Loja n.º 17 na Marina do Funchal Destinada(s) a: Cafetaria, e/ou Gelataria, e/ou Comercialização de Bebidas Tradicionais Madeirenses, e/ou Comercialização de Vinhos de Mesa, e/ou Comercialização de Produtos GOURMET
- Autorização à ACIPS - Associação de Comércio e Indústria do Porto Santo para Proceder à Distribuição de Folhetos no Porto do Porto Santo.
- Autorização para Atribuir a "Licença Precária de Ocupação e Utilização de Loja n.º 2 na Gare Marítima da Madeira Destinada ao Exercício da Atividade de Cafetaria e/ou Snack-Bar", ao senhor Ricardo Luís Silva Mendes

#### 4 Governo da Sociedade

- Autorização à “Frenetik Paradise, Lda.” para Ocupação de uma área de Terraplano no Porto do Funchal para Colocação de Contentor de 40’ e Esplanada Destinado ao Exercício da Atividade de Bar com Esplanada.
- Autorização do Pedido da “ETERMAR/SOMAGUE CAIS DE CRUZEIROS DO FUNCHAL, A.C.E.”, para Ocupação de uma Área de Terreno, Localizada no Cais Norte do Porto do Funchal, com 400 m2, Destinada a Apoio Logístico à “Empreitada de Construção do Novo Cais de Cruzeiros na Frente de Proteção Marítima do Depósito de Inertes Criado a Nascente do Cais da Cidade do Funchal”.
- Autorização para prorrogar até setembro de 2014 o Bar de Apoio ao Restaurante Beerhouse/Cervejolândia.
- Autorização à Empresa Isle Sense, Lda. a proceder à afixação de publicidade no Porto do Funchal.
- Autorização à Empresa Tukxi Madeira – Turismo, Unipessoal, Lda para Circulação de Veículo (00-MA-52) na Área do Porto do Porto Santo.
- Autorização para atribuir ao Senhor Marcos Henriques Vaz o direito de uso privativo do D.P.M./Caniçal destinada a montagem de equipamentos diversão/festas do Caniçal/15 a 30 de setembro de 2014.
- Autorização para Emissão de Licença 2014/OPM que Titula a Ocupação de Área Dominial no Porto do Caniçal para Instalação de um PT, Passagem de Cabos Elétricos para Alimentação de Gruas e Contentores Frigoríficos e Zona de Estacionamento de Contentores Frigoríficos.
- Autorização para confirmar o Alvará n.º 1 de 14 de outubro de 2008 atribuído à ETPRAM - Empresa de Trabalho Portuário – ETP, Ld.ª, para o exercício da atividade de cedência de mão-de-obra portuária nos portos e terminais da Região Autónoma da Madeira, pelo prazo de três anos a contar de 14 de outubro de 2014.

#### 4 Governo da Sociedade

- Autorização para Atribuir a Favor dos Senhores José António Santos Silva e Jerónimo Moniz da Silva o Direito de Uso Privativo de uma Parcela do Domínio Público Marítimo no Porto do Caniçal.
- Autorização para Atribuir a Favor da Senhora Alice Paula dos Santos Sousa o Direito de Uso Privativo de uma Parcela do Domínio Público Marítimo no Porto do Caniçal.
- Autorização para Proceder à Abertura de "Concurso Público para Atribuição de uma Licença Precária de Ocupação e Utilização de Loja n.º 16 na Marina do Funchal Destinada à Comercialização de Vestuário, Calçado e Acessórios de Pronto a Vestir Ligados à Náutica";
- Autorização para Proceder à Abertura de "Concurso Público para Atribuição de uma Licença Precária de Ocupação e Utilização de Loja n.º 18 na Marina do Funchal Destinada à Comercialização de Comida FAST – FOOD".

#### 4.8. Exercício de Poderes de Autoridade, por parte da APRAM, S.A.

Nos termos das alíneas a) a g), do número 2, artigo 3.º dos Estatutos da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S. A., aprovado em anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/99/M, de 1 de julho, exerce os seguintes poderes:

- Atribuição de usos privativos e definição do respetivo interesse público para efeitos de concessão relativamente aos bens do domínio público que lhe está afeto, bem como à prática de todos os atos respeitantes à execução, modificação e extinção da licença ou concessão;
- Licenciamento de atividades portuárias de exercício condicionado ou concessão de serviços públicos portuários, podendo praticar todos os atos necessários à atribuição, execução, modificação e extinção da licença ou concessão, nos termos da legislação aplicável;



## 4 Governo da Sociedade

- Expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários, nos termos legais;
- Administração do domínio público na área que lhe está afeta;
- Fixação de taxas e tarifas a cobrar pela utilização dos portos, terminais, cais e Marinas, dos serviços neles prestados e pela ocupação de espaços dominiais ou destinados a atividades comerciais ou industriais;
- Proteção das suas instalações e do seu pessoal;
- Uso público dos serviços inerentes à atividade portuária e sua fiscalização.

### 4.9. Entidades Encarregadas de Auditoria Externa

- CRC – Colaço, Rosa, Coelho & Associado, SROC, Lda.;
- Inspeção Regional de Finanças;
- Inspeção Geral de Finanças;
- Tribunal de Contas;
- Tribunal de Contas Europeu;
- Instituto de Desenvolvimento Regional;
- Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP;
- Outras que, no âmbito de projetos cofinanciados, sejam indicadas pelas respetivas entidades gestoras.

### 4.10. Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais

#### Assembleia Geral

A remuneração auferida pelos membros da Assembleia Geral, sob a forma de senhas de presença, foi de 950,00 €.

4 Governo da Sociedade

**Fiscal Único**

A remuneração auferida pelo Fiscal Único, durante o ano de 2014, foi de 20.642,40 €.

**Conselho de Administração**

Os membros do Conselho de Administração<sup>7</sup> auferiram as remunerações fixadas por Deliberação da Assembleia Geral da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.. As remunerações e demais regalias sociais foram as indicadas nos quadros seguintes:

**Quadro 1 - Remunerações e Demais Regalias Sociais do Conselho de Administração**

Descrição	Alexandra Cristina Ferreira Mendonça	Marcos João Pisco Pola Teixeira de Jesus	Maria de Fátima Pita Carvalho Correia <sup>8</sup>	Total
Remuneração base	48.000,00 €	44.400,00 €	36.013,40 €	128.413,40 €
Subsídio de férias / Natal	7.999,96 €	7.399,96 €	6.701,08 €	22.101,00 €
Subsídio de alimentação	1.686,92 €	1.665,20 €	1.136,68 €	4.488,80 €
Despesas de representação	14.400,00 €	8.880,00 €	7.202,66 €	30.482,66 €
Ajudas de custo	2.677,16 €	761,20 €	106,99 €	3.545,35 €
CGA	18.409,87 €	15.861,78 €	13.138,97 €	47.410,62 €
Redução remuneratória	7.020,00 €	6.012,00 €	3.860,04 €	16.892,04 €
<b>SUB-TOTAL SALÁRIOS</b>	<b>100.193,91 €</b>	<b>84.980,14 €</b>	<b>68.159,82 €</b>	<b>253.333,87 €</b>
Despesas com viatura	1.178,69 €	1.007,30 €		2.185,99 €
Seguro Viatura	131,86 €	131,86 €		263,72 €
Gasolina/Gasóleo	336,21 €	528,76 €		864,97 €
Comunicações	961,03 €	618,85 €		1.579,88 €
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>2.607,79 €</b>	<b>2.286,77 €</b>		<b>4.894,56 €</b>
<b>TOTAL</b>	<b>102.801,70 €</b>	<b>87.266,91 €</b>	<b>68.159,82 €</b>	<b>258.228,43 €</b>

Fonte: APRAM, S.A.

- As despesas de representação foram processadas 12 meses.
- Todos os Administradores estão inscritos e descontam para a Caixa Geral de Aposentações, ADSE ou Segurança Social, de acordo com o regime aplicável.

<sup>7</sup> A Vogal Tânia Bernardete Manica Martins não auferiu qualquer remuneração em 2014.

<sup>8</sup> Desde 10 de março de 2014

---

#### 4 Governo da Sociedade

- Não existem planos complementares de reforma.
- Não foram atribuídos prémios de gestão.

#### Relatório de Auditoria Externa

O Relatório do Revisor Oficial de Contas encontra-se anexo ao presente relatório.

## 5. RECLASSIFICAÇÃO E ORÇAMENTO DA APRAM, S.A.



A APRAM, S.A., enquanto parte integrante da administração pública regional tem por objeto a prestação de serviços, possui autonomia administrativa e financeira, com personalidade jurídica e património próprios, gerando e arrecadando receitas próprias derivadas da sua atividade.

O seu orçamento, enquanto empresa pública reclassificada e para o ano de 2014 representa 41,3% das despesas totais das EPR, com um valor de 41,063M€.



**PORTOS DA MADEIRA**  
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.

Handwritten signature or initials in the bottom right corner.

## 5 Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

### 5. RECLASSIFICAÇÃO E ORÇAMENTO DA APRAM, S.A.

A APRAM, S.A., enquanto parte integrante da administração pública regional tem por objeto a prestação de serviços, possui autonomia administrativa e financeira, com personalidade jurídica e património próprios, gerando e arrecadando receitas próprias derivadas da sua atividade.

Apesar da reclassificação da APRAM, S.A. "*produzir efeitos desde 2012, só em 2014 é integrada no sector institucional da administração pública regional*"<sup>9</sup>. Esta situação introduziu alterações significativas nas suas obrigações, de que se destacam:

- A integração da APRAM, S.A. no orçamento da RAM, concorrendo para todos os limites à despesa e não podendo ultrapassar as dotações orçamentais atribuídas;
- O cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;
- A obrigatoriedade de efetuar o reporte regular da informação financeira e do número de trabalhadores;
- A obrigatoriedade de cumprir com a regra da unidade de tesouraria, movimentando todos os fluxos financeiros exclusivamente em contas abertas no IGCP, encerrando as demais contas.

O orçamento da APRAM, S.A., enquanto empresa pública reclassificada e para o ano de 2014 representa 41,3% <sup>10</sup> das despesas totais das EPR, com um valor de 41,063M€.

Estes valores constam da proposta de Orçamento da APRAM, S.A. para o ano económico de 2014, elaborado na ótica da contabilidade pública. A repartição entre as receitas e despesas (correntes e de capital) é a expressa no quadro infra:

<sup>9</sup> Ver página 104 da proposta de ORAM 2014 - Relatório e Anexos.

<sup>10</sup> Orçamento – Empresas Públicas Reclassificadas, proposta de ORAM 2014 – Relatório e Anexos

5 Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

Quadro 2 – Orçamento inicial da APRAM, S.A.

Un.: Euros

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO	
1. Receitas correntes	10.106.598	25%
2. Receitas de capital	30.955.989	75%
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>41.062.587</b>	<b>100%</b>
1. Despesas correntes	16.183.354	39%
2. Despesas de capital	24.879.233	61%
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>41.062.587</b>	<b>100%</b>

Fonte: APRAM,S.A.

No decorrer do ano 2014, a APRAM, S.A. apresentou 9 alterações orçamentais, resultando num acréscimo de receita/despesa no valor de 1.247.350 €, sendo que a maior parte das alterações foram apenas reclassificações de rubricas de receita e despesa.

Verificou-se um acréscimo de receita através de crédito especial proveniente da arrecadação de taxas devidas pela ocupação de uma parcela de terreno integrada no domínio público marítimo onde se encontra implantada uma unidade de biocombustível (Eletricidade da Madeira, S.A.) e a outra pela faturação dos juros de mora devidos no âmbito do contencioso que opõe a APRAM, S.A. à CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.

Este ano a empresa apresentou receitas globais no valor de 36,824 M€, com uma taxa de execução orçamental na ordem dos 87%, correspondendo a uma taxa de execução orçamental das receitas correntes na ordem dos 93% (10,560 M€) e de receitas de capital na ordem dos 85 % (26,264 M€), conforme se pode constatar pelo mapa infra:

5 Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

Quadro 3 – Evolução do Orçamento das Receitas da APRAM, S.A.

Un.: Euros

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL 2014	ORÇAMENTO CORRIGIDO 2014	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2014	VARIAÇÃO	
				VALOR	%
<b>RECEITAS CORRENTES</b>					
<b>04 - Taxas, multas e outras penalidades</b>					
04 01 - Taxas	8.961.048	8.961.048	8.690.223	270.825	97%
04 02 - Multas e outras penalidades	21.500	475.050	9.776	465.274	2%
<b>05 - Rendimentos da propriedade</b>					
05 02 - Juros - Sociedades financeiras	1.250	50	11	39	23%
05 10 - Rendas	1.105.000	1.600.000	1.590.258	9.742	99%
<b>07 - Venda de bens e serviços correntes</b>					
07 01 - Venda de bens	2.800	2.800		2.800	
<b>08 - Outras receitas correntes</b>					
08 01 - Outras	15.000	275.000	270.000	5.000	98%
<b>TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES (1)</b>	<b>10.106.598</b>	<b>11.313.948</b>	<b>10.560.268</b>	<b>753.680</b>	<b>93%</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>					
<b>10 - Transferências de capital</b>					
10 04 - Administração regional	5.020.195	4.339.695	2.076.021	2.263.674	48%
10 09 - Resto do mundo	14.476.832	14.476.832	12.038.105	2.438.727	83%
<b>12 - Passivos financeiros</b>					
12 06 - Empréstimos a médio e longo prazo	11.453.962	12.134.462	12.115.988	18.474	100%
<b>13 - Outras receitas de capital</b>					
13 01 - Outras	5.000	45.000	34.146	10.854	76%
<b>TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL (2)</b>	<b>30.955.989</b>	<b>30.995.989</b>	<b>26.264.260</b>	<b>4.731.729</b>	<b>85%</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS = (1) + (2)</b>	<b>41.062.587</b>	<b>42.309.937</b>	<b>36.824.528</b>	<b>5.485.409</b>	<b>87%</b>

Fonte: APRAM,S.A.



## 5 Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

No que diz respeito às receitas correntes, a rubrica com maior peso no orçamento está diretamente relacionada com a atividade da empresa (rubrica “04 – Taxas, multas e outras penalidades”, com 24% das receitas totais), onde se incluem as taxas portuárias relacionadas com o tráfego de mercadorias e de cruzeiros (TUP navio, pilotagem, amarração, passageiros, etc.), tendo em conta que os portos da madeira continuam a ser a principal porta de entrada de bens e mercadorias na Região Autónoma da Madeira (TUP carga, contentores, veículos, graneis sólidos e líquidos, etc.), com cerca de 90% das importações da RAM, enquanto que o Porto do Funchal ocupou, em 2014, o 2.º lugar do ranking nacional no mercado de cruzeiros.

Segue-se ao nível das receitas correntes a rubrica “05 – Rendimentos da propriedade”, com 4% das receitas totais, onde se inclui a faturação das licenças e concessões, pela exploração e ocupação de terrenos e terraplenos, bem como edificações na área de jurisdição e sob a tutela da APRAM, S.A..

As principais receitas de capital da APRAM, S.A. referem-se, por um lado aos projetos cofinanciados pelos fundos comunitários (POVT) e pelos contratos programa associados a estes projetos (Rubrica “10 – Transferências de capital”, com o maior peso das receitas totais – cerca de 38%) e, por outro lado ao contrato de mútuo com o Governo Regional da Madeira, no sentido de cobrir os encargos com o serviço da dívida, que neste ano ascenderam a 12,115 M€ (“12 – Passivos financeiros”, com um peso de 33% das receitas totais).

**Quadro 4 – Distribuição da Execução Orçamental das Receitas**

Un.: Euros

DESIGNAÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2014	PESO %
<b>RECEITAS CORRENTES</b>		
04 - Taxas, multas e outras penalidades	8.699.999	24%
05 - Rendimentos da propriedade	1.590.269	4%
08 - Outras receitas correntes	270.000	1%
<b>TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES (1)</b>	<b>10.560.268</b>	<b>29%</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		

## 5 Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

DESIGNAÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2014	PESO %
10 - Transferências de capital	14.114.126	38%
12 - Passivos financeiros	12.115.988	33%
13 - Outras receitas de capital	34.146	0%
<b>TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL (2)</b>	<b>26.264.260</b>	<b>71%</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS = (1) + (2)</b>	<b>36.824.528</b>	<b>100%</b>

Fonte: APRAM,S.A.

Este ano a empresa apresentou despesas globais no valor de 37,179 M€, com uma taxa de execução orçamental na ordem dos 88%, correspondendo a uma taxa de execução orçamental das despesas correntes na ordem dos 96% (17,182 M€) e de despesas de capital na ordem dos 82 % (19,997 M€).

Os principais desvios, face ao orçamento corrigido e de 2014, ocorreram nas rubricas:

- “07 – Aquisição de bens de capital”, com uma variação de 4,382 M€, e prendem-se com a não execução das obras na Marina do Funchal, no Terminal de inertes do Porto Novo, empreitada das infra estruturas do porto do Porto Santo e Ampliação e remodelação do Terminal Norte;
- “02 – Aquisição de serviços”, com uma variação de 388 mil euros, visto que foram previstas aquisições de serviços que não vieram a ocorrer em 2014 fruto da superior anuência tardia e a título de exemplo o contrato de prestação de recolha de resíduos;
- “03 – Juros e outros encargos”, com uma variação de 228 mil euros, atendendo a que a estimava de juros bancários estava sobreavaliada, tendo em conta que na altura da realização do orçamento foi tida em consideração uma taxa de juro superior à que se veio a confirmar, sendo que o Banco Central Europeu tem vindo a baixar as taxas Euribor, que servem de referência para o cálculo dos respetivos juros bancários. Por outro lado, havia a expectativa de cobrança de juros de mora associados às dívidas em atraso das empresas (dívida comercial), devidas contratualmente, mas que fruto de uma negociação por parte da APRAM, S.A. na realização de acordos de regularização de

## 5 Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

dívida, obteve-se o perdão ou redução dos juros de mora para valores substancialmente mais baixos.

**Quadro 5 – Evolução do Orçamento das Despesas da APRAM, S.A.**

Un.: Euros

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL 2014	ORÇAMENTO CORRIGIDO 2014	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2014	VARIÇÃO	
				VALOR	%
<b>DESPESAS CORRENTES</b>					
<b>01 - Despesas com o pessoal</b>					
01 01 - Remunerações certas e permanentes	4.440.959	4.699.192	4.687.113	<b>12.079</b>	<b>100%</b>
01 02 - Abonos variáveis ou eventuais	1.196.166	1.303.466	1.297.551	<b>5.915</b>	<b>100%</b>
01 03 - Segurança social	1.312.875	1.550.925	1.445.578	<b>105.347</b>	<b>93%</b>
<b>02 - Aquisição de serviços</b>					
02 01 - Aquisição de bens	300.825	296.575	212.767	<b>83.808</b>	<b>72%</b>
02 02 - Aquisição de serviços	1.799.175	2.674.992	2.369.959	<b>305.033</b>	<b>89%</b>
<b>03 - Juros e outros encargos</b>					
03 01 - Juros da dívida pública	6.859.354	6.758.854	6.618.728	<b>140.126</b>	<b>98%</b>
03 05 - Outros (Juros e encargos tributários, compensatórios, etc.)	254.000	214.000	125.511	<b>88.489</b>	<b>59%</b>
<b>06 - Outras despesas correntes</b>					
06 02 - Diversas	20.000	432.000	425.627	<b>6.373</b>	<b>99%</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES (1)</b>	<b>16.183.354</b>	<b>17.930.004</b>	<b>17.182.834</b>	<b>747.170</b>	<b>96%</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>					
<b>07 - Aquisição de bens de capital</b>					
07 01 - Aquisição de bens de capital	192.147	192.147	43.289	<b>148.858</b>	<b>23%</b>
07 03 - Bens do domínio público	19.309.880	18.810.580	14.576.536	<b>4.234.044</b>	<b>77%</b>
<b>10 - Passivos financeiros</b>					
10 06 - Empréstimos a médio e longo prazo	5.377.206	5.377.206	5.377.206	<b>0</b>	<b>100%</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL (2)</b>	<b>24.879.233</b>	<b>24.379.933</b>	<b>19.997.030</b>	<b>4.382.903</b>	<b>82%</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS = (1) + (2)</b>	<b>41.062.587</b>	<b>42.309.937</b>	<b>37.179.865</b>	<b>5.130.072</b>	<b>88%</b>

Fonte: APRAM,S.A.

## 5 Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

No que diz respeito às despesas correntes, e face ao total das despesas, as rubricas com maior peso no orçamento são a “01 – Despesas com o pessoal”, com 20%, seguindo-se a rubrica “03 – Juros e outros encargos”, com 18%, e a rubrica “02 – Aquisição de serviços”, com um peso de 7 %. De um modo geral estas rubricas estão diretamente ligadas às atividades da empresa, com exceção da rubrica “03 - Juros e outros encargos”, que estão relacionadas com os juros da dívida pública, decorrentes dos empréstimos obtidos em anos anteriores para fazer face aos elevados investimentos em aquisição de equipamentos (rebocadores, lanchas, etc.) e realização de novas infraestruturas portuárias (Porto Moniz, Caniçal, Santa Cruz, Câmara de Lobos, etc.).

As principais despesas de capital da APRAM, S.A. referem-se, por um lado aos projetos cofinanciados pelos fundos comunitários (POVT) e estão associados à rubrica “07 – Aquisição de bens de capital”, com o maior peso das despesas totais – cerca de 39% e, por outro lado à amortização dos empréstimos bancários de médio e longo prazo, que neste ano ascenderam a 5,377 M€ (“10 – Passivos financeiros”, com um peso de 14% das receitas totais).

**Quadro 6 – Distribuição da Execução Orçamental das Despesas**

Un.: Euros

DESIGNAÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2014	PESO %
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		
01 - Despesas com o pessoal	7.430.242	20%
02 - Aquisição de serviços	2.582.726	7%
03 - Juros e outros encargos	6.744.239	18%
06 - Outras despesas correntes	425.627	1%
<b>TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES (1)</b>	<b>17.182.834</b>	<b>46%</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		
07 - Aquisição de bens de capital	14.619.824	39%
10 - Passivos financeiros	5.377.206	14%
<b>TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL (2)</b>	<b>19.997.030</b>	<b>54%</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS = (1) + (2)</b>	<b>37.179.865</b>	<b>100%</b>

Fonte: APRAM,S.A.

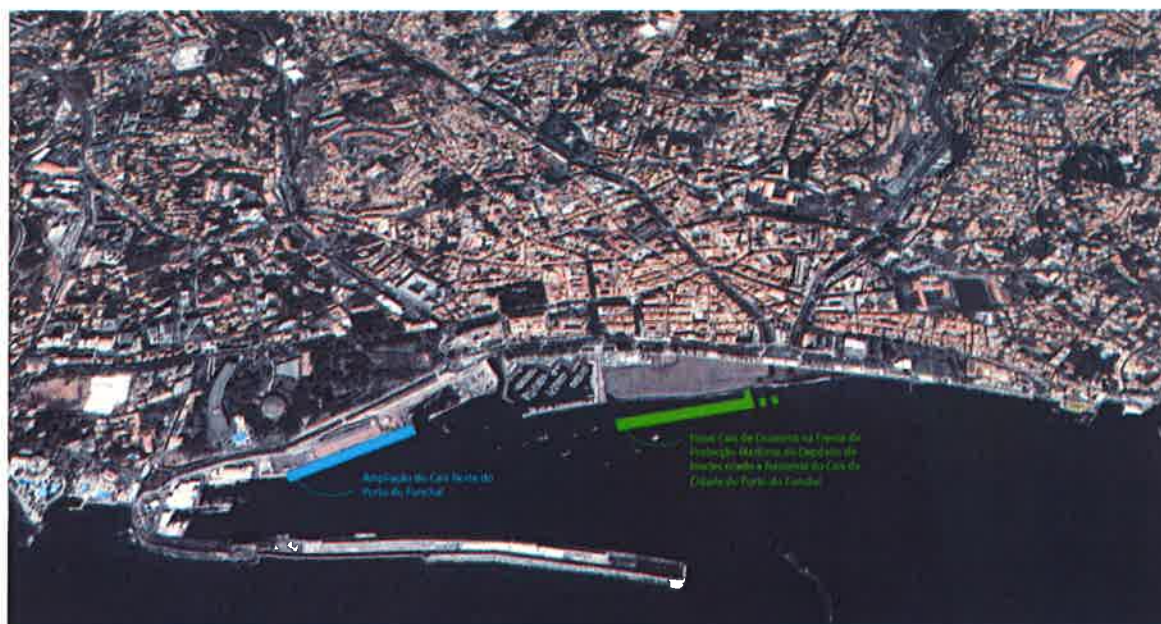
---

5 Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

Por fim, importa referir que existe um saldo negativo entre o total das receitas e o total das despesas (menos 355 mil euros), que respeita à utilização do saldo da gerência do ano 2013, na realização de despesas do ano 2014, apesar de a empresa ter sido integrada no orçamento regional a partir deste ano.



## 6. PLANO DE INVESTIMENTOS



■ Cais acostável, com avanço da linha de acostagem (2 a 6 m) relativamente à anterior estrutura que aí existiu e que estava, até à mudança do movimento de mercadorias para o porto do Caniçal, vocacionada para receber contentores e carga geral em navios de pequeno porte, sendo danificada e tornada inoperacional pelo temporal de Fevereiro de 2010.

■ Novo cais acostável: construção de um cais com aproximadamente 330m de comprimento, com fundos de serviço de -8.00m (ZH), e cuja plataforma de apoio com largura mínima de 20m, e ampliação e reabilitação do cais norte do porto do Funchal.



Novo cais de Cruzeiros



**PORTOS DA MADEIRA**

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.

M  
D

## 6 Plano de Investimentos

### 6. PLANO DE INVESTIMENTOS

No ano 2014 foi implementado um software para os registos contabilísticos, numa ótica de contabilidade pública (cabimento, despesa, etc.) em virtude da reclassificação da APRAM, S.A. como EPR – Empresa Pública Reclassificada, passando a empresa a ter obrigatoriedade de dar cumprimento à lei dos compromissos e pagamentos em atraso.

Neste ano foi lançado o concurso público para a elaboração do projeto dos edifícios das autoridades do porto do Porto Santo, no âmbito da candidatura do POVT - Projeto infraestruturas no porto do Porto Santo, e deu-se continuidade à construção do novo cais de cruzeiros na frente de proteção marítima do depósito de inertes criado a nascente do cais da cidade do Funchal.

Esta infraestrutura (novo cais de cruzeiros) é comparticipada pela Lei de Meios, pelo POVT – Plano Operacional de Valorização do Território e o remanescente, na parte não cofinanciada é objeto de contrato programa com o Governo Regional.

No ano de 2014 verificou-se um investimento global de 13,005M€ que incidiu, essencialmente, na execução da empreitada acima referida.



## 7. CONCESSÕES/LICENÇAS



A APRAM,S.A. (...) fixa taxas e tarifas a cobrar pela utilização dos portos, terminais, cais e marinas, pelos serviços prestados e pela ocupação dos espaços dominiais.



**PORTOS DA MADEIRA**

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.

M  
3

## 7 Concessões/Licenças

### 7. CONCESSÕES/LICENÇAS

Neste capítulo são enumerados os contratos de concessão e licenças em vigor a 31 de dezembro de 2014, de acordo com a sua área de localização geográfica.

#### 7.1. Licenças para o exercício de atividade:

- Confirmação do Alvará n.º 1, de 14 de Outubro de 2008, atribuído à ETP-PRAM - Empresa de Trabalho Portuário ETP, Ld.ª para o exercício da atividade de cedência de mão de obra portuária nos portos e terminais da Região Autónoma da Madeira, pelo prazo de 3 anos, com efeitos desde 14 de Outubro de 2011;
- Licença destinada à movimentação de cargas (operação portuária) nos portos do Funchal, Porto Santo e Caniçal, atribuída à OPM – Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.;
- Agente de navegação nos portos da Região Autónoma da Madeira às empresas:
  - Agência Ferraz - J.M. Ferraz Simões, Ld.ª;
  - *Blatas, Lda. (Ex. Agência Blandy),*
  - Empresa de Navegação Madeirense, Lda.;
  - Funchal Marítima – Agentes de Navegação, Lda;
  - JFM Shipping, Ld.ª;
  - João Silvério Pires, Lda.
  - Marfrete – Transitários e Navegação, Lda;
  - Portmar – Agência de Navegação, Ld.ª;
  - Transinsular – Transportes Marítimos Insulares, Lda;
  - Via Oceano - Agência de Navegação Lda;

## 7 Concessões/Licenças

### 7.2. Funchal

- Contrato de concessão da exploração da Marina do Funchal (em regime de serviço público), atribuído à Associação MarinaFunchal;
- Contrato administrativo de concessão de uso privativo de uma parcela de terreno no porto do Funchal, da subinstalação para armazenagem de produtos derivados do petróleo (manutenção da subinstalação para armazenagem de produtos derivados do petróleo e fornecimento de combustíveis à navegação, através de oleodutos), atribuído à Repsol Portuguesa, S. A.;
- Contrato administrativo de concessão de uso privativo de uma parcela de terreno na Marina do Funchal, da instalação de um posto de venda de combustível líquido à navegação (destinada à manutenção da instalação de um posto de venda de combustíveis (depósito e bomba) à navegação), atribuído à Repsol Portuguesa, S.A.;
- Contrato de concessão do prédio localizado na Avenida Sá Carneiro, n.º 3 para a atividade de Bar-Discoteca, atribuída a Rebelos & Camacho, Lda.;
- Alvará de Licença referente ao uso privativo da parcela de terreno onde se encontra implantada a fração do edifício conhecido por “Beer House”, atribuído à Cervejolândia, Lda.;
- Licença de Ocupação para colocação e exploração de mupis na área do Porto do Funchal, atribuída à Netcriações - Publicidade e Internet, Lda.;
- Licença de ocupação de uma área situada na rés-do-chão e no terraço do edifício a oeste do Forte de Nossa Senhora da Conceição, destinada à instalação de uma estação telefónica celular e de uma de antena, atribuída à Vodafone, S.A.;
- Licença de Ocupação, destinada à ocupação de área (sala técnica) e de espaço na fachada do prédio do “Forte de Nossa Senhora da Conceição” para a instalação de uma Estação Base de Telecomunicações Móveis da TMN e de uma antena atribuída à TMN - Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.;

## 7 Concessões/Licenças

- Contrato Promessa de Arrendamento de um espaço sito na Marina do Funchal, para colocação de contentor e instalação de uma antena, atribuído à TMN - Telecomunicações Móveis Nacionais, S. A.;
- Alvará de Licença referente ao uso privativo de uma parcela de terreno, destinada à instalação de um quiosque à entrada do cais da cidade do Funchal, para venda de impressos e divulgação das atividades de lazer e recreio do Município do Funchal, atribuída à Câmara Municipal do Funchal;
- Alvará de Licença para utilização de uma parcela de terreno do domínio público marítimo, junto à rampa Roll-on Roll-off, destinada à colocação de um mupi e de um quiosque de alumínio para prestação de informações e venda de bilhetes no exercício da atividade marítimo-turística, atribuída à Santa Maria – Atividades Marítimo, Turísticas, Lda.;
- Renovação e concessão temporária das licenças de ocupação das lojas localizadas na Marina do Funchal (até ao início das obras de remodelação da Marina do Funchal);
- Renovação temporária (até ao início das obras de remodelação da Marina do Funchal) das licenças destinadas à colocação de quiosques para venda de bilhetes no âmbito do exercício da atividade marítimo-turística, atribuída às seguintes empresas:
  - Madeira Big Game Fishing - Atividades Náuticas, Lda.
  - Gavião Viagens Turísticas, Lda.;
  - Santa Maria - Atividades Marítimo, Turísticas, Lda.;
  - Nautisantos - Atividades Desportivas, Lda.;
  - Horizonte do Atlântico, Animação Turística, Lda.;
  - Albatroz do Mar - Atividades de Animação Turística, Unipessoal, Lda.;
  - Prazer do Mar, Atividades Marítimo - Turísticas, Lda.;
  - Ema de Freitas e Can, Lda.;

## 7 Concessões/Licenças

- Visões Aquadélicas – Atividades Marítimo Turísticas, Lda.;
- Maria Zita França, Unipessoal, Lda. “Tamisa”;
- Aqua Tours - Atividades Turísticas, Lda.
- Autorização para colocação de 1 lona com publicidade do Dolce Vita, atribuída à Aplicação Urbana XIV, S.A.;
- Autorização para colocação de 1 lona com publicidade ao Museu CR7;
- Autorização para colocação de 3 painéis com publicidade da empresa Teleféricos da Madeira;
- Autorização para colocação de 1 painel com publicidade da empresa Grand Vision, Portugal Unipessoal;
- Autorização para colocação de 1 balcão de venda de bilhetes e 3 painéis com publicidade da empresa Douro Acima – Transportes Turismo e Restauração, Lda.,
- Autorização para colocação de 1 balcão de venda de bilhetes e 1 painel com publicidade da empresa Carristur Portugal, Ld.ª;
- Autorização para colocação de 3 painéis com publicidade do Casino da Madeira, atribuída à ITI - Sociedade de Investimentos Turísticos na Ilha da Madeira, S.A.;
- Autorização para colocação de 1 painel com publicidade do IVBAN, atribuída ao Instituto do Vinho, Bordado e Artesanato da Madeira;
- Autorizações diversas:
  - Balcões de vendas às empresas City Bubbles e Old Timer;
  - Carrinha de venda de gelados;
  - Venda ambulante de publicações e jornais;
  - Venda de bebidas e snacks, através de máquinas automáticas.



## 7 Concessões/Licenças

- Licença de Ocupação e Utilização de espaço destinado ao Clube de Entusiastas de Navios na Gare Marítima da Madeira, atribuída ao Clube de Entusiastas de Navios – Loja n.º 3, a título pro bono;
- Licença de ocupação e utilização de dois espaços destinados à colocação de caixas multibanco, atribuída ao Banco Santander Totta, S.A..

### 7.3. Caniçal

- Autorização para a atribuição a favor da “OPM – Sociedade de Operações Portuárias, Ld.ª” do direito de uso privativo de uma parcela de terreno integrado no domínio público marítimo, localizada no Porto do Caniçal (PT);
- Licença para utilização de 2 instalações fixas localizadas no Porto do Caniçal, atribuída à ETPRAM - Empresa de Trabalho Portuário ETP, Lda.;
- Contrato administrativo de concessão de uso privativo de uma parcela de terreno no terminal do Caniçal - Porto de Pesca - destinado à construção de uma instalação de gasóleo para abastecimento a embarcações de pesca, atribuído à Repsol Portuguesa, S.A.;
- Contrato Administrativo de Concessão de Exploração de um Terminal Marítimo de Combustíveis no Caniçal, atribuído à CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.;
- Contrato de Concessão de Exploração do estaleiro naval para embarcações em madeira do Caniçal, atribuído à J.S. Vieira & Gouveia, Lda.;
- Alvará de Licença para utilização a título precário, de umas instalações amovíveis, numa parcela de terreno do domínio público da Madeira, Lda.;
- Alvará de Licença para utilização, a título precário, de uma parcela de terreno do domínio público marítimo, na área denominada “ZONA C” e destinada à oficina provisória da OPM, atribuída à OPM- Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.;

## 7 Concessões/Licenças

- Licenças, para utilização a título precário, de lojas no Edifício de Autoridades do Porto do Caniçal, atribuída às seguintes empresas:
  - OPM- Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda. - Lojas n.º 1;
  - Reboques Avelino, Lda. – Loja n.º 4;
  - Empresa de Navegação Madeirense, Lda. – Loja n.º 5;
  - ETE - Logística, S. A.- Loja n.º 7;
  - Freitas & Caires, Lda. – Loja n.º 9;
  - Aguiar & Silva, Lda. – Loja n.º 10;
  - Casa do Pessoal da APRAM-Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. - Loja n.º 20.
- Licença referente à ocupação da loja F, no edifício de autoridades do Porto do Caniçal, com a finalidade de servir de instalações à Polícia Marítima - Comando Local do Funchal, atribuída à Marinha - Direção Geral da Autoridade Marítima;
- Autorização para ocupação de área no Estaleiro Naval do Caniçal pelo consórcio Etermar/Somague - Cais de Cruzeiros do Funchal, ACE.

### 7.4. Porto Santo

- Contrato de Concessão de Exploração da Marina do Porto Santo, atribuída à 33/16 – Assistência Náutica, S. A.;
- Contrato de Conceção, Construção e Exploração de infraestruturas de apoio a atividades náuticas de recreio, no terraplano do porto do Porto Santo, atribuído à 33/16 – Assistência Náutica, S. A.;
- Aluguer de um pórtilco travel lift e de um empilhador de elevação negativa, atribuído à 33/16 – Assistência Náutica, S. A.;



## 7 Concessões/Licenças

- Contrato administrativo de concessão de uso privativo de uma parcela de terreno no porto do Porto Santo da construção para armazenagem e um posto de venda de gasóleo à navegação, atribuído à Galp Madeira - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, Lda.;
- Alvará de licença referente ao uso privativo de parcela destinada à manutenção do "entreposto cimenteiro" para realização de operação de descarga e movimentação de cimento a granel do navio atracado para o estabelecimento, atribuída à Cimentos Madeira, Lda.;
- Licença de utilização privativa de parcela dominial, atribuída à Rhea Dive, Lda. para desenvolvimento das atividades constantes do objeto social da mesma;
- Alvará de licença para utilização do uso privativo de uma parcela de terreno, no porto do Porto Santo, destinada à manutenção de uma cabine de alumínio para venda de bilhetes de Transportes Públicos, atribuída a Moinho - Rent-a-Car, Lda.;
- Licença de ocupação e utilização de espaço destinado ao exercício da atividade de restaurante no porto do Porto Santo, atribuída a José Oliveira Gomes de Sousa;
- Licença de ocupação e utilização de espaço atribuída Auto Acessórios Colombo, Unipessoal, Ld.ª.

### 7.5. Socorridos

- Contrato de Concessão de uso privativo de parcelas do domínio público, atribuído à Cimentos Madeira, Lda.;
- Contrato Administrativo de Concessão de Exploração de um terminal marítimo de combustíveis nos Socorridos, atribuída à EEM - Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A..

## 7 Concessões/Licenças

### 7.6. Câmara de Lobos

- Contrato Administrativo de Concessão de Uso Privativo de uma parcela de terreno no cais de Câmara de Lobos da instalação de um posto de venda de combustível líquido à navegação (destinada à manutenção da instalação de um posto de venda de combustíveis à navegação, constituída pela instalação do motor, escritório e depósito), atribuído à REPSOL PORTUGUESA, S.A.;
- Contrato Administrativo de Concessão de Uso Privativo de uma parcela de terreno no cais de Câmara de Lobos, destinada à manutenção da instalação de um posto de venda de combustíveis à navegação, constituída por um escritório e depósito, atribuído à GALP MADEIRA - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, Lda..

### 7.7. Ribeira Brava

- Protocolo celebrado com a Aquilha para utilização do guincho e barracão de apoio;
- Utilização do guincho e cacifos de apoio à pesca no porto da Ribeira Brava.

### 7.8. Machico

- Contrato de Concessão de Exploração do porto de recreio de Machico, atribuído à Câmara Municipal de Machico.

### 7.9. Santa Cruz

- Licença para utilização, a título precário, de uma parcela destinada à colocação de umas instalações amovíveis na ZAL – Zona de Apoio Logístico do Porto Novo, atribuída à Daniel Freitas Alves & Filhos, Lda.;
- Autorização para utilização, a título precário, de uma parcela destinada à colocação de umas instalações amovíveis na ZAL – Zona de Apoio Logístico do Porto Novo, atribuída à Logislink - Terminal de Logística, Lda..

---

## 7 Concessões/Licenças

### 7.10. Porto Moniz

- Protocolo celebrado com o Clube Naval do Seixal para utilização do guincho e barracão de apoio;
- Utilização do guincho e cacifos de apoio à pesca no porto do Porto Moniz.

## 8. SEGURANÇA



Dando cumprimento ao estipulado no Código ISPS (International Ships and Ports Security) , a APRAM, S.A. :

- Adequou as suas estruturas ao cumprimento dos Planos de Proteção, designadamente com a revisão e melhoria dos procedimentos de proteção das instalações e do aperfeiçoamento do controlo de acessos às áreas restritas dos Portos;
- Continuou a formação do pessoal afeto ao controlo das instalações portuárias nos portos do Funchal, Caniçal e Porto Santo.



**PORTOS DA MADEIRA**

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.

A handwritten signature or mark in blue ink, located in the bottom right corner of the page.

## 8 Segurança

### 8. SEGURANÇA

O Decreto-Lei n.º 226/2006, de 15 de novembro definiu a estrutura básica da organização interna de segurança dos portos face às ameaças e ações ilícitas intencionais.

De modo a ser possível dar cumprimento ao estipulado no referido diploma, no ano de 2014 foi dada continuidade à implementação e monitorização de diversas medidas na área da proteção marítima e patrimonial para que a APRAM, S.A. mantivesse a certificação dos seus portos, obtida em 2009 e emitida pela Autoridade Nacional, de acordo com as regras do Código ISPS (International Ships and Ports Security).

Assim, são de destacar as seguintes principais ações:

- Implementação dos Planos de Proteção nos termos da certificação ISPS (International Ships and Ports Security) e respetiva monitorização;
- Avaliação de Proteção pelo IPTM às 3 Instalações Portuárias (Gare Marítima, Terminal Norte e Cais Comercial do Caniçal);
- Adequação das estruturas necessárias ao cumprimento dos Planos de Proteção, designadamente com a revisão e melhoria dos procedimentos de proteção das instalações e do aperfeiçoamento do controlo de acessos às áreas restritas dos Portos;
- Continuação da formação do pessoal afeto ao controlo das instalações portuárias nos portos do Funchal, Caniçal e Porto Santo;
- Articulação da atuação com as restantes Autoridades, através do Centro Coordenador de Proteção do Porto nomeadamente com a Capitania, as restantes forças de Segurança, o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros da Madeira e a Autoridade Regional de Saúde, designadamente através da realização de exercícios conjuntos entre as entidades envolvidas;

## 8 Segurança

- Contratação e monitorização dos serviços da empresa de vigilância, que, conjuntamente com o destacamento da PSP, agentes da Polícia Marítima e da Guarda Republicana – Brigada Fiscal e os Oficiais de Proteção, asseguram a proteção portuária, a todo o tempo.

## 9. MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS



"Seatrade de Miami" maior feira de cruzeiros do mundo, na qual a APRAM, S.A. participa integrada como membro fundador do "Cruises in the Atlantic Islands".



**PORTOS DA MADEIRA**  
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.



## 9 Marketing e Relações Públicas

### 9. MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS

#### 9.1. Ações de Promoção

Em termos gerais, e tendo por referência os objetivos estabelecidos para o ano de 2014, realça-se o seguinte:

- Comemorações dos 100 Anos da JAOPF-Junta Autónoma das Obras do Porto do Funchal, que se iniciaram em 2013, com a realização do Colóquio, em parceria com o CEHA, de encerramento das comemorações, sob o tema “Mobilidade e Insularidade – O Mar Barreira ou Ponte?... As fronteiras das ilhas... Os Portos – políticas, passantes e poderes”.
- Continuidade da parceria de promoção conjunta do turismo de cruzeiros com as Ilhas Canárias, no âmbito do projeto Cruises in the Atlantic Islands, participando na Seatrade Cruise Shipping Convention Miami (março), Seatrade Med em Barcelona – Espanha (setembro).
- Colaboração com a comunidade portuária a nível nacional, reforçando a presença dos Portos da Madeira ao lado dos portos nacionais. Participação conjunta no stand dos portos de Portugal na Seatrade Cruise and Shipping Convention Miami e em diversas reuniões da APP – Associação dos Portos de Portugal.
- Reuniões com armadores no âmbito da participação nas Assembleias gerais da Med Cruise em Castellon e Barcelona;
- Comemorações do Dia Internacional do Turismo com iniciativas na Gare Marítima da Madeira, no acolhimento ao turista de cruzeiros do navio National Geographic (27 de setembro).
- Conferência na Gare Marítima da Madeira do OOM (Observatório Oceanográfico da Madeira) com o tema “CLUSTERS & CONHECIMENTO do Mar: uma perspetiva do Oceanos XXI”, da autoria do Prof. João José Oliveira Dias Coimbra.

## 9 Marketing e Relações Públicas

- Organização da conferência sob o tema “A Pirataria Marítima no século XXI”, da autoria do Cte. Henrique Peyroteo Portela Guedes.
- Acolhimento, entre 29 e 30 de julho, dos parceiros do projeto ESTRAMAR (Estratégia Marino-Marítima de I+D+i na Macaronésia).
- Cedência de espaço para duas exposições de fotografia do CEN – Clube de Entusiastas de Navios, sob os temas “Navios pelo Mundo” e “Fins-de-ano no Porto do Funchal” e à Zarco International Academy of Arts para exposições permanentes de pintura.
- Cedência de espaços para montagem de camarins e *set* das filmagens da série francesa “Une Famille Formidable”, durante as filmagens no porto do Funchal.
- Presença em cerimónias a bordo e ações de boas-vindas na 1ª escala de navios cruzeiro no Porto do Funchal.
- Promoção e organização da iniciativa “III Marcha da Pontinha” e a “LII Prova de Atletismo Casa da Luz – Pontinha” em parceria com o Clube Naval do Funchal/ Aqua Gym e a AARAM – Associação de Atletismo da Região Autónoma da Madeira.
- Visita da Câmara de Comércio Israelita, do grupo da Confraria Marítima de Portugal, de escolas, coletividades e associações à Gare Marítima da Madeira, Porto do Funchal e Porto do Caniçal;
- Promoção do calendário de eventos da Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes (Carnaval, Festa da Flor, Festa do Vinho, Fim do Ano), com decoração alusiva na Gare Marítima e eventos direcionados aos cruzeiristas.

### 9.2. Comunicação

Reforço da comunicação, com informação atualizada, na página institucional do Facebook, nas newsletters e boletins das associações de que a APRAM, S.A. é membro, nomeadamente, APP – Associação dos Portos de Portugal e RETE – Associação para a colaboração entre os Portos e as Cidades e ainda, junto dos media;

## 9 Marketing e Relações Públicas

Contactos regulares junto dos jornalistas regionais, apostando na proximidade como forma de criar mais e melhores notícias sobre a APRAM, S.A..

### 9.3. Informação geral e Publicações

Informação sobre as ações, bem como contactos dos agentes, projetos e parcerias celebradas pela APRAM, S.A. estatística, previsão de escalas diárias e anuais, “via verde” para acesso à Pontinha, tarifário e investimentos está disponível, através do site [www.apram.pt](http://www.apram.pt) ou [www.portosdamadeira.com](http://www.portosdamadeira.com), dois domínios que permitem estar presente *on-line* e com informação atualizada e bilingue (português e inglês);

Lançamento de 10 newsletters, editadas pelo CEHA – Centro de Estudos de História do Atlântico, alusivas ao centenário da JAOPF.

## 10. ESTALEIRO NAVAL DO CANIÇAL/CLCM



10 Estaleiro Naval do Caniçal/CLCM

**10. ESTALEIRO NAVAL DO CANIÇAL/CLCM – CENTRO LOGÍSTICO DE COMBUSTÍVEIS DA MADEIRA**

**10.1. Estaleiro Naval do Caniçal**

Por Resolução n.º 544/2009, de 7 de Maio, com as alterações introduzidas pela Resolução n.º 622/2009, de 28 de Maio, desde Janeiro de 2010, o Governo Regional mandatou a APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. para, em representação da RAM, administrar e gerir o Estaleiro Naval do Caniçal.

Esta infraestrutura, implantada em área portuária, encontra-se completamente inoperacional, fruto da avaria do Syncrolift, ocorrido em Abril de 2008.

Esta decisão do acionista, teve também como efeito colateral o arrastamento da APRAM S.A. para um contencioso judicial, dado que, por via dessa condição de entidade administrante do Estaleiro, se viu envolvida em vários processos judiciais movidos nomeadamente, pela MEC, antigo concessionário do espaço, e pela empresa Basaltareias, armador do navio Arco que se encontrava a docar, quando ocorreu o acidente com a plataforma elevatória, Syncrolift, anteriormente à gestão da APRAM, S.A..

Foi igualmente movida uma providência cautelar pela MEC contra a Direção Tributária do Funchal, devido à venda em hasta pública da maquinaria pesada que ocupa o estaleiro. A ocupação do armazém com os equipamentos do antigo concessionário tem inviabilizado a rentabilização daquele espaço, apesar do interesse demonstrado por vários parceiros.

**10.2. CLCM – Centro Logístico de Combustíveis da Madeira**

A APRAM, SA vem dirimindo desde 2007 com a CLCM um diferendo na interpretação de cláusulas do contrato celebrado com aquela empresa, com vista à exploração do centro de logística de combustíveis da Madeira, implantado parcialmente em área sob jurisdição da APRAM, S.A..

## 10 Estaleiro Naval do Caniçal/CLCM

Por via dessa ocupação, foi celebrado o referido contrato que previa o pagamento de uma taxa mensal pela ocupação de área dominial sob a jurisdição da APRAM.

Após 33 meses de cumprimento regular e, conseqüente do contrato celebrado, a CLCM deixou de pagar as taxas mensais previstas no contrato, pois, na sua aceção, a referida taxa deveria ser paga anualmente, e não mensalmente, como ocorreu durante 33 meses, pelo que, essas 33 rendas já pagas corresponderiam a um montante global superior ao que seria devido pela totalidade das rendas contratuais.

A APRAM, S.A. tem vindo a pugnar desde sempre pela periodicidade mensal das referidas taxas, faturando-as nessa mesma periodicidade à CLCM, tendo procurado seguir as vias contratualmente previstas para a resolução de litígios de interpretação do contrato: a tentativa de conciliação, que terminou sem acordo, e a constituição de um tribunal arbitral, que avaliou as posições de ambas as partes, ouviu testemunhas e peritos e, após um período de audiência de julgamento, proferiu a sua decisão em Julho de 2014, decisão essa que foi favorável às pretensões da APRAM, S.A..

Na verdade o referido tribunal arbitral concluiu que a periodicidade da taxa era mensal, tendo condenado a CLCM ao pagamento das taxas devidas desde 2007, acrescidas de juros de mora. Interpelada para pagamento no cumprimento dos ditames da sentença arbitral, retorquiu a CLCM com a interposição de um recurso nos tribunais comuns da decisão arbitral, o que impediu que a decisão arbitral tivesse transitado em julgado.

Ainda assim, a APRAM, S.A., porque estava munida de uma sentença arbitral, a cujo eventual recurso havia sido apenas atribuído efeito devolutivo, emitiu certidão de dívida que remeteu à Repartição de Finanças de Machico para que esta procedesse à cobrança coerciva da dívida através de processo de execução fiscal. A CLCM deduziu oposição à referida execução, resguardando-se no facto de não existir ainda trânsito em julgado da decisão arbitral.

Independentemente de considerar a conduta da CLCM como meramente dilatória, a APRAM, S.A. continua a emitir mensalmente as faturas que entende serem devidas, do

---

10 Estaleiro Naval do Caniçal/CLCM

mesmo modo que periodicamente atualiza o montante que considera ser devido em sede de cobrança coerciva, emitindo certidões de dívida adicionais.



## 11. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA



O Ativo Líquido atingiu os 350,573 M€, registando-se uma diminuição de 9,6 M€ face ao ano anterior. Este decréscimo justifica-se, sobretudo, pelo decréscimo do ativo corrente e pelo facto de a empresa registar no seu ativo as verbas aprovadas no âmbito dos projetos candidatados a Fundos Comunitários, nomeadamente ao Programa do Fundo de Coesão, POVT – Programa Operacional de Valorização do Território, e que os valores a receber vão diminuindo à medida que as verbas são recebidas, face à taxa de execução dos referidos projetos.



**PORTOS DA MADEIRA**

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.

*[Handwritten signature]*

## 11 Análise Económica e Financeira

### 11. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

O Resultado Líquido do Exercício registou um prejuízo de 21.526.520,69 euros.

O Ativo Líquido atingiu os 350,573 M€, registando-se uma diminuição de 9,6 M€ face ao ano anterior. Este decréscimo justifica-se, sobretudo, pelo decréscimo do ativo corrente e pelo facto de a empresa registar no seu ativo as verbas aprovadas no âmbito dos projetos candidatados a Fundos Comunitários, nomeadamente ao Programa do Fundo de Coesão, POVT – Programa Operacional de Valorização do Território, e que os valores a receber vão diminuindo à medida que as verbas são recebidas, face à taxa de execução dos referidos projetos.

Desde 1999, ano em que a APRAM, S.A. se constituiu como sociedade anónima, abandonando o estatuto de instituto público, o ativo líquido tem vindo a crescer, fruto dos elevados investimentos em infraestruturas portuárias.

No entanto, a atual tendência será a oposta, com o ativo líquido a decrescer, dado que o investimento já está consolidado e o efeito das amortizações irá contribuir significativamente para o referido decréscimo.

No ano de 2014, o Passivo Corrente atingiu os 53,92 M€, registando-se assim um aumento de 19,56 M€, fruto quer do aumento das dívidas de curto prazo a instituições de crédito, quer do reconhecimento do valor de mercado das operações de cobertura de risco de taxa de juro associadas a alguns empréstimos bancários de médio e longo prazo, que por força do SNC têm que ser refletidas nas contas da empresa.

#### 11.1. Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos

Os resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, apresentam-se negativos devido ao registo do impacto financeiro nas contas de resultados das operações de cobertura de risco de taxa de juro, onde se registou em 2014 um decréscimo no seu valor de mercado, na ordem dos 4,85 M€.

## 11 Análise Económica e Financeira

Refira-se que a entrada em funcionamento da Gare Marítima da Madeira em 2010, implicou um aumento significativo ao nível dos gastos de consumo corrente nomeadamente água, eletricidade e subcontratação de serviços de limpeza, passando os gastos correntes a ter outro impacto nas contas da APRAM, S.A..

O aumento das receitas provenientes da atividade da empresa ficaram a dever-se essencialmente à faturação dos juros de mora à CLCM, S.A. na sequência da decisão do Tribunal Arbitral, da indemnização e da faturação devidas pela ocupação de área dominial sobre administração portuária pela Empresa de Eletricidade da Madeira no Porto Santo.

Não fossem estes montantes, e teria havido a diminuição das receitas provenientes das prestações de serviços, num período de retração da economia e quebra de consumo em geral, o que se reflete na descida do volume de carga transportado, conforme melhor explicitado no capítulo 2 do presente relatório.

Em consonância com a tendência de quebra no volume de mercadoria transportada, o ano de 2014, no que ao mercado de cruzeiros concerne e ao contrário das expectativas iniciais, que apontavam para um crescimento, manteve-se alinhado com os valores de 2013.

Ainda com reflexos no volume de negócios, podem ser apontadas algumas medidas de natureza política, decididas pelo acionista, que originaram quebra de receita efetiva à empresa. O exemplo mais flagrante foi corporizado na Portaria n.º 141/2014, de 14 de agosto, que aboliu a TUP carga na exportação de mercadorias. Tal medida deu origem a uma quebra efetiva de receita na ordem de 0,4 M€ em 2014, porque esta isenção teve efeitos práticos apenas a partir de agosto.

### 11.2. Rendimentos de Exploração

Apesar de não estar refletido no mapa infra, os proveitos de exploração decresceram globalmente cerca de 21%. No entanto, trata-se de um “falso decrescimento”, atendendo a que todas as rubricas inerentes à atividade empresarial da empresa cresceram. Este

## 11 Análise Económica e Financeira

resultado está unicamente influenciado pelo impacto extremamente negativo da rubrica “Aumentos de justo valor”, a qual está associada ao valor de mercado das operações de cobertura de taxa de juro.

As prestações de serviços apresentam um aumento de 6% (mais 0,603 M€) e os outros rendimentos e ganhos apresentam um acréscimo de 3% (mais 0,64 M€), pelos motivos supra mencionados.

Em 2014 os subsídios à exploração apresentam um valor de 0,11 M€, e estão diretamente relacionados com os projetos comunitários em curso ao abrigo do programa de cooperação Madeira-Açores-Canárias (MAC 2007-2013).

### Quadro 7 - Rendimentos de Exploração

Un.: Euros

Rubricas	Exercícios	
	2014	2013
Prestações de serviços	10.463.501,94	9.859.687,89
Subsídios à exploração	11.725,99	1.710,41
Outros rendimentos e ganhos	2.190.688,62	2.126.648,37
<b>Total</b>	<b>12.665.916,55</b>	<b>11.988.046,67</b>

Fonte: APRAM, S.A.

### 11.3. Gastos de Exploração

Verifica-se que nas principais rubricas de exploração da empresa (fornecimentos e serviços externos e gastos com o pessoal), os gastos com os fornecimentos e serviços externos apresenta uma redução, sendo que os gastos com o pessoal apresentam um aumento.

A rubrica “Reduções de justo valor”, veio prejudicar em demasia os gastos de exploração deste ano, visto que com a entrada em vigor do SNC (2010), passou a ser obrigatório reconhecer o impacto/valor de mercado das operações de cobertura de risco de taxa de juro relativas a empréstimos que a empresa detém junto das diversas instituições financeiras.

11 Análise Económica e Financeira

No entanto, saliente-se o seguinte:

- A rubrica “Gastos com o pessoal” apresenta um acréscimo na ordem dos 649.046,05€, apesar do congelamento da tabela salarial, das promoções e diuturnidades, nos termos estipulados no Orçamento de Estado para o ano 2014. Este valor reflete os seguintes impactos:
  - Aumento das taxas de desconto da APRAM S.A. (aumento de 20% para 23.75%) e da alteração da base de incidência dos descontos para a Caixa Geral de Aposentações, onde passaram a ser consideradas todas as remunerações, nos mesmos termos da incidência das taxas contributivas para a Segurança Social. Refira-se que, ano após ano, as sucessivas alterações das quotas para a Caixa Geral de Aposentações (quota da entidade patronal), que têm vindo paulatinamente a subir, provocam impacto negativo nas contas da APRAM, S.A. pois refletem-se, na mesma proporção e, de modo direto, no crescimento de gastos com pessoal;
  - Pagamento dos subsídios de férias e natal a todos os trabalhadores quando no ano anterior a maior parte dos colaboradores não tiveram direito a subsídio de férias.
- Na rubrica “Outros gastos e perdas” estão refletidos os gastos com os resíduos sólidos, e demais impostos que este ano registaram um aumento.

**Quadro 8 - Gastos de Exploração**

Un.: Euros

RUBRICAS	EXERCÍCIOS	
	2014	2013
Fornecimentos e serviços externos	1.761.859,91	1.995.256,11
Gastos com pessoal	7.452.870,57	6.803.824,52
Outros gastos e perdas	388.913,04	166.971,32
<b>Total</b>	<b>9.603.643,52</b>	<b>8.966.051,95</b>

Fonte: APRAM, S.A.



11 Análise Económica e Financeira

**11.4. Estrutura dos Gastos de Exploração**

Na estrutura de gastos de exploração da empresa, o maior peso continua a centrar-se nos “Gastos com o pessoal”, com cerca de 78%, seguindo-se os “Fornecimentos e serviços externos”, com cerca de 18% e os “Outros gastos e perdas”, com um peso de 4%.

**Quadro 9- Estrutura dos Gastos de Exploração**

RUBRICAS	EXERCÍCIOS	
	2014	2013
Fornecimentos e serviços externos	18,35%	22,25%
Gastos com pessoal	77,60%	75,88%
Outros gastos e perdas	4,05%	1,86%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: APRAM, S.A.

**11.5. Fundos Libertos**

A cobertura do investimento por autofinanciamento apresenta-se negativa devido ao valor dos “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” não ser suficiente para cobrir o resultado líquido negativo, não gerando fundos libertos, apresentando um valor negativo de 8.161.139,93 euros.

**Quadro 10 - Fundos Libertos**

Un.: Euros

RUBRICAS	EXERCÍCIOS	
	2014	2013
Resultado líquido do exercício	(21.526.520,69)	(14.725.177,78)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	13.365.380,76	13.364.594,47
Fundos Libertos	(8.161.139,93)	(1.360.583,31)
Investimento	12.982.275,41	1.095.789,90
<b>Cobertura do investimento por autofinanciamento</b>	<b>-62,86%</b>	<b>-124,16%</b>

Fonte: APRAM, S.A.



## 11 Análise Económica e Financeira

### 11.6. Situação Financeira e Patrimonial

O quadro que se segue evidencia a evolução da situação patrimonial no período de 2014/2013.

Do lado das aplicações de fundos destaca-se, em termos absolutos, a manutenção do imobilizado líquido, com valores superiores a 90% do ativo líquido total, sendo deste modo a parcela com maior representatividade nas contas da APRAM, S.A., o que espelha bem o volume de investimento efetuado de acordo com as orientações do acionista em anos anteriores.

Em relação ao ativo corrente, verifica-se um decréscimo de 9,33 M€, representando neste exercício económico cerca de 4,88% do ativo líquido total.

Este decréscimo respeita à diminuição dos valores a receber, referentes ao cofinanciamento comunitário aprovado nas diversas candidaturas dos projetos, do Fundo de Coesão para o Porto do Caniçal e Porto do Funchal, e do POVT para o Porto do Porto Santo e Porto do Funchal, associados aos investimentos em ativos tangíveis em curso e, que vão diminuindo face à execução dos projetos.

Para este ano, o investimento em curso que originou a diminuição acima mencionada, foi referente ao projeto aprovado ao abrigo do POVT - "Requalificação e consolidação da zona acostável norte do porto do Funchal".

No entanto, de realçar a necessidade de regularização do saldo do Fundo de Coesão do Porto do Caniçal, dado que inicialmente se previa a receção de 7.256.307,97 € na sequência do encerramento do projeto.

Contudo, fruto de uma correção financeira no total do financiamento, foram consideradas despesas inelegíveis pela Comissão Europeia 9.432.370,18 €, pelo que a APRAM, S.A., no entendimento da Comissão, terá que pagar 2.176.062,21 € à Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., uma vez que esta entidade se substituiu à APRAM,



## 11 Análise Económica e Financeira

S.A. no reembolso à Comissão Europeia e terá agora que ser ressarcida desse adiantamento.

Este valor está a ser contestado junto das Instâncias Comunitárias, através de um processo judicial, atendendo a que a APRAM, S.A. não concorda com os termos e pressupostos que conduziram à decisão da Comissão Europeia, estando a APRAM S.A. com fortes expectativas quanto ao ganho de causa na referida ação judicial, pelos últimos desenvolvimentos que são conhecidos no processo.

Nesta conformidade, foi elaborado um contrato programa com o Governo Regional para o pagamento da dívida acima descrita e registado nas contas da APRAM, S.A. e que compõem os saldos evidenciados nas “Outras contas a receber”.

Note-se, por último, que o aumento das dívidas de clientes, deve-se, essencialmente ao facto da APRAM, S.A. estar a faturar à CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A. uma renda mensal, que a empresa, apesar de já ter sido condenada em sede de tribunal arbitral ao pagamento das quantias a que a APRAM considera ter direito, teima em não pagar, tendo interposto recurso jurisdicional desta decisão do tribunal arbitral para adiar o pagamento das referidas rendas. Acresce ainda o facto da empresa, face à conjuntura económica, ter necessidade de recorrer a alguns acordos de regularização de dívidas com alguns clientes (Grupo Sousa/ARM, JFM, SILOMAD, entre outros), no sentido de poder ser ressarcida de alguns montantes já faturados e ainda não pagos, por questões de liquidez das referidas empresas.

No entanto, a APRAM, S.A. continua a envidar esforços no sentido de receber os valores a que tem direito, sendo que também está a sofrer as consequências da atual conjuntura económica e financeira (período económico recessivo), verificando-se uma tendência de diferimento crescente nos calendários de pagamento dos seus clientes, tendência essa que se tem procurado contrariar e inverter.

11 Análise Económica e Financeira

Quadro 11 – Situação Financeira e Patrimonial (1)

Un.: Euros

ATIVO	EXERCÍCIOS			
	31-12-2014	%	31-12-2013	%
<b>ATIVO NÃO CORRENTE</b>				
Ativos fixos tangíveis	333.438.875,23	95,11%	333.809.530,91	92,66%
Ativos intangíveis	36.649,33	0,01%	25.599,00	0,01%
<b>Total do ativo não corrente</b>	<b>333.475.524,56</b>	<b>95,12%</b>	<b>333.835.129,91</b>	<b>92,66%</b>
<b>ATIVO CORRENTE</b>				
Inventários	10.000,00	0,00%	53.021,44	0,01%
Clientes	5.742.048,49	1,64%	4.707.871,36	1,31%
Adiantamentos a fornecedores			40.499,00	0,01%
Estado e outros entes públicos	88.062,21	0,03%	84.876,05	0,02%
Outras contas a receber	10.875.815,11	3,10%	20.299.198,70	5,63%
Diferimentos	359.987,02	0,10%	488.005,15	0,14%
Caixa e depósitos bancários	21.963,36	0,01%	756.808,39	0,21%
<b>Total do ativo corrente</b>	<b>17.097.876,19</b>	<b>4,88%</b>	<b>26.430.280,09</b>	<b>7,34%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>350.573.400,75</b>	<b>100,00%</b>	<b>360.265.410,00</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: APRAM, S.A.

Em termos de rubricas de origens de fundos, verifica-se um decréscimo no Capital Próprio, influenciado, em especial, pelos resultados negativos do ano, bem como pelo acumular de prejuízos.

No que diz respeito aos Capitais Permanentes, verifica-se um decréscimo (para os 85%), que decorre, do aumento do Passivo Não Corrente em virtude da renegociação das contas correntes caucionadas (CCC) no valor de 13 M€ que a APRAM S.A. detinha junto do Barclays Bank, tendo sido celebrado um acordo de reconhecimento e regularização de dívida, solucionando-se, assim, as referidas contas, que se encontravam em mora desde 2011, bem como à diminuição das dívidas a instituições de crédito de médio e longo prazo e do capital próprio.

No que respeita ao passivo corrente, os “Financiamentos obtidos” de curto prazo, apresentam um acréscimo, pelo facto expresso no parágrafo anterior (acordo de reconhecimento e regularização de dívida no valor de 13 ME). Nesta rubrica estão expressos os valores a reembolsar em 2015 e referentes a empréstimos contraídos junto do BEI, Barclays Bank, EEPK, Déxia Sabadell e ao acionista.



## 11 Análise Económica e Financeira

Tal como no ano anterior, procedeu-se ao registo do valor de mercado das operações de cobertura de risco de taxa de juro, contemplado na rubrica “Outros passivos financeiros”. Este valor veio contribuir, significativamente, para o aumento do passivo corrente.

Apesar do acima exposto, este ano verifica-se uma diminuição significativa da rubrica “Outras contas a pagar” devido, sobretudo, à diminuição das dívidas a fornecedores de investimento e a outros credores. De referir que nestes encontra-se registada uma dívida no valor de 1.894.915,24 € à Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P, que decorreu da regularização do saldo final do Fundo de Coesão do Porto do Caniçal, e já acima mencionado.

**Quadro 12 – Situação Financeira e Patrimonial (2)**

Un.: Euros

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	EXERCÍCIOS			
	31-12-2014	%	31-12-2013	%
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>				
Capital realizado	24.715.775,00	7,05%	24.715.775,00	6,86%
Reservas	3.458.448,87	0,99%	3.458.448,87	0,96%
Excedentes de revaloriz. de ativos fixos	180.293.492,29	51,43%	180.293.492,29	50,04%
Outras variações no capital próprio	89.069.980,26	25,41%	86.431.161,91	23,99%
Resultados transitados	(150.097.568,88)	-42,81%	(135.372.391,10)	-37,58%
Resultado líquido do exercício	(21.526.520,69)	-6,14%	(14.725.177,78)	-4,09%
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>125.913.606,85</b>	<b>35,92%</b>	<b>144.801.309,19</b>	<b>40,19%</b>
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>				
Financiamentos obtidos	170.736.595,03	48,70%	181.105.882,36	50,27%
<b>Total do passivo não corrente</b>	<b>170.736.595,03</b>	<b>48,70%</b>	<b>181.105.882,36</b>	<b>50,27%</b>
<b>Capitais permanentes</b>	<b>296.650.201,88</b>	<b>84,62%</b>	<b>325.907.191,55</b>	<b>90,46%</b>
<b>PASSIVO CORRENTE</b>				
Fornecedores	1.668.850,37	0,48%	1.234.745,88	0,34%
Estado e outros entes públicos	373.827,52	0,11%	659.169,39	0,18%
Financiamentos obtidos	27.870.281,59	7,95%	10.762.212,44	2,99%
Outras contas a pagar	6.853.122,23	1,95%	9.395.649,91	2,61%
Outros passivos financeiros	17.157.117,16	4,89%	12.306.440,83	3,42%
<b>Total do passivo corrente</b>	<b>53.923.198,87</b>	<b>15,38%</b>	<b>34.358.218,45</b>	<b>9,54%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>224.659.793,90</b>	<b>64,08%</b>	<b>215.464.100,81</b>	<b>59,81%</b>
<b>TOTAL DO CAP. PRÓP. + PASSIVO</b>	<b>350.573.400,75</b>	<b>100,00%</b>	<b>360.265.410,00</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: APRAM, S.A.

11 Análise Económica e Financeira

**11.7. Fundo de Maneio**

O fundo de maneio apresenta-se positivo (0,7 M€), pelo que as dívidas de clientes e os inventários são suficientes para fazer face às obrigações correntes (fornecedores) da empresa, numa ótica de curto prazo.

**Quadro 13 – Fundo de Maneio**

Un.: Euros

RUBRICAS	EXERCÍCIOS	
	2014	2013
Dívidas de clientes + Inventários (1)	5.752.048,49	4.760.892,80
Fornecedores (2)	5.065.173,83	5.734.350,06
<b>Fundo de maneio (3) = (1) - (2)</b>	<b>686.874,66</b>	<b>(973.457,26)</b>

Fonte: APRAM, S.A.

**11.8. Rácios de Natureza Económica**

Atendendo ao peso do Resultado Líquido (negativo) obtido no exercício, os indicadores económicos da APRAM, S.A., tal como em anos anteriores, mantêm-se desfavoráveis.

A rendibilidade das prestações de serviços decresceu ligeiramente, apesar de se apresentar negativa, devido à variação negativa dos Resultados de Exploração da empresa.

A rendibilidade dos Capitais Próprios piorou, fruto do Resultado Líquido que apresentou uma diminuição significativa, influenciado pelo decréscimo, também significativo do justo valor.

## 11 Análise Económica e Financeira

**Quadro 14 – Rácios de Natureza Económica**

RUBRICAS	EXERCÍCIOS	
	2014	2013
Vendas e prestações de serviços/Ponto crítico (1)	1,14	1,12
Rentabilidade das prestações de serviços (2)	-1,45	-0,74
Rendibilidade do ativo (ROI) (3)	-0,06	-0,04
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE) (4)	-0,17	-0,10

Fonte: APRAM, S.A.

- Notas: (1) Ponto crítico = Gastos variáveis (CMVMC + FSE) + Gastos de estrutura (GCP)  
 (2) Resultados operacionais / Prestações de serviços  
 (3) Resultados líquidos/ Ativo total líquido  
 (4) Resultados líquidos / Capitais próprios

### 11.9. Rácios de Natureza Financeira

De um modo geral, os indicadores financeiros apresentam este ano um resultado mais negativo comparativamente ao ano anterior e em função do resultado líquido negativo e dos resultados transitados que, paulatinamente, vão “consumindo” o capital próprio da empresa.

No caso da Liquidez Geral, a evolução foi negativa, passando de 77% para 32%.

Quanto à Autonomia Financeira e à Solvabilidade, verifica-se uma ligeira redução, sendo evidenciados, deste modo, o peso dos resultados negativos.

O prazo médio de cobrança neste exercício foi de 200 dias e o prazo médio de pagamento foi de 346 dias.

**Quadro 15 – Rácios de Natureza Financeira**

RUBRICAS	EXERCÍCIOS	
	2014	2013
Liquidez Geral (Ativo corrente/Passivo corrente)	0,32	0,77
Autonomia Financeira (Capital próprio/Ativo total líquido)	0,36	0,40
Solvabilidade (Capital próprio/Passivo total)	0,56	0,67
Cobertura do imobilizado/investimento (Capitais permanentes/Investimentos líquidos)	0,89	0,98
Capacidade de endividamento (Capitais permanentes/Passivos não correntes)	1,74	1,80
Debt-to-equity (Passivo financeiro/Capital próprio)	1,58	1,33
Prazo médio de recebimentos (dias) (Saldo de clientes C/C * 365 dias)/Vendas + Prestação de serviços)	200	174
Prazo médio de pagamentos (dias) (Saldo de fornecedores C/C * 365 dias)/Fornecimentos e serviços externos + Compras)	346	226

Fonte: APRAM, S.A.

## 11 Análise Económica e Financeira

### 11.10. Proposta de Aplicação de Resultados

Os resultados líquidos do exercício foram negativos no montante de 21.526.520,69 euros, propondo-se que este valor seja levado à conta de Resultados Transitados.

### 11.11. Situação Perante a Segurança Social e o Sector Público Estatal

A APRAM, S.A. tem a sua situação regularizada perante a Direção Geral dos Impostos, o Centro de Segurança Social da Madeira e demais entidades públicas.

### 11.12. Perspetivas Futuras

Para os próximos exercícios económicos, de acordo com o Programa de Ajustamento Económico Financeiro para a Região Autónoma da Madeira e com o plano de investimentos, prevê-se a execução de investimentos em algumas obras, designadamente a ponte de cais do terminal norte do porto do Funchal, a conclusão do novo cais de cruzeiros (obra interligada com a obra de contenção do aterro e regularização das ribeiras) e os edifícios do porto do Porto Santo.

Ao nível do financiamento, prevê-se que este possa ser efetuado através do recurso a contratos programa de investimentos com o Governo Regional, indemnizações compensatórias e cofinanciamento através de fundos comunitários, garantindo o necessário e imprescindível equilíbrio económico e financeiro da empresa.

A APRAM, S.A. tem vindo a enfrentar enormes dificuldades de tesouraria, fruto dos elevados encargos financeiros com a banca comercial, em virtude de ter realizado grandes investimentos, indo de encontro às orientações do acionista (GRAM).

Nesta fase, e face à conjuntura económica e financeira, torna-se cada vez mais necessário a assunção pelo acionista dos valores a pagar por conta do serviço da dívida, no sentido de desonerar a APRAM, S.A. desse encargo, libertando assim os fundos da empresa para a sua atividade de exploração/corrente, facto que ocorreu ao longo do ano de 2014 e que,

## 11 Análise Económica e Financeira

aliado a uma melhor performance ao nível da cobrança a clientes, particularmente visível no último trimestre, permitiu salvaguardar e melhorar a tesouraria da empresa.

Em 2013 foi celebrado um contrato de mútuo no valor de 5,4 M€, não amortizado em 2014. De salientar que desde janeiro de 2014, a APRAM, S.A. está obrigada ao cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, o que obriga a que a gestão da tesouraria e as decisões que envolvem a contração de despesa sejam ainda mais criteriosas.

Só se se mantiver esta tendência, poderá a APRAM, S.A. a médio prazo conseguir fazer face aos compromissos com os fornecedores e manter uma atividade saudável e viável, pois, a não acontecer, as dívidas a fornecedores/contas a pagar, tenderão a crescer significativamente no futuro.

Funchal, 12 de março de 2014.

O Conselho de Administração,

A Presidente



(Alexandra Cristina Ferreira  
Mendonça)

O Vogal



(Marcos João Pisco Pola  
Teixeira de Jesus)

A Vogal



(Maria de Fátima Pita Carvalho  
Correia)



## 12. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS



• Ativo não corrente: 333.835.129,91€

• Ativo corrente: 26.430.280,09€

• Total do Ativo: 360.265.410,00€

Capital Próprio: 144.801.309,19€

Passivo corrente: 34.358.218,45€

Passivo não corrente: 181.105.882,36€

Total capital próprio do passivo: 360.265.410,00€



**PORTOS DA MADEIRA**

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.

---

12 Demonstrações Financeiras e Anexos

**12. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS**

DE 01.01.2014 A 31.12.2014

12 Demonstrações Financeiras e Anexos

12.1. Balanço Ativo

Quadro 16 – Balanço Ativo

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2014	31-12-2013
<b>ATIVO</b>			
<b>ATIVO NÃO CORRENTE</b>			
Ativos fixos tangíveis	8 / 3.1 a)		
Terrenos e recursos naturais		2.280.144,21	2.280.144,21
Edifícios e outras construções		307.360.903,68	319.806.177,83
Equipamento básico		9.025.417,37	9.802.988,87
Equipamento de transporte		177.021,07	209.890,80
Equipamento administrativo		59.399,62	138.129,68
Equipamentos biológicos			
Outros ativos fixos tangíveis		76.993,20	95.478,85
Ativos fixos tangíveis em curso		14.458.996,08	1.476.720,67
Adiantamentos por conta de investimentos			
		<b>333.438.875,23</b>	<b>333.809.530,91</b>
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	7		
Projetos de desenvolvimento		-	-
Programas de computador		36.649,33	25.599,00
Propriedade industrial			
		<b>36.649,33</b>	<b>25.599,00</b>
Ativos biológicos		-	-
Investimentos financeiros			
Acionistas/sócios			
Outros ativos financeiros		-	-
Ativos por impostos diferidos		-	-
Ativos não correntes detidos para venda		-	-
<b>Total de ativo não corrente</b>		<b>333.475.524,56</b>	<b>333.835.129,91</b>
<b>ATIVO CORRENTE</b>			
Inventários	9 / 3.1. b)		
Matérias - primas, subsidiárias e de consumo		10.000,00	10.000,00
Mercadorias			43.021,44
		<b>10.000,00</b>	<b>53.021,44</b>
Cientes - conta corrente		5.742.048,49	4.707.871,36
Cientes - cobrança duvidosa	12		
Adiantamentos a fornecedores			40.499,00
Estado e outros entes públicos	15	88.062,21	84.876,05
Acionistas/sócios			
Outras operações (Subsid, associad. e empreend. Conj.)			
		<b>5.830.110,7</b>	<b>4.833.246,41</b>
Outras contas a receber			
Pessoal			
Outros devedores	13	10.875.815,11	20.299.198,70
		<b>10.875.815,11</b>	<b>20.299.198,70</b>
Diferimentos			
Gastos a reconhecer		359.987,02	488.005,15
		<b>359.987,02</b>	<b>488.005,15</b>
Caixa e depósitos bancários	5		
Depósitos bancários		17.100,15	754.128,34
Caixa		4.863,21	2.680,05
		<b>21.963,36</b>	<b>756.808,39</b>
<b>Total de ativo corrente</b>		<b>17.097.876,19</b>	<b>26.430.280,09</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>350.573.400,75</b>	<b>360.265.410,00</b>

12 Demonstrações Financeiras e Anexos

12.2. Balanço Passivo

Quadro 17 – Balanço Passivo

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2014	31-12-2013
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital realizado	4	24.715.775,00	24.715.775,00
Reservas:			
Reservas legais			
Outras reservas		3.458.448,87	3.458.448,87
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		180.293.492,29	180.293.492,29
Outras variações no capital próprio	13 / 3.1. e)	89.069.980,26	86.431.161,91
Resultados transitados		(150.097.568,88)	(135.372.391,10)
Resultado líquido do período		(21.526.520,69)	(14.725.177,78)
<b>Total de capital próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe</b>		<b>125.913.606,85</b>	<b>144.801.309,19</b>
Capital próprio atribuível aos Interesses minoritários		-	-
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>125.913.606,85</b>	<b>144.801.309,19</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Instituições de crédito e sociedades financeiras	16	170.736.595,03	181.105.882,36
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		-	-
Outros passivos financeiros		-	-
Passivos por impostos diferidos		-	-
		<b>170.736.595,03</b>	<b>181.105.882,36</b>
Outras contas a pagar			
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>170.736.595,03</b>	<b>181.105.882,36</b>
<b>PASSIVO CORRENTE</b>			
Fornecedores, conta corrente		1.668.850,37	1.150.417,27
Fornecedores - faturas em receção e conferência			84.328,61
Estado e outros entes públicos	15	373.827,52	659.169,39
Financiamentos obtidos			
Instituições de crédito e sociedades financeiras	16	27.870.281,59	10.762.212,44
Adiantamentos por conta de vendas			
		<b>29.912.959,48</b>	<b>12.656.127,71</b>
Outras contas a pagar			
Fornecedores de investimentos		3.396.323,46	4.499.604,18
Credores por acréscimos de gastos		1.442.345,72	1.419.677,35
Outros credores		2.014.453,05	3.476.368,38
		<b>6.853.122,23</b>	<b>9.395.649,91</b>
Passivos financeiros detidos para negociação	16	-	-
Outros passivos financeiros		17.157.117,16	12.306.440,83
		<b>17.157.117,16</b>	<b>12.306.440,83</b>
Diferimentos			
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>53.923.198,87</b>	<b>34.358.218,45</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>224.659.793,90</b>	<b>215.464.100,81</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<b>350.573.400,75</b>	<b>360.265.410,00</b>

12 Demonstrações Financeiras e Anexos

12.3. Demonstração de resultados por natureza

Quadro 18 – Demonstração de Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2014	31-12-2013
Vendas e serviços prestados	11		
Vendas			
Mercadorias		-	-
Produtos		-	-
Ativos biológicos		-	-
Prestações de serviços		10.463.501,94	9.859.687,89
		<b>10.463.501,94</b>	<b>9.859.687,89</b>
Subsídios à exploração		11.725,99	1.710,41
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		-	-
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Mercadorias			
Matérias			
Ativos biológicos			
Fornecimentos e serviços externos		(1.761.859,91)	(1.995.256,11)
Gastos com o pessoal	17 / 3.1. c)		
Remunerações		(5.917.750,95)	(5.542.347,52)
Encargos sociais:			
Benefícios pós-emprego		(27.615,94)	(11.193,69)
Outros		(1.507.503,68)	(1.250.283,31)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			(23.904,58)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		23.746,35	(938.347,33)
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de ativos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor		(4.850.676,33)	4.033.925,17
Outros rendimentos e ganhos	11	2.190.688,62	2.126.648,37
Outros gastos e perdas		(388.913,04)	(166.971,32)
		<b>(1.764.656,95)</b>	<b>6.093.667,98</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(13.365.380,76)	(13.364.594,47)
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>(15.130.037,71)</b>	<b>(7.270.926,49)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	11	469.888,20	29.646,46
Juros e gastos similares suportados	10	(6.858.971,74)	(7.477.155,50)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(21.519.121,25)</b>	<b>(14.718.435,53)</b>
Imposto sobre o rendimento do período		(7.399,44)	(6.742,25)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(21.526.520,69)</b>	<b>(14.725.177,78)</b>

12 Demonstrações Financeiras e Anexos

12.4. Demonstração dos fluxos de caixa – Método direto

Quadro 19 – Demonstração de Resultados

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2014	31-12-2013
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRETO</b>			
Recebimentos de clientes		10.560.268,05	9.892.627,98
Pagamentos a fornecedores		(2.582.725,65)	(1.905.568,98)
Pagamentos ao pessoal		(7.430.242,20)	(6.179.769,92)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>547.300,20</b>	<b>1.807.289,08</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(425.627,24)	(31.631,06)
Outros recebimentos/pagamentos		(345.361,74)	164.244,00
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>(223.688,78)</b>	<b>1.939.902,02</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		(14.576.535,65)	(189.510,40)
Ativos intangíveis		(43.288,62)	
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		14.114.125,57	221.178,28
Juros e rendimentos similares			29.646,46
Dividendos			
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>(505.698,70)</b>	<b>61.314,34</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		12.115.987,70	6.885.006,56
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			1.621.093,16
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		(5.377.205,88)	(3.052.205,88)
Juros e gastos similares		(6.744.239,37)	(7.287.768,08)
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>(5.457,55)</b>	<b>(1.833.874,24)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)</b>		<b>(734.845,03)</b>	<b>167.342,12</b>
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		756.808,39	589.466,27
Caixa e seus equivalentes no fim do período		21.963,36	756.808,39

**12 Demonstrações Financeiras e Anexos**

**12.5. Demonstração das alterações do capital próprio**

**Quadro 20 -- Demonstração das Alterações do Capital Próprio**

DESCRÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL						RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
		CAPITAL REALIZADO	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	OUTRAS VARIÁÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO			
<b>POSICÃO NO INÍCIO DO ANO 2014</b>	(1)	24.715.775,00	3.458.448,87	(135.372.391,10)	180.293.492,29	86.431.161,91		(14.725.177,78)	144.801.309,19
<b>ALTERAÇÕES NO ANO 2014</b>									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									0,00
Alterações de políticas contabilísticas									0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis									0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações									0,00
Ajustamentos por impostos diferidos									0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	(2)	0,00	0,00	(14.725.177,78)	0,00	2.638.818,35		14.725.177,78	2.638.818,35
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO ANO 2014</b>	(3)								
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	(4) = (2) + (3)	0,00	0,00	(14.725.177,78)	0,00	2.638.818,35		(21.526.520,69)	(21.526.520,69)
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DO CAPITAL NO ANO 2014</b>									
Realizações de capital									0,00
Realizações de prémios de emissão									0,00
Distribuições									0,00
Entradas para cobertura de perdas									0,00
Outras operações	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
<b>POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2014</b>	(6) = (1) + (2) + (3) + (5)	24.715.775,00	3.458.448,87	(150.097.568,88)	180.293.492,29	89.069.980,26		(21.526.520,69)	125.913.606,85

APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.

REGISTO COMERCIAL E CONTRIBUINTE N.º 511 137 753

Gare Marítima da Madeira, Molhe da Pontinha, Porto do Funchal - 9004-518 FUNCHAL - PORTUGAL

TEL: 351 291 20 86 00 - FAX: 351 291 22 01 96

portosdamadeira@apram.pt - www.apram.pt





12 Demonstrações Financeiras e Anexos

O Conselho de Administração:

A Presidente

O Vogal

A Vogal



(Alexandra Cristina Ferreira  
Mendonça)



(Marcos João Pisco Pola  
Teixeira de Jesus)



(Maria de Fátima Pita Carvalho  
Correia)

O Técnico Oficial de Contas:



(Miguel Ângelo Gonçalves de Faria)

## 13. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2014



As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo aviso n.º 15 655/2009, de 7 de setembro, com as consequentes adaptações em função da necessidade de relato financeiro da empresa.



**PORTOS DA MADEIRA**

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller initials below it.

## 13. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2014

### NOTA INTRODUTÓRIA:

A APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., foi constituída a 1 de agosto de 1999, por aplicação do Decreto Legislativo Regional n.º 19/99/M, de 1 de julho, e tem por objeto a prestação dos serviços inerentes à atividade portuária na Região Autónoma da Madeira.

#### 1. Identificação da Entidade

- 1.1. **Designação da entidade:** APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S. A.
- 1.2. **Sede:** Gare Marítima da Madeira – Molhe da Pontinha – Porto do Funchal, 9004-518 Funchal.
- 1.3. **NIPC:** 511 137 753
- 1.4. **Natureza da Atividade:** A APRAM, S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos e dedica-se à prestação de serviços inerentes à atividade portuária, bem como à gestão e fiscalização dos espaços dominiais sob a sua jurisdição, na Região Autónoma da Madeira.
- 1.5. Sempre que não exista outra referência, os montantes encontram-se expressos em euros.

#### 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

- 2.1. **Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de



13 Anexo ao Balanço de Demonstração de Resultados do exercício de 2014

julho, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo aviso n.º 15 655/2009, de 7 de setembro, com as consequentes adaptações em função da necessidade de relato financeiro da empresa.

Os instrumentos legais do SNC são os seguintes:

- Aviso n.º 15 652/2009, de 7 de setembro (Estrutura conceptual);
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro (Modelos de demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 1 011/2009, de 9 de setembro (Código de Contas);
- Aviso n.º 15 655/2009, de 7 de setembro (Normas contabilísticas e de relato financeiro);
- Aviso n.º 15 654/2009, de 7 de setembro (Norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades);
- Aviso n.º 15 653/2009, de 7 de setembro (Normas interpretativas 1 e 2).

**2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade:** No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

**2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:** Os valores referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2014, incluídos nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2013.



### 3. Principais Políticas Contabilísticas

#### 3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

- a) **Ativos fixos tangíveis:** Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações. Os ativos fixos tangíveis, encontram-se contabilizados ao custo de aquisição, com exceção dos bens próprios e do domínio público, que foram inventariados e avaliados em 1999, por avaliadores independentes e integrados nas contas da APRAM, S.A. no exercício de 2000. O efeito líquido das avaliações está reconhecido nos “Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis”.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, sendo registadas por duodécimos, de forma a reintegrarem o valor dos bens durante a sua vida útil esperada.

A partir do ano 2011, passaram a ser utilizadas as taxas mínimas para todos os bens, previstas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro de 2009, independentemente de no ano 2007, já terem sido alteradas as taxas de amortização das infraestruturas marítimo-portuárias para a taxa mínima, em virtude de se ter considerado que a taxa utilizada (taxa máxima), não seria a que melhor evidenciava a durabilidade daquele tipo de infraestruturas, aplicando-se atualmente uma taxa de 2,5%, em vez da que estava a ser aplicada em anos anteriores, que era de 5%.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram em condições de funcionamento/utilização, pelo que passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso ou nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela empresa.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico, na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas respetivas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.



13 Anexo ao Balanço de Demonstração de Resultados do exercício de 2014

- b) **Inventários:** As mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo estão valorizadas ao custo de aquisição ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.
- c) **Benefícios de empregados:** As obrigações decorrentes dos benefícios de empregados são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o seu pagamento.

De acordo com a legislação vigente, o direito a férias e ao correspondente subsídio é adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Assim, o valor das férias, do subsídio de férias e respetivos encargos a pagar são contabilizados nos gastos do exercício a que dizem respeito, por contrapartida de diferimentos, independentemente da data do respetivo pagamento. Em 2014, o valor global da responsabilidade reconhecida a pagar em 2015, foi de 708.882,12 Euros.

- d) **Rendimentos a reconhecer:** Nesta rubrica foram contabilizados essencialmente serviços prestados em dezembro de 2014, no montante de 293.381,63 Euros, mas que só serão faturados em 2015.
- e) **Subsídios atribuídos para o financiamento de investimentos:** Os subsídios atribuídos à APRAM, S. A., a fundo perdido, para financiamento de investimentos, são registados como outras variações no capital próprio, na rubrica de subsídios, e reconhecidos anualmente na demonstração de resultados, proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

**3.2. Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:** Na preparação das Demonstrações Financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

13 Anexo ao Balanço de Demonstração de Resultados do exercício de 2014

**3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro:** As Demonstrações Financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa.

**4. Capital Social**

O capital social é de 24.715.775,00 € euros, representado por 4.943.155 ações, no valor nominal de 5 euros por ação.

O capital social, acima referido, foi subscrito e realizado na sua totalidade pela Região Autónoma da Madeira, sendo as ações detidas pelo Governo Regional da Madeira, representado atualmente pela Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes.

**5. Fluxos de Caixa**

**5.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários.**

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos com base nos registos contabilísticos.

RUBRICAS	CONTA	VALOR
<b>CAIXA</b>		
Caixa Funchal	11110100	2.752,46
Caixa – Encontro de contas	11110400	216,13
Fundo de maneiio - Tesouraria	11810100	1.000,00
Fundo de maneiio - Pilotos	11810200	366,75
Fundo de maneiio - Porto Santo	11810300	187,32
Fundo de maneiio - Aprovisionamento	11810400	220,55
Fundo de maneiio - Porto do Caniçal	11810500	100,00
Fundo de maneiio - Loja APRAM	11810600	20,00
<b>Total de caixa (1)</b>		<b>4.863,21</b>
<b>DEPÓSITOS BANCÁRIOS</b>		
DO IGCP – Depósito ordem	12110500	3.847,21
DO IGCP – Caniçal e Porto Santo	12110600	829,91
DO IGCP – POVT zona acostável norte P. Funchal	12110700	8.621,03
DO IGCP – Projetos de cooperação INTERREG/MAC	12110900	1.464,05
DO IGCP – POVT Porto Santo	12111200	175,06
DO IGCP – Reforço caução de empreitadas	12111300	2.162,89
<b>Total de depósitos bancários (2)</b>		<b>17.100,15</b>
<b>TOTAL DE CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS = (1) + (2)</b>		<b>21.963,36</b>





13 Anexo ao Balanço de Demonstração de Resultados do exercício de 2014

**6. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros**

Não foram detetados erros relativamente às contas aprovadas em SNC, referentes ao ano 2014.

**6. Ativos Fixos Intangíveis**

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
<b>ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS</b>					
Programas de computador	51.198,00	23.500,00			74.698,00
Despesas de investigação e desenvolvimento					
Depreciações acumuladas do ativo fixo intangível	(25.599,00)	(12.449,67)			(38.048,67)
Propriedade industrial e outros direitos					
<b>Total do ativo fixo intangível líquido</b>	<b>25.599,00</b>	<b>11.050,33</b>			<b>36.649,33</b>

**7. Ativos Fixos Tangíveis**

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFER. E ABATES	SALDO FINAL
<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>					
Terrenos e recursos naturais	2.280.144,21				2.280.144,21
Edifícios e outras construções	504.137.892,78				504.137.892,78
Equipamento básico	29.574.233,96				29.574.233,96
Equipamento de transporte	559.356,64				559.356,64
Equipamento administrativo	2.425.438,16				2.425.438,16
Outros ativos fixos tangíveis	1.157.121,01				1.157.121,01
Ativos fixos tangíveis em curso	1.476.720,67	12.982.275,41			14.458.996,08
Adiantamentos por conta de investimentos					
<b>Ativo tangível bruto</b>	<b>541.610.907,43</b>	<b>12.982.275,41</b>			<b>554.593.182,84</b>
Depreciações acumuladas do ativo fixo tangível	(207.801.376,52)	(13.352.931,09)			(221.154.307,61)
Perdas por imparidade e reversões acumuladas					
<b>Total do ativo fixo tangível líquido</b>	<b>333.809.530,91</b>	<b>(370.655,68)</b>			<b>333.438.875,23</b>

**9. Inventários**

As mercadorias e os materiais de consumo, encontram-se valorizados ao custo de aquisição.

Em 31 de Dezembro de 2014, os valores registados na contabilidade são os seguintes:

13 Anexo ao Balanço de Demonstração de Resultados do exercício de 2014

MOVIMENTOS	MERCADORIAS	MATERIAIS DE CONSUMO
Saldo inicial	43.021,44	10.000,00
Regularização de existências	(43.021,44)	
<b>Saldo Final</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>

### 10. Custo dos Empréstimos Obtidos

**10.1 Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos:** De um modo geral, os custos dos empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem. Contudo, para o caso dos empréstimos obtidos associados a ativos fixos em curso (investimentos), os juros dos empréstimos são capitalizados, ou seja, são acrescidos ao custo do ativo, enquanto este se mantiver em curso. Assim que o ativo é transferido para ativo fixo, o custo dos empréstimos passam a ser reconhecidos como gasto do período.

### 10.2 Quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período:

No decorrer do exercício de 2014, a APRAM, S.A. suportou 6.858.971,74 € de juros e gastos similares, respeitantes maioritariamente a empréstimos obtidos. Neste exercício, não foram imputados/capitalizados quaisquer valores aos investimentos em curso.

**10.3 Taxa de capitalização usada para determinar a quantia do custo dos empréstimos obtidos elegíveis para capitalização:** A taxa de juro utilizada para o cálculo dos juros bancários, está de acordo com os valores efetivamente cobrados pelas respetivas entidades bancárias. Na maior parte dos casos, está a ser indexada à taxa de juro Euribor a 6 meses, acrescida de um spread bancário.



13 Anexo ao Balanço de Demonstração de Resultados do exercício de 2014

RUBRICAS	31-12-2014	31-12-2013	VARIAÇÃO
<b>JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS</b>			
Juros suportados de empréstimos bancários	6.689.411,97	7.209.372,43	-7,21%
Juros de mora e compensatórios		577,12	-100,00%
Outros juros	94.829,22	189.387,42	-49,93%
Outros gastos e perdas de financiam.	74.730,55	77.818,53	
<b>TOTAL DE JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS</b>	<b>6.858.971,74</b>	<b>7.477.155,50</b>	<b>-8,27%</b>

### 11. Rédito

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

### 12. Provisões/Clientes de Cobrança Duvidosa

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
<b>CLIENTES COBRANÇA DUVIDOSA</b>				
Clientes cobrança duvidosa	2.036.184,49		(438.910,11)	1.597.274,38
Provisões de clientes	(2.036.184,49)		438.910,11	(1.597.274,38)
Clientes cobrança duvidosa	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 13. Subsídios do Governo e Apoios Comunitários

**13.1 Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras:** Os subsídios ao investimento a fundo perdido, para financiamento de investimentos em ativos fixos,



13 Anexo ao Balanço de Demonstração de Resultados do exercício de 2014

são reconhecidos anualmente na Demonstração de Resultados, proporcionalmente às amortizações dos ativos fixos tangíveis que foram objeto de financiamento, e são registados na rubrica “Outras variações no capital próprio”.

Os subsídios a fundo perdido também são reconhecidos de acordo com o valor a receber e contratado, face a cada projeto de investimento, ficando em balanço a evidência do montante total do projeto aprovado, na candidatura face ao respetivo programa de apoio (Fundo de Coesão, POVT, etc.).

Este ano o valor considerado no Balanço, na rubrica “Outros devedores” é de 10.875.815,11 €. O valor a receber em contas de balanço, no ano 2014, no que diz respeito aos subsídios ao investimento foi alterado, no sentido de evidenciar os valores mais prováveis de receção de verbas dos Fundos Comunitários, em função da taxa de execução de cada projeto, bem como da expectativa da empresa de vir a receber aqueles montantes.

No valor acima expresso, é de realçar os contratos programa associados ao projeto de Requalificação e Consolidação da Zona Acostável Norte (POVT), com um aumento no valor de 2.684.100,95€ e, o contrato programa para a devolução de verbas do projeto no âmbito do Fundo de Coesão, associado ao porto do Caniçal, no valor de 1.994.915,04€.

O decréscimo significativo nesta rubrica, corresponde à parcela já recebida em função da execução do projeto, face ao cofinanciamento atribuído ao abrigo do POVT, do projeto de “Requalificação e consolidação da zona acostável norte do porto do Funchal”, no valor de 17.632.959,42 €. Inclui-se também nesta rubrica o valor de 2.682.000,00 €, ao abrigo de um contrato programa com o Governo Regional da Madeira, no sentido de colmatar a parte não cofinanciada do projeto, pelo POVT.

13 Anexo ao Balanço de Demonstração de Resultados do exercício de 2014

RUBRICAS	31-12-2014	31-12-2013	VARIAÇÃO
<b>OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	(80.299,17)	(80.299,17)	
<b>Sub-total (1)</b>	<b>(80.299,17)</b>	<b>(80.299,17)</b>	
Fundo de coesão do porto do Caniçal	27.454.463,46	28.262.111,94	-2,86%
Remate nascente da plataforma marítima	214.350,30	222.173,34	-3,52%
Molhe exterior da pontinha	847.745,92	883.224,28	-4,02%
Apoio náutico do Porto Santo	483.730,63	502.335,79	-3,70%
Ampliação do cais de Machico	336.688,64	355.393,52	-5,26%
Ampliação do cais da Calheta	383.783,18	398.544,02	-3,70%
Berço de estacionamento de navios	237.848,55	256.130,55	-7,14%
Estaleiro naval do porto de pesca	511.766,13	533.089,77	-4,00%
Forte de nossa senhora	20.801,00	26.001,32	-20,00%
Cais da Ribeira Brava	23.443,38	29.304,30	-20,00%
Sistema de guiamento de embarcações	126.445,34	131.308,58	-3,70%
Embarcações de madeira	226.953,21	235.682,13	-3,70%
Ampliação do cais do Paul do Mar	1.755.646,13	1.813.940,81	-3,21%
Aquisição de rebocador polivalente	99.879,06	114.124,74	-12,48%
Ligação viária da avenida Sá Carneiro	114.474,04	133.553,08	-14,29%
Ampliação do cais do Porto Moniz	7.070.846,97	7.298.938,77	-3,12%
Fundo de coesão do porto do Funchal	9.818.796,38	10.137.005,66	-3,14%
POVT do porto do Porto Santo	12.634.187,26	12.992.581,30	-2,76%
Contrato programa de investimentos	1.794.454,44	1.871.057,76	-4,09%
POVT – Zona acostável norte do Porto do Funchal	22.999.060,37	20.214.959,42	13,21%
Contrato programa – Fundo de coesão do Porto do caniçal	1.994.915,04		
<b>Sub-total (2)</b>	<b>89.150.279,43</b>	<b>86.511.461,08</b>	<b>3,05%</b>
<b>TOTAL DAS OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO (1) + (2)</b>	<b>89.069.980,26</b>	<b>86.431.161,91</b>	<b>3,05%</b>

**13.2 Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio de que diretamente se beneficiou:**

Para além dos subsídios anteriores (ao investimento), a APRAM, S.A. participa num conjunto de projetos transatlânticos, no âmbito do programa de cooperação transnacional Madeira-Açores-Canárias (MAC) - 2007-2013, onde constam alguns projetos participados pela Comunidade Europeia, designadamente:

- MACSIMAR
- GESPORT
- COSTA



13 Anexo ao Balanço de Demonstração de Resultados do exercício de 2014

**14. Acionistas/Sócios**

Não aplicável.

**15. Sector Público Estatal**

RUBRICAS	31-12-2014	31-12-2013	VARIAÇÃO
<b>ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS</b>			
Pagamento especial por conta	83.723,04	84.830,82	-1,31%
Retenções na fonte efetuadas por terceiros		45,23	-100,00%
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	4.339,17		
<b>Sub-total (1)</b>	<b>88.062,21</b>	<b>84.876,05</b>	<b>3,75%</b>
Retenções de impostos (IRC)	(3,76)		
Estimativa de imposto (IRC)	(7.399,44)	(6.742,25)	9,75%
Retenções de impostos sobre rendimentos (IRS)	(153.435,43)	(310.543,00)	-50,59%
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	(17.155,36)	(11.581,53)	48,13%
Contribuições para a segurança social e outros sistemas complem.	(194.249,27)	(328.717,05)	-40,91%
Sindicatos e outras retenções	(1.584,26)	(1.585,56)	-0,08%
<b>Sub-total (2)</b>	<b>(373.827,52)</b>	<b>(659.169,39)</b>	<b>-43,29%</b>
<b>TOTAL DOS ENCARGOS COM O ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (1) + (2)</b>	<b>(285.765,31)</b>	<b>(574.293,34)</b>	<b>50,24%</b>

**16. Instrumentos Financeiros Passivos**

Os instrumentos financeiros que a empresa tem ao seu dispor, são os seguintes:

DESCRIÇÃO	31-12-2014	31-12-2013	VARIAÇÃO
<b>FINANCIAMENTOS OBTIDOS MLP</b>			
Banco Europeu de Investimento	32.352.941,19	34.705.882,36	-6,78%
Barclays Bank, PLC / E. E. P. K.	55.200.000,00	58.000.000,00	-4,83%
Déxia Sabadell, S. A.	76.746.153,84	78.000.000,00	-1,48%
Barclays Bank, PLC - Conta Corrente Caucionada	6.337.500,00	10.400.000,00	-39,06%
<b>Total dos financiamentos MLP</b>	<b>170.736.595,03</b>	<b>181.105.882,36</b>	<b>-5,73%</b>
<b>FINANCIAMENTOS OBTIDOS CP</b>			
Barclays Bank, PLC - Conta Corrente Caucionada	4.062.500,00	2.112.500,00	92,31%
Banco Europeu de Investimento	2.352.941,17	1.764.705,88	33,33%
Caixa Geral de Depósitos		1.500.000,00	-100,00%
Barclays Bank, PLC / E. E. P. K.	2.800.000,00		
Déxia Sabadell, S. A.	1.153.846,16		
Região Autónoma da Madeira	17.500.994,26	5.385.006,56	244,99%
<b>Total dos financiamentos CP</b>	<b>27.870.281,59</b>	<b>10.762.212,44</b>	<b>158,96%</b>



13 Anexo ao Balanço de Demonstração de Resultados do exercício de 2014

DESCRIÇÃO	31-12-2014	31-12-2013	VARIAÇÃO
<b>PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO</b>			
Outros passivos financeiros:			
Swap de taxa de juro Societe Generale - 63 ME	9.238.442,00	6.548.459,00	41,08%
Swap de taxa de juro Societe Generale - 30 ME	4.243.989,00	3.051.487,00	39,08%
Swap de taxa de juro Royal Bank of Scotland - 28 ME	3.674.686,16	2.706.494,83	35,77%
<b>Total dos passivos financeiros</b>	<b>17.157.117,16</b>	<b>12.306.440,83</b>	<b>39,42%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>215.763.993,78</b>	<b>204.174.535,63</b>	<b>5,68%</b>

No que se refere à rubrica “Outros passivos financeiros”, os valores apresentados nas demonstrações financeiras correspondem ao valor de mercado das operações de cobertura de taxa de juro, que foram negociadas pela APRAM, S.A., com o aval da Região Autónoma da Madeira, e que à luz do normativo (SNC), corresponde na prática ao valor que a empresa teria de suportar para fechar a operação junto das entidades credoras.

Saliente-se que este valor oscila diariamente, na medida em que as taxas de juro do mercado são ajustadas, podendo atingir valores de cotação bastante positivos ou bastante negativos, consoante a conjuntura e comportamento dos mercados internacionais.

O aumento dos financiamentos obtidos de curto prazo, respeita aos valores a pagar/reembolsar no ano 2015 às instituições financeiras e, ao valor dos contratos de mútuo celebrados com a Região Autónoma da Madeira durante o ano 2013 e 2014, dotando a APRAM, S.A. de alguma disponibilidade financeira (liquidez), para fazer face a parte do serviço da dívida (juros e amortização de capital), que foram contraídos pela empresa, no âmbito da missão atribuída pelo acionista em anos anteriores, no sentido de dotar a Região Autónoma da Madeira de infraestruturas marítimo portuárias e respetivos equipamentos, o que originou elevados montantes de investimento, com recurso à banca, em parte, como fonte de financiamento.





### 17. Gastos com o Pessoal

Durante o ano 2014, a APRAM, S.A. tinha ao seu serviço 162 pessoas. Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

RUBRICAS	31-12-2014	31-12-2013	VARIAÇÃO
<b>GASTOS COM OS ÓRGÃOS SOCIAIS</b>			
Remunerações dos órgãos sociais	183.405,52	133.218,06	37,67%
Encargos com as remunerações	50.089,57	25.150,72	99,16%
<b>Total dos gastos com os órgãos sociais</b>	<b>233.495,09</b>	<b>158.368,78</b>	<b>47,44%</b>
<b>GASTOS COM O PESSOAL</b>			
Remunerações do pessoal	5.734.345,43	5.409.129,46	6,01%
Outros gastos com o pessoal	133.210,93	161.996,77	-17,77%
Encargos com as remunerações	1.351.819,12	1.074.329,51	25,83%
<b>Total dos gastos com o pessoal</b>	<b>7.219.375,48</b>	<b>6.645.455,74</b>	<b>8,64%</b>
<b>TOTAL DOS BENEFÍCIOS COM EMPREGADOS</b>	<b>7.452.870,57</b>	<b>6.803.824,52</b>	<b>9,54%</b>

A rubrica "Outros gastos com o pessoal" inclui gastos com a medicina do trabalho, formação, seguro de saúde e seguro de acidentes de trabalho.

### 18. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

O presente relatório contém os elementos que caracterizam a situação económica e financeira da APRAM e demais informações a que se refere o artigo 14.º do Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/M, de 5 de agosto.

### 19. Outras Informações

Estão em curso dezasseis processos, que incluem:

- Processos judiciais referentes ao Estaleiro Naval do Caniçal, escalas do navio Armas no porto do Funchal, e através dos quais são pedidas responsabilidades cíveis à APRAM, S.A..

13 Anexo ao Balanço de Demonstração de Resultados do exercício de 2014

- Não foram constituídas provisões para os referidos processos por se considerar improvável a condenação da empresa, apesar de na ação movida pela MEC-Madeira Engineering Company, S.A. já ter sido proferida sentença em 4 de Dezembro de 2013 que condenou a APRAM, S.A. a pagar um valor resultante dos prejuízos causados pela estadia do Lady Vanessa no Estaleiro Naval do Caniçal, à altura explorado por aquela empresa. A quantia a pagar seria apurada em execução de sentença, o que ainda não aconteceu.
- É nossa expectativa que tal não venha a acontecer porquanto a decisão do Tribunal da vara Mista do Funchal foi sujeita a Recurso para o Tribunal da Relação de Lisboa;
- Recurso do Tribunal Arbitral em ação que opõe APRAM, S.A. à CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.;
- Processo de impugnação da decisão de financiamento das obras do porto do Caniçal - FC CCI 2003/PT/16/c/PT/003 - Desenvolvimento das infra estruturas portuárias da RAM - Porto do Caniçal.

O Conselho de Administração:

A Presidente



(Alexandra Cristina Ferreira  
Mendonça)

O Vogal



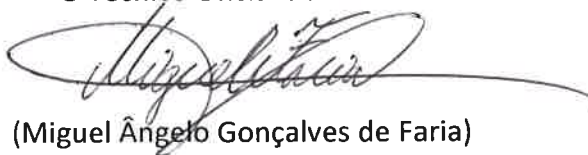
(Marcos João Pisco Pola  
Teixeira de Jesus)

A Vogal



(Maria de Fátima Pita Carvalho  
Correia)

O Técnico Oficial de Contas:



(Miguel Ângelo Gonçalves de Faria)

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS**  
**E**  
**RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**



Maria Fernanda Barreto M. Colaço  
Luis Manuel da Silva Rosa  
Alexandre da Paixão Coelho

Rua Castilho, nº 39 – 9º A  
1250-068 Lisboa  
Telefones 213 552 980  
213 530 665  
Fax 213 533 933  
Email geral@crc-sroc.pt

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### INTRODUÇÃO

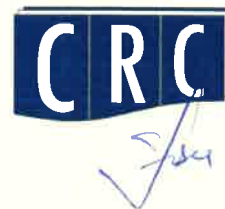
1. Examinámos as demonstrações financeiras de **APRAM – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A. (APRAM, S.A.)** as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 350.573.401 Euros e um total de capital próprio de 125.913.607 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 21.526.521 Euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. Excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7 a 9 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:



- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### RESERVAS

7. Não dispomos de informação de modo a comprovar se existem eventuais impactos financeiros positivos actuais ou futuros, relativos à infraestrutura construída, em frente à antiga sede da **APRAM**, em terrenos afectos ao seu património.
8. Tendo recebido duas cartas dos advogados da Empresa, estas explicitam a existência de processos intentados contra a **APRAM**, de montantes significativos, sobre os quais a Administração da Empresa considera que não assiste qualquer razão aos proponentes, conforme divulgado na Nota 19 do Anexo às contas. Não foi constituída qualquer provisão para fazer face a eventuais encargos com estes processos, desconhecemos se existirão impactos financeiros futuros decorrentes dos processos em causa.
9. O saldo do Cliente CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, SA, no montante de 1.521.829 euros, inclui dívidas desde 2007, e estão constituídas parcialmente perdas por imparidade.

Em 2014 esgotaram-se as vias contratualmente previstas para a resolução de divergências de interpretação na execução do contrato, tendo o Tribunal Arbitral proferido decisão favorável à **APRAM, SA**. Os valores facturados foram contudo objecto de contestação, através de recurso jurisdicional interposto pela CLCM da decisão do Tribunal Arbitral, não dispondo na presente data de informação suficiente, quer quanto ao seu desfecho, quer quanto à necessidade de reforço de perdas por imparidade.

## OPINIÃO

10. Em nossa opinião, excepto quanto ao efeito dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7 a 9, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **APRAM – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.** em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

11. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

## ÊNFASE

12. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção para o facto da **APRAM** continuar a gerar prejuízos significativos cuja tendência de alteração a curto prazo não é previsível, a não ser que surjam negócios lucrativos enquadrados na actividade definida no contrato de sociedade.

Constata-se que os proveitos gerados são insuficientes face aos custos operacionais, nos quais as amortizações têm um impacto determinante. A manter-se esta situação, a prazo, pode-se colocar em causa o princípio da continuidade das operações, porque os capitais próprios vão sendo progressivamente absorvidos pelos prejuízos.

De igual modo, o cumprimento de compromissos futuros de pagamento de juros e reembolso de empréstimos, está dependente do apoio do accionista.

Funchal, 25 de Março de 2015

**CRC - COLAÇO, ROSA, COELHO & ASSOCIADO, SROC, LDA.**

Representada por:

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Maria Fernanda Barreto Mendonça Colaço', is written over a horizontal line.

Maria Fernanda Barreto Mendonça Colaço





Maria Fernanda Barreto M. Colaço  
Luis Manuel da Silva Rosa  
Alexandre da Paixão Coelho

Rua Castilho, nº 39 – 9º A  
1250-068 Lisboa  
Telefones 213 552 980  
213 530 665  
Fax 213 533 933  
Email geral@crc-sroc.pt

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. A fim de dar cumprimento ao estipulado nos estatutos da **APRAM - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A. (APRAM, S.A.)** publicado no Diário da República, I – Série A – nº 151 de 1 de Julho de 1999 – Região Autónoma da Madeira – Decreto Legislativo Regional nº 19/99/M, vem o Fiscal Único, nos termos do Artigo 16º dos referidos estatutos e das disposições legais aplicáveis, apresentar o seu relatório e parecer sobre as Contas e o relatório de Gestão do Conselho de Administração relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.
2. Durante o período em análise, acompanhámos com regularidade os negócios e a gestão da **APRAM, S.A.** verificando a regularidade dos livros, registos contabilísticos e respectiva documentação. Verificámos o cumprimento da lei e dos estatutos, inteiramo-nos dos actos do Conselho de Administração através de reuniões regulares e de consulta das actas relevantes de reuniões, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários, o que agradecemos.
3. Analisámos também o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, compreendendo o Balanço, a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes Anexos. O Relatório de Gestão descreve com adequado detalhe as actividades desenvolvidas, a situação económica e financeira e perspectivas futuras. De salientar o prejuízo apurado e a necessidade do apoio futuro do accionista para cumprir com os pagamentos de juros e reembolsos dos empréstimos contraídos.
4. Como nos competia, e na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, procedemos à emissão da Certificação Legal das Contas e do Relatório Anual.

5. Nesta conformidade, entendemos que os documentos acima referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira da **APRAM, S.A.** em 31 de Dezembro de 2014, satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Como nos compete damos ainda o nosso acordo quanto aos critérios valorimétricos utilizados pela sociedade, que constam da Nota 3 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.

Nestes termos o Fiscal Único é de parecer:

- 1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão apresentado pelo Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos Resultados e a Demonstração dos Fluxos de Caixa da **APRAM, S.A.**, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e os correspondentes Anexos.
- 2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

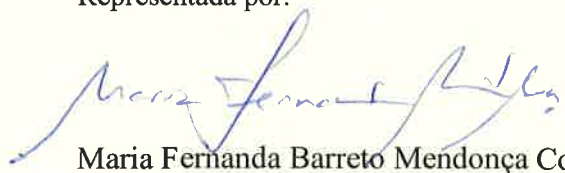
Finalmente, desejamos agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da **APRAM, S.A.** com quem contactámos, toda a colaboração recebida no desempenho das nossas funções.

Funchal, 25 de Março de 2015

O FISCAL ÚNICO

**CRC - COLAÇO, ROSA, COELHO & ASSOCIADO, SROC, LDA.**

Representada por:



Maria Fernanda Barreto Mendonça Colaço

Apreciadas e discutidas as propostas de deliberação apresentadas, foram as mesmas aprovadas por unanimidade. -----

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que vai assinada pelo Presidente, Vogal e Secretária da Mesa, como prova bastante da respetiva autenticidade e veracidade. -----

Paulo Duarte R. Jesus  
Priscila Maria Martins Candelária  
Sónia José Carvalho

ATA N.º 58

Aos vinte sete dias do mês de março de dois mil e quinze, pelas dezasseis horas e trinta minutos, reuniu extraordinariamente a Assembleia Geral da APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., no local da sua sede, Gare Marítima da Madeira, Molhe da Pontinha, Porto do Funchal, nove mil e quatro traço quinhentos e dezoito, Funchal, encontrando-se presente o seu único acionista, Região Autónoma da Madeira, representado pela Senhora Doutora, Conceição Maria de Sousa Nunes Almeida Estudante, Secretária Regional da Cultura, Turismo e Transportes, conforme Resolução número quinhentos e quarenta e dois barra dois mil e doze de treze de julho, representando a totalidade do capital social, no valor de vinte e quatro milhões, setecentos e quinze mil, setecentos e setenta e cinco euros, pelo que se encontrava a Assembleia em condições de poder funcionar e deliberar validamente nos termos legais.-----

Assistiram também à reunião os membros do Conselho de Administração e o representante do Fiscal Único.-----

A Assembleia Geral foi dirigida pelo Presidente da Mesa, Dr. Paulo Duarte Rodrigues de Jesus, acompanhado pelo Vogal e Secretário da mesma, respetivamente, Dr.ª Priscila Maria Martins Candelária e Dr.ª Sónia José Carvalho

Dr. Paulo Duarte R. Jesus  
Dr.ª Priscila Maria Martins Candelária  
Dr.ª Sónia José Carvalho

Olim Menezes, tendo deliberado o acionista único a respetiva realização com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO ÚNICO: Apreciar e deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício do ano dois mil e catorze e decidir sobre a aplicação dos respetivos resultados.

Aberta a sessão, e entrando na ordem do dia, foi apresentada a seguinte proposta de deliberação:-----

Aprovar o relatório de gestão e as contas do exercício do ano dois mil e catorze, os quais constam de documento anexo à presente ata e fazem parte integrante da mesma, e autorizar a transferência dos resultados líquidos do exercício, inerentes àquele mesmo ano, no montante de € 21.526.520,69 (vinte e um milhões, quinhentos e vinte e seis mil, quinhentos e vinte euros e sessenta e nove cêntimos) negativos, para resultados transitados.-----

Apreciada e discutida a proposta de deliberação apresentada, foi a mesma aprovada por unanimidade, tendo ainda o Conselho de Administração alertado o representante do acionista das Reservas, da Opinião e da Ênfase que constam da Certificação Legal de Contas, em anexo ao relatório e contas, da autoria do Fiscal Único, a Sociedade CRC - Colaço, Rosa, Carrilho & Associados, SROC Ld.<sup>a</sup>.-----

E nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que vai assinada pelo Presidente, Vogal e Secretário da Mesa, como prova bastante da respetiva autenticidade e veracidade.-----

Paulo Duarte R. Jesus  
Paulo Maria Santos Landeira  
-----  
-----